



Universidade Federal
de São João del-Rei



EDNA CRISTINA SILVEIRA

**A NOMEAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS: UM OLHAR
SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA**

**SÃO JOÃO DEL-REI
2019**

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S587n Silveira, Edna Cristina .
A nomeação de programas sociais: um olhar semântico
enunciativo / Edna Cristina Silveira ; orientadora
Luciani Dalmaschio. -- São João del-Rei, 2019.
155 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Letras) -- Universidade Federal de São João del-Rei,
2019.

1. Formação Nominal. 2. Programas Sociais. 3.
Semântica da Enunciação. 4. Significação. I.
Dalmaschio, Luciani , orient. II. Título.



Universidade Federal
de São João del-Rei



EDNA CRISTINA SILVEIRA

A NOMEAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS: UM OLHAR SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de pesquisa: Discurso e Representação Social


Orientadora: Profa. Dra. Luciani Dalmaschio

**SÃO JOÃO DEL-REI
2019**

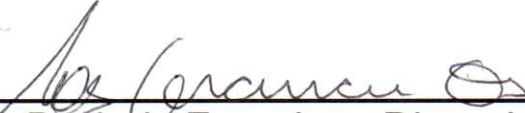
Edna Cristina Silveira

**A NOMEAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS:
UM OLHAR SEMÂNTICO- ENUNCIATIVO**


Banca Examinadora



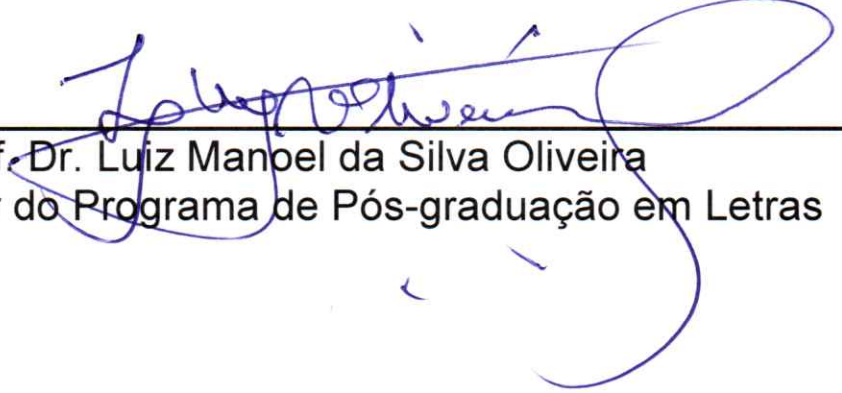
Prof.ª Dr.ª Luciani Dalmaschio – UFSJ
(Orientadora/Presidente)



Prof. Dr. Luiz Francisco Dias - UFMG
(Titular Externo)



Prof. Dr. Edmundo Narracci Gasparini - UFSJ
(Titular Interno)



Prof. Dr. Luiz Manoel da Silva Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras

Setembro de 2019

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora Aparecida, por terem me dado saúde e força para superar as dificuldades e por terem me capacitado a concluir esta etapa.

A minha orientadora, Profa. Dra. Luciani Dalmaschio, pela brilhante orientação que sempre foi muito cuidadosa. Obrigada pela confiança, paciência, e, principalmente, por todos os ensinamentos compartilhados de maneira esplendorosa. Deixo registrada minha admiração e profundo respeito.

À Profa. Dra. Priscila Brasil Gonçalves Lacerda pelas valiosas sugestões oferecidas no exame de qualificação externa.

Aos prof. Dr. Luiz Francisco Dias e Prof. Dr. Edmundo Narracci Gasparini, pelo privilégio de tê-los como componentes da banca examinadora desta Dissertação.

A minha família. Em especial, aos meus pais, Antônio e Marli, por serem o meu ponto de apoio, pelo incentivo nos estudos e por ajudarem em tudo que podiam e, sobretudo, no que não podiam também. Esta conquista é por vocês e para vocês. Obrigada por tudo! Aos meus irmãos, Edson e Érica, por todo carinho e força nunca medidos. Ao meu namorado, Alaércio, pelo companheirismo e amor.

A todos os meus colegas e amigos, por estarem ao meu lado e torcerem por mim. Especialmente, à Mônica e ao Hiago, por todo apoio nesta jornada acadêmica.

Aos membros do Grupo de Pesquisa ENUNCIAR da UFMG, por todos os conhecimentos adquiridos e partilhados.

Ao Grupo de Pesquisa da UFSJ – Juliemerson, Leânia, Laura, Vic, Ana – coordenado pela professora Luciani Dalmaschio, pelas inúmeras contribuições para a realização desta pesquisa.

Aos professores do curso de Letras e aos do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSJ, pela competência e pelo profissionalismo com que contribuíram para minha formação profissional.

Ao PROMEL - Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei-, por todo apoio.

À CAPES, pelo auxílio concedido para a realização deste estudo.

Aos meus pais.

“As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor. Aprendemos palavras para melhorar os olhos.”

(Rubem Alves)

RESUMO

A presente pesquisa teve por finalidade analisar as nomeações de Programas Sociais realizadas por meio de formações nominais, a fim de verificar como elas se constituem interna e externamente e, uma vez constituídas, em qual(is) domínio(s) discursivo(s) elas se ancoram, ou seja, quais traços histórico-sociais atuam na enunciação dessas formas. Para tanto, esta pesquisa fundamenta-se nos pressupostos teóricos estabelecidos pela Semântica da Enunciação. Nessa direção, tomamos como objeto específico de análise as nomeações dos Programas *Amigos da Escola*; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*; *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*, visto que são constituídas por meio de formações nominais. Em virtude de compreender o processo de constituição das construções nucleadas por nomes, o conceito de formação nominal ancora-se em uma visão enunciativa dessas construções. Desse modo, este trabalho sustenta-se na tese de que o que move a significação de uma formação nominal são os acontecimentos enunciativos de que elas participam. Assim sendo, analisamos como se manifesta o processo articulatório entre os nomes-núcleos e os determinantes das formações nominais, enquanto elementos de perspectivação. Ademais, explicitamos de que maneira as ancoragens do passado, do memorável e as demandas do presente, da atualização influenciam na constituição da pertinência enunciativa dessas formas. E, por fim, demonstramos como essas formações nominais qualificam-se enunciativamente, por meio das direções argumentativas que mobilizam e (re)configuram os sentidos em acontecimento.

Palavras-chave: Formação Nominal. Programas Sociais. Semântica da Enunciação. Significação.

ABSTRACT

This paper intends to analyze the nominations of Social Programs made through nominal formations, in order to verify how they are internally and externally constituted and, once constituted, which discursive domains they are anchored, in other words, which historical-social traces act in the enunciation of such forms. Hence, this research is based on the theoretical assumptions established by the Semantics of Enunciation. In this way, we take as specific object of analysis the nominations of the Programs *Amigos da Escola*; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*; *Fome Zero e Minha Casa, Minha Vida*, since they are constituted by nominal formations. In order to understand the process of constitution of the construction nucleated by names, the concept of nominal formation is anchored in an enunciative view of these constructions. In such manner, this work is based on the thesis that what moves the meaning of a nominal formation are the enunciative events which they take part. Thus, we analyze how the articulatory process between the name-nucleated and the determinants of nominal formations, as elements of perspective, is manifested. Furthermore, we explain how the anchorages of the past, the memorable and the demands of the present, of actualization influence the constitution of the enunciative pertinence of these forms. Finally, we demonstrate how these nominal formations enunciatively qualify through the argumentative directions that mobilize and (re) the senses in event.

Keywords: Nominal Formation. Social Programs. Semantics of Enunciation. Meaning.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Regularidade de ocorrência das formações nominais no site de 20/21 pesquisa *Google*

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Condensação de enunciados em uma unidade nominal com potencial temático	65
QUADRO 2	Condensação de enunciados em uma unidade nominal com potencial temático	66
QUADRO 3	Articulação subnominal das FNs <i>Bolsa Família</i> e <i>Fome Zero</i>	92
QUADRO 4	Articulação internominal das FNs <i>Bolsa Família</i> e <i>Fome Zero</i>	93
QUADRO 5	Rede enunciativa – <i>Bolsa Família/bolsa político</i>	96
QUADRO 6	Rede enunciativa – <i>bolsa político/bolsa tamanho família</i>	97
QUADRO 7	Rede enunciativa – <i>Bolsa Família/Bolsa Escola - bolsa político/bolsa mesada</i>	98
QUADRO 8	Rede enunciativa – <i>Fome Zero</i>	100
QUADRO 9	Rede enunciativa – <i>Fome Zero</i>	101
QUADRO 10	Articulação subnominal das FNs <i>Amigos da Escola</i> e <i>Ciência sem Fronteiras</i>	105
QUADRO 11	Articulação internominal das FNs <i>Amigos da Escola</i> e <i>Ciência sem Fronteiras</i>	106
QUADRO 12	<i>Amor sem fronteiras</i>	115
QUADRO 13	Articulação subnominal das FNs <i>Minha Casa, Minha Vida</i>	117
QUADRO 14	Macroarticulação internominal da FN <i>Minha Casa, Minha Vida</i>	118
QUADRO 15	<i>Minha casa/Minha vida</i> = alagamento	122
QUADRO 16	<i>Minha casa/Minha vida</i> = desapropriação	122
QUADRO 17	Contínuo: direção argumentativa das FNs	146

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	<i>Site de buscas Google</i>	20
FIGURA 2	A dinamicidade do acontecimento enunciativo	34
FIGURA 3	O memorável inserido do presente da enunciação	47
FIGURA 4	As bases teóricas que fundamentam a nossa pesquisa	51
FIGURA 5	A forma linguística significada na enunciação	60
FIGURA 6	Bolsa(s) de todas as qualidades	67/94
FIGURA 7	Novas contribuições teóricas para a Semântica da Enunciação	71
FIGURA 8	Logomarca do Programa <i>Amigos da Escola</i>	74
FIGURA 9	Logomarca do Programa <i>Bolsa Família</i>	76
FIGURA 10	Logomarca do Programa <i>Ciência sem Fronteiras</i>	78
FIGURA 11	Logotipo do Programa <i>Fome Zero</i>	80
FIGURA 12	Símbolo do Programa <i>Minha Casa, Minha Vida</i>	81
FIGURA 13	Símbolo do menu Acesso à informação	84
FIGURA 14	Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional - <i>Bolsa Família</i>	89
FIGURA 15	Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional - <i>Fome Zero</i>	90
FIGURA 16	<i>Bolsa Família versus bolsa político</i>	95
FIGURA 17	<i>Bolsa Família versus bolsa tamanho família</i>	96
FIGURA 18	<i>Bolsa Escola, Bolsa Família e bolsa mesada</i>	97
FIGURA 19	<i>Fome Zero versus carnaval</i>	99
FIGURA 20	<i>Fome Zero versus Fome Zer0.000.000</i>	100
FIGURA 21	Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional - <i>Amigos da escola</i>	102
FIGURA 22	Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional - <i>Ciência sem Fronteiras</i>	103
FIGURA 23	<i>Amigos da internet x amigos da vida real</i>	107
FIGURA 24	Associação dos <i>amigos da internet limpa</i>	108
FIGURA 25	Desentupidora <i>Amigos do Bairro</i>	109
FIGURA 26	Escola versus <i>Amigos da Escola</i>	110
FIGURA 27	<i>Ciência sem Fronteiras</i>	111
FIGURA 28	<i>Amor sem fronteiras</i>	112
FIGURA 29	<i>Amor (da Elidy) sem fronteiras</i>	114
FIGURA 30	Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional - <i>Minha Casa, Minha Vida</i>	116
FIGURA 31	<i>Minha Casa, Minha Vida: residência/presídio</i>	119
FIGURA 32	<i>Minha Casa, Minha Vida: presídio</i>	120
FIGURA 33	<i>Minha Casa, Minha Vida: alagamento</i>	121
FIGURA 34	<i>Minha Casa, Minha Vida: desapropriação</i>	121
FIGURA 35	<i>Minha caixa, minha vida</i>	123
FIGURA 36	<i>Minha casa minha dívida</i>	125
FIGURA 37	<i>Fome zerada</i>	126
FIGURA 38	<i>Amigos da folia</i>	127
FIGURA 39	<i>Amigos da saúde</i>	127

FIGURA 40	<i>Torcedor sem fronteiras</i>	128
FIGURA 41	<i>Bolsa quadrilha</i>	129
FIGURA 42	<i>Amigos da Escola: brincadeiras e serviços</i>	135
FIGURA 43	<i>Bolsa Família: assistencialismo</i>	137
FIGURA 44	<i>Cortes no Minha Casa, Minha Vida</i>	139
FIGURA 45	<i>Fome Zero: um reflexo da lentidão</i>	140
FIGURA 46	<i>Bolsa Família: aumentar o orçamento</i>	141
FIGURA 47	<i>Amigo da Escola, inimigo da educação</i>	142
FIGURA 48	<i>Minha Casa... Minha Vida...</i>	143
FIGURA 49	<i>Bolsa Família: Mãe</i>	144
FIGURA 50	<i>Hamburgueria Fome Zero</i>	145

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
	PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	19
	CAPÍTULO I - AS BASES DA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO	23
1	ENUNCIÇÃO	24
1.1	Semântica da Enunciação	30
1.1.1	<i>Acontecimento enunciativo</i>	31
1.1.1.1	<u>O espaço de enunciação</u>	35
1.1.1.1.1	O político na enunciação	36
1.1.1.2	<u>A cena enunciativa: as figuras da enunciação</u>	38
1.1.1.3	<u>Memorável: o passado presente no acontecimento</u>	43
1.2	Argumentação e sua interface enunciativa	48
	CAPÍTULO II – APROFUNDANDO O OLHAR PARA OS ESTUDOS DE BASE SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA	54
2	SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO: NOVAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS	55
2.1	Referencial histórico e pertinência enunciativa	55
2.2	Forma linguística: sintagma nominal x formação nominal	59
2.3	Os modos de relação enunciativa: articulação e reescrituração	68
	CAPÍTULO III – EM FOCO: OS PROGRAMAS SOCIAIS	72
3	Um panorama dos Programas Sociais	73
3.1	Amigos da Escola	74
3.2	Bolsa Família	75
3.3	Ciência sem Fronteiras	78
3.4	Fome Zero	79
3.5	Minha Casa, Minha Vida	81
3.6	Lei nº 12.527: o acesso à informação por meio da Linguagem Cidadã	83
	CAPÍTULO IV - EM ANÁLISE: AMIGOS DA ESCOLA; BOLSA FAMÍLIA; CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS; FOME ZERO E MINHA CASA, MINHA VIDA	86
4	PROGRAMAS SOCIAIS: UMA PERSPECTIVA ARTICULATÓRIO- ENUNCIATIVA	87
4.1	Um olhar para a nomeação dos Programas Sociais - os nomes-núcleos e seus determinantes	87
4.1.1	<i>Bolsa Família e Fome Zero</i>	88
4.1.2	<i>Amigos da Escola e Ciência sem Fronteiras</i>	101
4.1.3	<i>Minha Casa, Minha Vida</i>	115
4.2	A pertinência enunciativa da nomeação dos Programas Sociais: um estudo sobre a Linguagem Cidadã	123
4.3	A (re)configuração dos discursos: o político na constituição argumentativa	130
4.3.1	<i>Domínio de instalação</i>	130
4.3.2	<i>Domínio da reafirmação</i>	134
4.3.3	<i>Domínio da crítica</i>	137
4.3.4	<i>Domínio da dispersão</i>	143
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS	152

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, apresentamos um estudo semântico-enunciativo de formações nominais que nomeiam Programas Sociais. Para tanto, o presente estudo ancora-se nos pressupostos teóricos da Semântica da Enunciação. No âmbito dos estudos enunciativos, especificamente, vamos trabalhar com o conceito de formação nominal, que abrange um campo de investigação relativamente novo nos estudos enunciativos. Por isso, consideramos relevante nos debruçarmos em analisar esse fato linguístico.

Os Programas Sociais alvo de nossa pesquisa - *Amigos da Escola; Bolsa Família; Ciência sem Fronteiras; Fome Zero e Minha Casa, Minha Vida* - correspondem a ações governamentais que visam ao desenvolvimento social. Falar, pois, sobre as nuances de sentido que as nomeações desses Programas assumem significa compreender em que medida essas ações adquirem pertinência social, uma vez que trabalhamos com a perspectiva de que o olhar que organiza o mundo é “um olhar languageiro, um olhar semântico” (DALMASCHIO, 2016, p.2819).

Logo, com o intuito de voltarmos o nosso foco para o trabalho com as formações nominais que nomeiam os Programas Sociais, salientamos que essas formações nominais serão estudadas no plano linguístico-social, visto que elas englobam as articulações que são contraídas interna e externamente à construção nominal. Ressaltamos, também, que trabalhamos com o pressuposto de que as formações nominais, no caso desta pesquisa, as formações nominais que fazem parte da regulamentada linguagem cidadã, são empregadas a partir de diferentes direcionamentos argumentativos tendo em vista as demandas sociais às quais se submetem.

Vale ressaltar que as formações nominais que constituem o nosso *corpus* passam a circular socialmente, a partir da Lei nº 12.527¹, de 18 de novembro de 2011, popularmente conhecida como a Lei de Acesso à Informação, que postula a relevância da utilização da, então, chamada linguagem cidadã. O nosso objetivo não é estudar a linguagem cidadã como uma FN em si, mas sim evidenciar que as FNs, que são o foco deste trabalho, estão incluídas, ou melhor, são formuladas tendo em vista o que é postulado pela Lei como linguagem cidadã. No Portal da Transparência do Governo Federal², há na sessão Glossário a seguinte definição do termo

¹ Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/lei12.527-18%20de%20novembro%20de%202011.pdf/view>. Acesso em: 17 jun. 2018.

² *Link* do Portal da Transparência do Governo Federal: www.transparencia.gov.br.

linguagem cidadã³: “nomes mais intuitivos pelos quais as ações governamentais são apresentadas aos cidadãos. Exemplo: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (*Bolsa Família*).” Desse modo, a linguagem cidadã pretende criar uma linguagem de representação popular mais acessível a todos os cidadãos.

Dessa forma, nos acontecimentos enunciativos, os sentidos das formações nominais são (re)atualizados, isto é, ganham novas significações. Por meio dos dizeres que circulam na sociedade, podemos perceber que os sentidos estão em constante movimento, para Orlandi (2012), nos dizeres há a presença da “fuga de sentidos” dos elementos enunciados. Ou seja, os sentidos estão em fuga porque há uma “direção do dizer” (GUIMARÃES, 2013) que os (re)orienta, de modo a conferir-lhes regularidade sócio-histórica, no nosso caso, em especial, de modo a possibilitar que as formações nominais que nomeiam os Programas Sociais ancorem-se em referenciais históricos diversos e adquiram novas pertinências enunciativas.

Destacamos também que o estudo da formação nominal pelo viés da Semântica da Enunciação se difere do de sintagma nominal visto pelo olhar da Semântica Formal, pois o primeiro concentra-se em analisar o processo do enunciado, já o segundo concentra-se em compreender o produto do enunciado. O sintagma nominal, portanto, apresenta uma visão composicional. A formação nominal, por sua vez, “designa o processo de constituição dos nomes e seus articuladores do ponto de vista da enunciação” (DIAS, 2018, p. 12), logo, ela está inserida em uma perspectiva semântico-enunciativa das construções nominais, que contempla tanto as relações internas quanto as relações externas, pois ela abrange o estudo da materialidade linguística e o estudo dos referenciais históricos que sustentam os nomes-núcleos e os seus determinantes, bem como o estudo da relação entre o memorável e a atualidade do acontecimento enunciativo.

Assim, um estudo semântico-enunciativo cuja proposta é analisar as formações nominais que nomeiam os Programas Sociais possui relação com os aspectos linguísticos-sociais. Portanto, trabalhamos com os efeitos de sentido das formações nominais construídos por meio da linguagem, uma vez que ela organiza as relações dos sujeitos na sociedade nas mais diferentes instâncias de enunciação.

³ Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetailGlossario.asp?letra=l>. Acesso em: 02 mai. 2018.

Tendo em vista o que discorremos e apresentamos até aqui, principiamos o nosso estudo mediante a seguinte pergunta de pesquisa: como as nomeações de Programas Sociais realizadas por meio de formações nominais se constituem em articulações materiais e enunciativas e, uma vez constituídas, em qual (is) domínio(s) discursivo(s) elas se ancoram, ou seja, quais traços histórico-sociais atuam na enunciação dessas formas?

A partir desses questionamentos, assumimos como hipótese que essas formações nominais deixam de corresponder ao sentido de um nome mais um adjetivo e assumem um efeito de sentido em “bloco” e que a significação desses nomes em “bloco” ocorre, possivelmente, devido aos elevados índices de regularidade de uso dessas formações nominais na sociedade. E passam a circular socialmente ancoradas em domínios referenciais distintos.

Sendo assim, temos como objetivo estudar as articulações materiais e enunciativas na constituição das formações nominais *Amigos da Escola; Bolsa Família; Ciência sem Fronteiras; Fome Zero e Minha Casa, Minha Vida*, observando como os traços histórico-sociais atuam na enunciação dessas formas. Especificamente, pretendemos analisar como as nomeações desses Programas Sociais, uma vez estabelecidas por meio de uma formação nominal, passam a circular socialmente, em que tipo de referencial histórico se ancoram e que tipo de pertinência enunciativa manifestam.

Para tanto, temos como objetivo geral de nossa pesquisa estudar as relações internas e externas na constituição das FNs que participam do processo de nomeação dos Programas Sociais, observando como os traços histórico-sociais atuam na enunciação dessas formas. Esse objetivo, portanto, se desdobra em três objetivos específicos, são eles:

1. Analisar como se manifesta o processo articulatório entre os nomes-núcleos e seus determinantes, enquanto elementos de perspectivação;
2. Explicitar de que maneira as ancoragens do passado, do memorável e as demandas do presente, da atualização influenciam na constituição da pertinência enunciativa dessas formas;
3. Demonstrar como essas formações nominais qualificam-se enunciativamente, por meio das direções argumentativas que, em acontecimento, mobilizam e (re)configuram.

Nessa direção, esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, além da introdução, dos princípios metodológicos, das considerações finais e das referências.

No primeiro capítulo, intitulado **As bases da Semântica da Enunciação**, apresentamos os conceitos que fundamentam a Semântica da Enunciação que são, portanto, relevantes para a nossa pesquisa. Em um tópico macro, dedicamo-nos ao estudo do termo **Enunciação** (1) e como parte constituinte desse tópico macro apresentamos a **Semântica da Enunciação** (1.1), bem como a **Argumentação e a sua interface enunciativa** (1.2). No tópico que discorremos sobre a Semântica da Enunciação (1.1) apresentamos, também, a noção de **Acontecimento enunciativo** (1.1.1) e essa noção, por sua vez, demanda de três princípios essenciais: o **Espaço de enunciação** (1.1.1.1) que engloba o aspecto **Político** da enunciação (1.1.1.1.1), a **Cena enunciativa** (1.1.1.2) e o **Memorável** (1.1.1.3).

No segundo capítulo, nomeado como **Aprofundando o olhar para os estudos de base semântico-enunciativa**, introduzimos o tópico **Semântica da Enunciação: novas contribuições teóricas** (2), no qual apresentamos os novos pressupostos teóricos para o campo de estudo da Enunciação. Especificamente, abordamos os conceitos de **Referencial histórico** e **Pertinência enunciativa** (2.1), bem como o de **Forma linguística** discutindo a **formação nominal** em confronto com o **sintagma nominal** (2.2). Ademais, neste capítulo, apresentamos **Os modos de relação enunciativa: articulação e reescrituração** (2.3).

No terceiro capítulo, denominado **Em foco: os Programas Sociais**, apresentamos **um panorama dos Programas Sociais** (3) alvos de nossa análise - *Amigos da Escola* (3.1), *Bolsa Família* (3.2), *Ciência sem Fronteiras* (3.3), *Fome Zero* (3.4) e *Minha Casa, Minha Vida* (3.5). Incluímos também neste tópico a **Lei nº 12.527: o acesso à informação por meio da linguagem cidadã** (3.6) com a finalidade de evidenciar que essas FNs estão inseridas nela, ou melhor, essas FNs são formuladas tendo em vista o que é postulado por essa lei como Linguagem Cidadã.

No quarto capítulo, nomeado como **Em análise: Amigos da Escola; Bolsa Família; Ciência sem Fronteiras; Fome Zero e Minha Casa, Minha Vida**, incluímos o tópico **Programas Sociais: uma perspectiva articulatório-enunciativa** (4) e dedicamo-nos à realização das análises com o intuito de cumprirmos os objetivos propostos neste estudo. Para tanto, esse capítulo foi dividido em três grandes tópicos. No primeiro tópico, **um olhar para a nomeação**

dos Programas Sociais- os nomes núcleos e seus determinantes (4.1), analisamos o que foi proposto no primeiro objetivo desta pesquisa, ou seja, o processo articulatório entre os nomes-núcleos e seus determinantes, elementos que compõem as formações nominais. No segundo, **a pertinência enunciativa da nomeação dos Programas Sociais: um estudo sobre a Linguagem Cidadã** (4.2), a fim de executarmos o segundo objetivo proposto neste estudo, discutimos a forma como as ancoragens do passado e as demandas do presente influenciam na constituição da pertinência enunciativa das formações nominais, a partir do memorável e das atualizações discursivas. E no último tópico, **A (re)configuração dos discursos: o político na constituição argumentativa** (4.3), como estabelecemos no terceiro objetivo, demonstramos de que maneira as formações nominais *Amigos da Escola; Bolsa Família; Ciência sem Fronteiras; Fome Zero e Minha Casa, Minha Vida* qualificam-se enunciativamente, por meio das direções argumentativas que, em acontecimento, mobilizam e (re)configuram os discursos.

Por fim, apresentamos as considerações sobre a pesquisa realizada. Pretendemos, neste momento, retomar os pontos discutidos na dissertação e aprofundar a discussão sobre os resultados obtidos na análise.

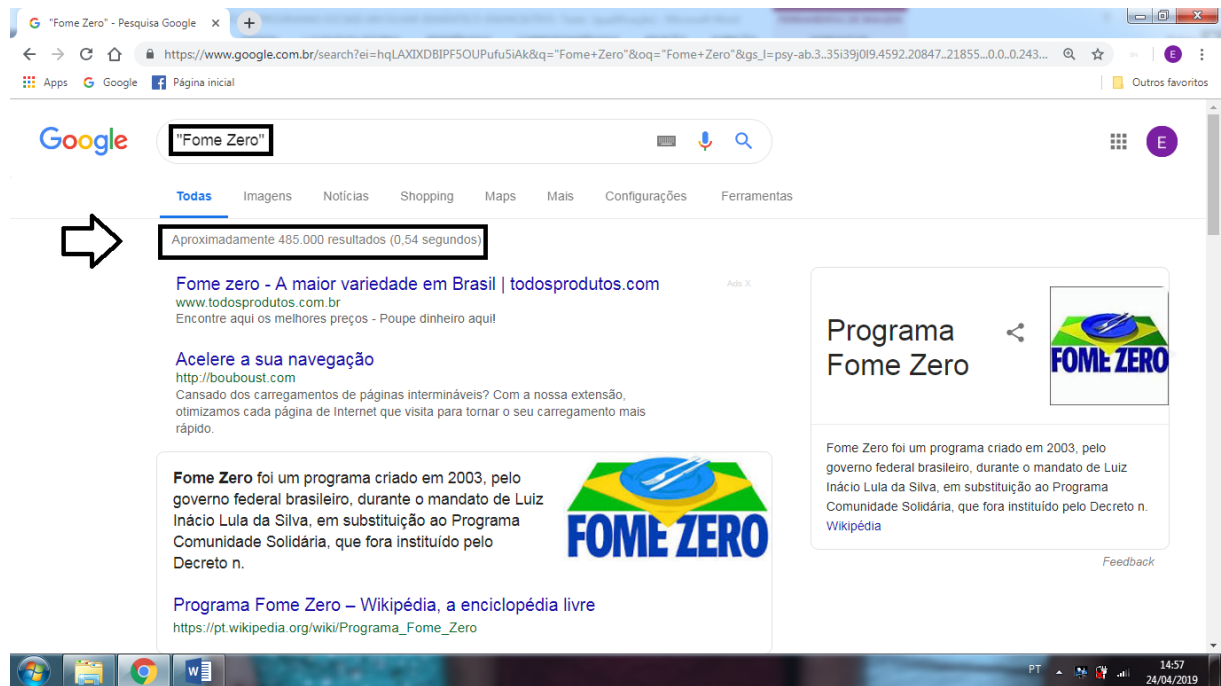
PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Em nossa dissertação, utilizamos como aporte teórico-metodológico os estudos desenvolvidos pela Semântica da Enunciação, bem como os estudos de base sintático-enunciativa, os estudos da argumentação e os estudos discursivos da vertente Francesa. Inicialmente, realizamos um aprofundamento em relação à posição teórica assumida na pesquisa, a fim de aprimorarmos os nossos conhecimentos sobre a teoria adotada. Paralelamente a essa etapa, selecionamos o *corpus* organizado em torno de discursos verbais que contenham as FNs alvo de nossa análise.

Para a escolha do *corpus*, fizemos uma busca por Programas Sociais que são nomeados por meio de FNs e encontramos uma quantidade significativa dessas nomeações, tais como: *Amigos da escola*; *Bolsa Escola*; *Bolsa Família*; *Bolsa Permanência*; *Ciências sem Fronteiras*; *CNH Popular*; *Fome Zero*; *Idiomas sem Fronteiras*; *Minha Casa, Minha Vida* e *Tarifa Social de Energia Elétrica*. Tendo em vista o elevado número de Programas encontrados, entendemos ser necessária a delimitação de nosso *corpus* por meio da seleção de cinco dessas nomeações, a fim de cumprirmos a extensão de análise que uma pesquisa de Mestrado exige. Ressaltamos que trabalhamos com o princípio de que esse recorte não comprometerá os resultados da nossa pesquisa, uma vez que as conclusões a que chegaremos com relação às FNs selecionadas, possivelmente, explicitarão o funcionamento de grande parte das outras FNs, já que elas são constituídas de maneira semelhante e se manifestam em domínios discursivos muito próximos uns dos outros.

A seleção descrita anteriormente foi feita a partir do monitoramento da regularidade de aparecimento dos nomes dessas FNs no *site* de buscas *Google* em um período de sessenta dias (21/03/2018 a 19/05/2018). Os nomes dos Programas, tais como figuram em seus documentos oficiais, foram pesquisados como entrada de busca, colocados entre aspas. As pesquisas foram realizadas sempre no mesmo horário do dia, entre às 22h e 23h, a fim de que as publicações pudessem ser registradas em tempo hábil para a observação. O critério que utilizamos para fazer a escolha foi o número de incidência que as FNs apresentaram no período em que foram analisadas, de modo a selecionarmos aquelas cuja média de ocorrências fosse, estatisticamente, mais elevada. E, por conseguinte, são as FNs mais produtivas, pois o número de regularidade de ocorrência é maior. A Figura 1, a seguir, ilustra o local onde encontramos as ocorrências das FNs.

Figura 1 – Site de buscas Google



Fonte: *Print* retirado do Google.

Em seguida, encontra-se a Tabela com o número de ocorrências das formações nominais coletadas:

Tabela 1 – Regularidade de ocorrência das formações nominais no site de pesquisa Google

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DAS FORMAÇÕES NOMINAIS										
Data	<i>Amigos da Escola</i>	<i>Minha Casa, Minha Vida</i>	<i>Ciência sem Fronteiras</i>	<i>Bolsa Família</i>	<i>Fome Zero</i>	<i>Bolsa Escola</i>	<i>Idiomas sem Fronteiras</i>	<i>Tarifa Social de Energia Elétrica</i>	<i>CNH Popular</i>	<i>Bolsa Permanência</i>
21/03/18	766.000	466.000	627.000	357.000	370.000	334.000	171.000	56.700	69.000	40.400
22/03/18	731.000	466.000	632.000	361.000	347.000	376.000	147.000	65.400	53.700	37.300
23/03/18	946.000	467.000	629.000	373.000	357.000	321.000	147.000	43.900	60.800	42.300
24/03/18	1.130.000	414.000	626.000	339.000	368.000	364.000	123.000	50.400	36.100	40.800
25/03/18	693.000	412.000	565.000	337.000	366.000	349.000	107.000	68.700	69.900	42.100
26/03/18	1.190.000	395.000	628.000	365.000	364.000	253.000	172.000	60.500	34.700	48.100
27/03/18	1.180.000	443.000	507.000	364.000	371.000	253.000	139.000	67.300	40.600	47.800
28/03/18	680.000	584.000	627.000	362.000	368.000	321.000	101.000	44.800	40.800	76.300
29/03/18	675.000	371.000	1.440.000	335.000	365.000	286.000	171.000	68.100	62.600	52.800
30/03/18	1.140.000	352.000	620.000	321.000	363.000	102.000	148.000	59.900	60.300	41.200
31/03/18	684.000	379.000	619.000	333.000	331.000	290.000	80.900	69.400	67.700	33.800
01/04/18	681.000	320.000	614.000	327.000	349.000	356.000	73.800	67.800	64.700	54.100
02/04/18	1.120.000	316.000	515.000	330.000	345.000	265.000	86.800	68.100	78.600	33.600
03/04/18	985.000	5.070.000	613.000	319.000	310.000	284.000	92.400	59.800	70.800	68.300
04/04/18	1.120.000	431.000	612.000	354.000	128.000	412.000	147.000	65.200	47.500	74.600
05/04/18	663.000	398.000	611.000	342.000	360.000	287.000	93.200	71.900	49.000	53.400
06/04/18	665.000	386.000	614.000	340.000	359.000	386.000	83.000	70.000	58.400	52.700
07/04/18	673.000	369.000	613.000	334.000	310.000	290.000	84.800	81.900	60.400	65.500

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DAS FORMAÇÕES NOMINAIS										
Data	<i>Amigos da Escola</i>	<i>Minha Casa, Minha Vida</i>	<i>Ciência sem Fronteiras</i>	<i>Bolsa Família</i>	<i>Fome Zero</i>	<i>Bolsa Escola</i>	<i>Idiomas sem Fronteiras</i>	<i>Tarifa Social de Energia Elétrica</i>	<i>CNH Popular</i>	<i>Bolsa Permanência</i>
08/04/18	672.000	386.000	493.000	329.000	366.000	294.000	115.000	84.900	63.500	63.600
09/04/18	668.000	324.000	619.000	326.000	367.000	296.000	122.000	90.300	64.200	77.200
10/04/18	667.000	742.000	519.000	354.000	362.000	301.000	60.700	105.000	58.200	67.000
11/04/18	671.000	400.000	624.000	382.000	334.000	303.000	139.000	100.000	45.700	56.600
12/04/18	666.000	343.000	630.000	352.000	305.000	339.000	58.900	93.100	53.300	63.800
13/04/18	871.000	413.000	625.000	349.000	361.000	425.000	68.600	101.000	77.600	67.400
14/04/18	1.130.000	1.420.000	501.000	376.000	340.000	301.000	101.000	95.000	57.600	65.600
15/04/18	678.000	423.000	617.000	350.000	298.000	301.000	70.100	95.000	79.400	46.900
16/04/18	678.000	325.000	495.000	357.000	369.000	301.000	74.100	91.400	76.400	61.200
17/04/18	691.000	429.000	502.000	388.000	368.000	299.000	101.000	87.300	82.500	44.000
19/04/18	695.000	431.000	625.000	358.000	371.000	286.000	144.000	88.000	61.700	72.300
20/04/18	688.000	399.000	621.000	393.000	360.000	281.000	118.000	66.700	70.900	69.500
21/04/18	686.000	395.000	606.000	370.000	365.000	275.000	80.800	78.000	68.200	74.100
22/04/18	689.000	397.000	611.000	365.000	330.000	271.000	112.000	79.200	60.000	62.100
24/04/18	683.000	822.000	499.000	383.000	362.000	270.000	132.000	90.200	61.500	56.600
26/04/18	690.000	414.000	619.000	387.000	367.000	272.000	118.000	101.000	54.800	66.100
28/04/18	689.000	335.000	607.000	377.000	337.000	273.000	105.000	85.100	57.100	56.100
29/04/18	683.000	461.000	608.000	381.000	361.000	272.000	135.000	69.700	48.400	77.000
30/04/18	693.000	6.000.000	572.000	384.000	351.000	274.000	134.000	81.500	61.600	75.200
01/05/18	1.010.000	411.000	601.000	2.160.000	359.000	276.000	118.000	89.200	54.100	54.800
02/05/18	609.000	397.000	729.000	260.000	358.000	186.000	98.400	97.800	50.200	39.800
03/05/18	684.000	412.000	713.000	345.000	340.000	320.000	88.500	88.700	81.500	72.700
04/05/18	675.000	601.000	715.000	340.000	314.000	232.000	90.200	83.400	57.000	77.600
05/05/18	669.000	444.000	722.000	415.000	361.000	276.000	86.800	90.700	75.600	64.300
06/05/18	1.080.000	329.000	722.000	378.000	361.000	232.000	68.300	74.800	80.600	75.800
07/05/18	829.000	414.000	720.000	411.000	886.000	365.000	105.000	95.600	55.800	69.500
08/05/18	705.000	544.000	737.000	304.000	255.000	368.000	133.000	118.000	67.100	60.000
09/05/18	708.000	453.000	639.000	4.550.000	339.000	273.000	132.000	119.000	70.500	38.600
10/05/18	683.000	415.000	463.000	353.000	316.000	226.000	251.000	107.000	80.500	80.300
11/05/18	739.000	4.260.000	732.000	355.000	358.000	225.000	73.400	108.000	73.300	67.800
12/05/18	792.000	6.750.000	736.000	351.000	355.000	222.000	101.000	99.500	77.100	72.200
13/05/18	846.000	627.000	739.000	318.000	352.000	220.000	117.000	94.300	65.300	79.900
14/05/18	712.000	636.000	740.000	306.000	362.000	227.000	97.200	93.700	76.400	57.100
16/05/18	717.000	889.000	604.000	359.000	340.000	279.000	68.000	90.500	48.300	56.600
17/05/18	738.000	452.000	481.000	288.000	363.000	234.000	124.000	89.500	70.900	76.200
18/05/18	699.000	6.160.000	755.000	363.000	323.000	336.000	95.800	61.400	77.800	52.900
19/05/18	475.000	680.000	511.000	446.000	368.000	377.000	178.000	101.000	97.000	87.400
Média das ocorrências	770.655	652.214	628.741	458.397	354.309	291.930	113.141	83.174	62.184	58.984

Fonte: Elaborada pela autora.

Dessa forma, tendo em vista as estatísticas levantadas, as cinco formações nominiais que são alvo de nosso olhar nesta pesquisa são as seguintes: *Amigos da Escola*⁴; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*; *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*. Todavia, vale ressaltar que a estatística

⁴ O programa Amigos da Escola foi criado pela Rede Globo de Televisão, em 1999, em parceria com o programa Comunidade Solidária, fundado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), sob a coordenação da Dra. Ruth Cardoso, esposa de Cardoso. Sendo assim, apesar de não ser um Programa criado por uma instituição governamental, ele possui parceria com um programa do Governo Federal. Ademais, em nossa pesquisa, a FN “Amigos da Escola” obteve o maior número de ocorrências dentre as demais FNs. Julgamos, portanto, que ela se enquadra no *corpus* de análise que propomos a realizar. Informações obtidas em: FERNANDES, M.D.E. Programa amigos da escola – Todos pela educação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

apresentada, embora tenha sido fundamental para a seleção das formações nominais a serem analisadas, desempenhou papel secundário no decorrer do trabalho, uma vez que não se torna fundamental a quantidade de ocorrências encontradas no *corpus*, mas a regularidade que essas ocorrências assumem no uso efetivo da língua, ou seja, a real possibilidade que os exemplos adquirem de funcionar em determinados acontecimentos enunciativos.

Assim, pretendemos observar as ocorrências dessas formações nominais em diversas situações de enunciação. Para tanto, na realização da análise, utilizamos o procedimento metodológico de rede enunciativa desenvolvido por Dias. Expliquemos melhor como ocorre o funcionamento da rede enunciativa. Segundo Dias (2018),

a constituição de uma rede enunciativa envolve a formação de contrastes entre a construção linguística em estudo e outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção dos domínios de mobilização que a enunciação sustenta. Essas construções outras, trazidas para a rede enunciativa, são construídas pelo próprio pesquisador e/ou podem também ser buscadas em usos efetivos, como no Google e nos bancos de dados que abrigam usos orais e escritos da nossa língua. (DIAS, 2018, p.35).

Dessa forma, conforme o autor (2018, p.35), esse procedimento metodológico estabelece “pontos de observação enunciativa” que permitem que as diferentes dimensões da significação de um elemento linguístico sejam visualizadas. Isso ocorre com o intuito de apresentar os “domínios de mobilização” de sentido de um mesmo elemento linguístico.

Segundo Dias (2018, p. 17, grifo do autor), “denominamos *domínio de mobilização* as articulações de sentido socialmente configuradas que determinam as formas expressivas na constituição de uma unidade significativa”. Ademais, o autor afirma que os domínios de mobilização “são modos sociais de agir, reagir, não agir, no mundo por meio de formas de expressão.” (DIAS, 2018, p. 57). Por conseguinte, é por meio da elaboração de redes enunciativas das formações nominais que percebemos as razões enunciativas para a enunciação dessas formas.

Por fim, salientamos que julgamos ser necessária a inserção da nossa metodologia de pesquisa logo no início da Dissertação, visto que ao longo dos capítulos destinados aos pressupostos teóricos já iremos desenvolver algumas análises, a fim de exemplificarmos o conceito apresentado.

CAPÍTULO I

AS BASES DA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO

1 ENUNCIÇÃO

Neste capítulo, apresentamos as bases teóricas que fundamentam a nossa pesquisa. Para isso, o capítulo foi dividido conforme descrito, a seguir. Em um tópico macro (1), discorreremos sobre a **Enunção**, apresentamos alguns aspectos fundadores desse campo teórico e delineamos o conceito de enunção sob a perspectiva de diferentes autores. Como parte integrante desse tópico (1.1), apresentamos os pressupostos da **Semântica da Enunção**, evidenciando o seu objeto de estudo, a significação da linguagem e a sua unidade de análise, o enunciado. Na tentativa de ampliar as discussões sobre uma semântica de bases enunciativas, trazemos a seção (1.1.1), onde tratamos da noção de **Acontecimento enunciativo** que, para os objetivos estabelecidos em nossa proposta de trabalho, requer a apresentação de três princípios essenciais à sua constituição: **Espaço de enunção** (1.1.1.1), a fim de mostrarmos como se dá a relação entre as línguas e os falantes – aqui explicitamos, também, o conceito de **Político** que balizará nossas análises (1.1.1.1.1) -; **Cena enunciativa** (1.1.1.2), dando relevo ao agenciamento das figuras da enunção; e **Memorável** (1.1.1.3), de modo a enfatizar em que medida o sentido deve ser estudado na relação com o passado. E, por fim, no último tópico (1.2), discorreremos sobre a **Argumentação e sua interface enunciativa**. Optamos por essa organização para tentarmos demonstrar em que medida essas perspectivas teóricas se conectam e se hierarquizam em nosso trabalho.

A teoria da Enunção⁵ desenvolveu-se apoiada em diferentes pensamentos sobre a linguagem. Partimos do princípio de que desde os estudos dos gregos encontramos aspectos fundadores do que concebemos por Enunção. Em 1985, Fuchs apresenta em seu artigo *As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica* (1985) uma reflexão sobre a origem do pensamento enunciativo. Nesse artigo, a autora aponta a Retórica, a Gramática e a Lógica como precursoras desse campo, em ordem decrescente de importância. A seguir, discutiremos esses aspectos.

Iniciando pela Retórica aristotélica, Fuchs (1985) nos diz que ela é a enunção desenvolvida por meio do discurso. Sendo, portanto,

⁵ Nesta dissertação, utilizaremos o termo “Enunção” com a inicial maiúscula para nos referirmos à área de estudo e “enunção” com a inicial minúscula para nos referirmos ao processo enunciativo.

[...]um conjunto de “receitas” dirigindo-se para um sujeito concebido como agente produtor, criador de discurso, e visando permitir-lhe persuadir, convencer seu auditório [...]. As receitas da produção de tais discursos são, por conseguinte, diversificadas segundo os **sujeitos** e as **situações de produção**. (FUCHS, 1985, p.111-112, grifos nossos).

Nessa direção, consideramos, em consonância com Fuchs (1985), que a perspectiva enunciativa está presente na retórica a partir da noção de “sujeito” e de “situações de produção”. De acordo com a autora (1985, p.112), a retórica de Aristóteles “se sustenta, enquanto princípio, na consideração daquilo que chamamos hoje ‘a situação de enunciação’”, pois compreendia a imagem que o orador pretendia dar de si mesmo (*ethos*), a imagem que o auditório constrói sobre o orador a partir das emoções despertadas por meio do discurso (*pathos*) e o tipo de argumento em função da situação (*logos*). Além disso, segundo a autora, Aristóteles fragmentava o discurso em três elementos: aquele que fala, o assunto sobre o qual se fala e aquele para quem se fala, que, como evidenciado pelas “provas” retóricas - *ethos*; *pathos* e *logos*, são os elementos constitutivos da situação de enunciação.

Um outro aspecto que propiciou o surgimento do pensamento enunciativo, para Fuchs (1985), foi a Gramática, que corresponde, na concepção da pesquisadora, à enunciação abordada por meio da língua. A Gramática, “apesar de estar interessada pelas regras constitutivas do sistema da língua comum a todos os utilizadores e não aos mecanismos de produção do discurso por um sujeito em situação” (FUCHS, 1985, p.113), pode ser vista como precursora dos estudos enunciativos, porque ela trata da existência de fenômenos enunciativos da língua como, por exemplo, a *dêixis* e as modalidades e da problemática do sujeito. Por meio do estudo da *dêixis* (eu-aqui-agora), “a tradição gramatical reconheceu a especificidade de alguns termos que só obtêm valor determinado através da atualização momentânea que lhes confere a produção do enunciado em que aparecem” (FUCHS, 1985, 113-114). Já através do estudo das modalidades lógico-gramatical, a tradição considera que os modalizadores são elementos lexicais que demonstram a influência do sujeito na língua, como, por exemplo, o modalizador *infelizmente*.

Quanto à Lógica, em conformidade com Fuchs (1985), é a enunciação redescoberta por meio da linguagem. Embora postulados básicos da lógica clássica sejam

nitidamente anti-enunciativos, constata-se, entretanto, a emergência, atualmente, de problemáticas que se aproximam da enunciação: de um lado, no interior da própria lógica (através das semânticas intensionais), por outro lado na sua periferia (sob o impulso das “filosofias da linguagem ordinária”). (FUCHS, 1985, p. 115).

A partir da Lógica, pôde-se perceber a necessidade de estudar os fenômenos semânticos pela orientação do sentido e não apenas da referência. A semântica intensional, reconhecida pela observação do sentido, questiona o privilégio atribuído ao ponto de vista extensional, ou seja, a transparência da linguagem marcada pela referência (FREGE, 1971). Dessa forma, não lidar somente com a referência corresponde, na visão de Fuchs (1985) – com a qual concordamos -, à parte enunciativa da Lógica. Além disso, a filosofia da linguagem também se põe na contramão daqueles que enxergam os postulados da Lógica como anti-enunciativos “em particular o privilégio concedido à asserção: denúncia que conduziu à teoria dos ‘atos de linguagem’ (ou de ‘discurso’, ou ainda ‘de fala’), sobretudo à noção de ‘performativo’; cf. Austin, Searle e Strawson” (FUCHS, 1985, p. 115).

Ressaltamos que, ao abordarmos a Retórica, a Gramática e a Lógica não estamos dizendo que esses campos são estudos propriamente enunciativos. Mas, sim, estamos evidenciando que, nessas áreas de investigação, há elementos fundadores que, posteriormente, observados pontos de contrastes e aproximação, integraram-se à teoria da Enunciação.

Nessa direção, a Enunciação se constitui por meio de uma pluralidade de teorias desenvolvidas por diferentes autores. A fim de abordarmos essa pluralidade, apropriar-nos-emos do estudo realizado por Flores e Teixeira (2005/2017)⁶. No livro *Introdução à linguística da enunciação* (2017), os autores apresentam uma divisão dos estudos enunciativos em dois grupos. No primeiro grupo, “estão as diferentes linguísticas que buscam a formalização de seu objeto” (FLORES, TEIXEIRA, 2017, p. 12). Desse grupo fazem parte Bally e Benveniste, que possuem princípios voltados para a Enunciação, todavia não apresentam um modelo próprio de análise. No segundo grupo, estão presentes as diferentes linguísticas “que concebem o próprio objeto como heterogêneo” (FLORES, 2017, p. 12). Ou seja, estão presentes nesse grupo os trabalhos dos autores que formularam concepções teórico-metodológicas para uma análise enunciativa como, por exemplo, Ducrot, Jakobson, Authier-Revuz, Culioli, Kebrat-Oracchioni. Flores e Teixeira (2017) ressaltam que essas perspectivas correspondem a diferentes momentos de análise da linguagem e que elas se complementam.

Após apresentarmos os aspectos fundadores da Enunciação e percebermos que ela se constitui por meio de uma pluralidade de teorias desenvolvidas por diferentes autores, precisaremos fazer

⁶ Esta é a data da primeira publicação deste livro. Todavia, a edição citada nesta dissertação é a de 2017.

um recorte que sustentará teoricamente nossa pesquisa, a fim de situarmos de forma mais específica o que, para nós, é a enunciação e como se dá o processo enunciativo. Dessa forma, traremos aqui o conceito de enunciação do modo como foi/tem sido desenvolvido por Benveniste (1989/2006), Ducrot (1984/1987), Guimarães (1989, 2002/2017, 2018) e Dias (2013a).

Benveniste, em seu texto *O aparelho formal da enunciação* (1989/2006)⁷, afirma que a enunciação é a relação do sujeito com a língua, uma vez que o sujeito se apropria da língua, colocando-a em funcionamento, a fim de produzir sentido. Nas palavras de Benveniste (2006, p. 82), “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Para o autor, a enunciação é caracterizada pela “acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo” (2006, p. 87). A essa caracterização da enunciação o autor atribui o nome de quadro figurativo da enunciação. Assim, ao postular o quadro figurativo da enunciação, Benveniste (2006) nos mostra que a enunciação é diálogo, isto é, ela tem necessariamente um *eu* e um *tu*, que alternam as suas funções no processo enunciativo gerando, assim, a relação de intersubjetividade entre os sujeitos da enunciação.

Passaremos agora às contribuições de Ducrot sobre o conceito de enunciação. No texto intitulado *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação* (1984/1987)⁸, o autor aborda o estudo da polifonia por meio da materialidade linguística do enunciado, a fim de identificar as várias vozes que se manifestam, simultaneamente, nos discursos. No desenvolvimento desse estudo, o autor apresenta a sua perspectiva de enunciação. Nas palavras de Ducrot (1987), a enunciação

é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um **acontecimento histórico**: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que eu chamo ‘enunciação’. (DUCROT, 1987, p. 168, grifo nosso).

Desse modo, a enunciação, para Ducrot (1987), é um acontecimento histórico de linguagem em que o enunciado se manifesta. Ou seja, a enunciação ocorre no momento em que alguém produz um enunciado em um determinado acontecimento histórico.

⁷ Esta é a data da primeira publicação deste livro. No entanto, nesta dissertação, a edição citada é a de 2006.

⁸ Esta é a data da primeira publicação deste livro. Porém, a edição citada nesta dissertação é a de 1987.

Guimarães, esteado pelas contribuições dos autores supracitados, desenvolve o conceito de enunciação no decorrer de seus trabalhos. Em vista disso, procuramos traçar um caminho que nos leve ao conceito de enunciação proposto pelo autor. Salientamos que o nosso objetivo não é esgotar todas as considerações estabelecidas pelo teórico, antes pretendemos percorrer um caminho que nos faça entender como o conceito de enunciação foi articulado em seus estudos.

É importante frisarmos que, a princípio, Guimarães, autor que tomamos agora como um dos balizadores do conceito que norteará nossa pesquisa, aparentemente, se manifesta contrário a uma das associações que acabamos de realizar. Afinal, para ele (2017),

o tratamento da enunciação deve se dar num espaço em que seja possível considerar a constituição histórica do sentido, de modo a que a semântica se formule, claramente, como uma disciplina do campo das ciências humanas, **fora de suas relações com a lógica ou a gramática pensadas ou como o matematizável ou como uma estrutura biologicamente determinada.** (GUIMARÃES, 2017, p.10, grifo nosso).

Assim, concordamos com o autor sobre o distanciamento que a enunciação deve assumir de perspectivas gramaticais ou lógicas “pensadas ou como o matematizável ou como uma estrutura biologicamente determinada”. Entretanto, entendemos, assim como Fuchs (1985) que essas duas áreas apresentam nuances que podem ser analisadas, também, sob um viés diferente desse, conforme já apresentado anteriormente. Ou seja, é possível perceber manifestações históricas, ainda que sutis e pormenorizadas, no fato linguístico abordado por alguns estudos gramaticais e lógicos.

Nessa direção, em seu artigo intitulado *Enunciação e História* (1989), Guimarães estabelece o conceito de enunciação relacionando-o a uma perspectiva histórica da linguagem, visto que define a enunciação como “o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado” (1989, p.78). Dito de outra forma, a enunciação refere-se a uma atividade social situada historicamente no acontecimento, e

[...] algo só é enunciado se relacionado a um conjunto de entidades de mesma natureza, outros enunciados. Ou seja, não seria possível imaginar a existência de um enunciado único. Faz parte das condições de existência de um enunciado que existam outros. Assim seu caráter é necessariamente relacional. Só há um enunciado se houver mais de um. Ou seja, é impossível pensar a linguagem, o sentido, fora de uma relação. Nada se mostra a si mesmo na linguagem. Algo sozinho nunca é linguagem. Algo só é linguagem com outros elementos e nas suas relações com o sujeito. Isto dá o caráter inescapavelmente histórico da linguagem. (GUIMARÃES, 1989, p.74).

Cabe ressaltar que Ducrot (1987) também já concebia a enunciação como um acontecimento histórico, entretanto Guimarães (1989) faz uma atualização desse termo. Para Ducrot (1987), a noção de história é concebida cronologicamente como sucessão temporal. Já Guimarães (1989), por sua vez, atribui à história um caráter, além de temporal⁹, social, visto que enunciar, na sua concepção, é algo determinado socialmente.

Em seu livro *Semântica do Acontecimento* (2002/2017)¹⁰, Guimarães sinaliza outra definição de enunciação. Nessa obra, o autor toma “a enunciação como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua” (2017, p.10). Assim, guardadas as devidas proporções, ele compartilha da ideia apresentada por Benveniste (2006). Além disso, da mesma forma que Ducrot (1987), Guimarães (2017) apresenta a enunciação como um acontecimento e, nessa condição de acontecimento, a enunciação se dá, portanto, a partir da inclusão de um enunciado em um texto.

A última definição de enunciação postulada por Guimarães, que traremos aqui, está presente em seu livro *Semântica Enunciação e Sentido* (2018). Conforme o autor, “a enunciação diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo. Trata-se, para nós, de um acontecimento, o acontecimento do dizer” (2018, p. 18-19). Ou seja, a enunciação é o acontecimento do funcionamento da língua que produz sentido em um determinado espaço de enunciação¹¹. Essa definição engloba os aspectos apresentados nas demais definições, mostrando, assim, que elas, embora registradas de formas distintas, apresentam pontos de contato e de complementação.

Ainda sobre o conceito de enunciação, discorreremos sobre a posição de Dias (2013a). O autor desenvolve o conceito de enunciação amparado nos estudos de Guimarães e, conseqüentemente, nos estudos de Benveniste e Ducrot. Dias (2013a, p.15) evidencia que a “enunciação é o acontecimento de produção do enunciado, o qual adquire sentido na medida em que uma mesma atualidade motivadora da formulação adquire pertinência na relação com outras enunciações, concebidas como traços da memória discursiva”. Isto é, o sujeito produz enunciados pelo funcionamento da língua e esses enunciados são significados em uma

⁹ A forma como Guimarães percebe a temporalidade do acontecimento será melhor definida no item 1.1.1 deste capítulo.

¹⁰ Esta é a data da primeira publicação deste livro. Nesta dissertação, a edição citada é a de 2017.

¹¹ O conceito de espaço de enunciação será desenvolvido no item 1.1.1.1 deste capítulo.

atualidade enunciativa que é contemplada no presente da enunciação e demanda de uma memória discursiva, compreendida, neste trabalho, como memorável.

De maneira geral, alicerçados nas contribuições dos autores que foram aqui reportados, e de acordo com eles, podemos dizer que a enunciação é um acontecimento histórico-social, no qual o sujeito se relaciona com a língua em funcionamento, produzindo enunciados que são significados por meio de uma temporalidade própria desse acontecimento.

Após termos apresentado o conceito de enunciação na perspectiva de vários autores, abordaremos, no próximo tópico, o que Guimarães (2017, 2018) nomeia como Semântica do Acontecimento ou Semântica da Enunciação.

1.1 Semântica da Enunciação

A Semântica da Enunciação, segundo Guimarães (2018), é a disciplina científica que se dedica ao estudo do funcionamento da língua e da linguagem. Essa disciplina tem a significação da linguagem como objeto de estudo e tem o enunciado como unidade de análise. Discutiremos, a seguir, de que maneira a Semântica da Enunciação entende significação e enunciado.

O objeto de estudo da Semântica da Enunciação, a significação, é constituído discursivamente pela enunciação em ato. Logo, concordamos com Guimarães (2018, p.15-14, grifo nosso) que “a significação é o que se apresenta por **aquilo que se diz**”. Em outros termos, a significação é produzida quando alguém diz um enunciado em um determinado acontecimento enunciativo.

Já o enunciado, é um elemento linguístico que deve ser investigado no acontecimento enunciativo em que está inserido. Guimarães (2018) diz que o enunciado possui, em seu funcionamento, uma consistência interna e uma independência relativa. A consistência interna está atrelada à relação estabelecida entre os elementos linguísticos do enunciado, ou seja, à relação de articulação entre as palavras, que é estabelecida pela sintaxe do enunciado. A independência relativa, por sua vez, refere-se à inter-relação de um enunciado com outros enunciados do texto em que está incorporado.

A partir do objeto de estudo e da unidade de análise da Semântica da Enunciação, comungamos com Guimarães (2018) o fato de que a Semântica da Enunciação estuda os sentidos dos enunciados, visto que o sentido é determinado por meio da significação do enunciado. O sentido de um enunciado é conferido através da sua inserção na enunciação, porque o seu sentido “é a sua relação de integração ao texto em que está” (GUIMARÃES, 2018, p.42). Compartilhamos, então, em consonância com Benveniste (2006, p.222), que “[...] bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver”, assim, “o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar”.

Assim sendo, Guimarães (2007) afirma que o trabalho com o sentido deve ser realizado no estudo do acontecimento da enunciação, visto que a significação de uma palavra ou de uma expressão é construída linguisticamente na e pela enunciação. Nas palavras de Guimarães (2007, p.95), “[...] as coisas acontecem. O dizer é um acontecimento. A enunciação constitui o sentido linguístico como relações de linguagem. A própria unicidade da referência se constrói no processo enunciativo”. Assim sendo, a referência de um enunciado é estabelecida em relação à enunciação, pois, para significar, ela depende dos fenômenos de linguagem (pessoa-tempo-espço) construídos enunciativamente.

Partindo do princípio de que, para a Semântica da Enunciação, “dizer é um acontecimento”, é indispensável discursarmos sobre o conceito de acontecimento, bem como de outros pressupostos que possibilitam a compreensão desse conceito, tais como espaço de enunciação, cena enunciativa e memorável. É isso que faremos a seguir.

1.1.1 Acontecimento enunciativo

Compreender a enunciação como um acontecimento de linguagem nos conduz a explicar de forma mais detalhada sobre o conceito de acontecimento enunciativo. Entretanto, antes de concebermos a noção de acontecimento para a Semântica da Enunciação, abordaremos como ela foi desenvolvida pelo filósofo Michel Pêcheux.

Pêcheux, em seu livro *O discurso: estrutura ou acontecimento (1983/2015a)*¹², trabalha a noção de acontecimento a partir do enunciado ‘*On a gagné*’ [Ganhamos] em um período específico, na época em que “ele [o enunciado ‘*On a gagné*’] atravessou a França no dia 10 de maio de 1981, às 20 horas e alguns minutos” (PECHEUX, 2015a, p. 16). Especifiquemos melhor, o enunciado ‘*On a gagné*’ atravessa os discursos na França no período pós-eleição presidencial que culminou com a vitória de François Mitterand. Em sua análise, Pêcheux (2015a) considera que o acontecimento é fruto de uma memória e de uma atualidade que o enunciado evoca. Tem-se, portanto, um acontecimento histórico, a eleição presidencial, que é o ponto de origem desse enunciado que poderá ser, conseqüentemente, rememorado em acontecimentos posteriores. Tal noção, como será apresentada a seguir, está contemplada nos estudos da Semântica da Enunciação.

O termo acontecimento, no campo dos estudos da significação da linguagem, surgiu a partir dos fundamentos postulados por Ducrot (1984). O autor desenvolve o conceito de acontecimento tendo por base a ideia de “realização linguística”. Para tanto, discute o sentido do nome “realização” apresentando-o em três sentidos diferentes e complementares. O primeiro sentido compreende a “realização” como um produto, ou seja, o enunciado e o discurso, nos termos de Ducrot (1984, p. 368). Assim, trata-se da “sequência sonora (ou gráfica) que apareceu em tal ponto do espaço e do tempo”. O segundo, por sua vez, apreende a “realização” como processo, ou seja, como etapas de produção, isto é, como “o **acontecimento** que constitui a sua aparição, a sua inserção na sucessão de fenômenos” (DUCROT, 1984, p. 368-369, grifo nosso). O segundo sentido, refere-se, portanto, ao processo enunciativo e aborda os fatos que ocorrem antes, durante e depois da enunciação. Por fim, o terceiro sentido designa a “realização” como “o processo ao fim do qual uma coisa ficou realizada, o trabalho que lhe dá origem” (DUCROT, 1984, p. 369). Essa realização linguística é, conforme Ducrot (1984, p. 369), “a actividade psicofisiológica que conduziu o locutor a dizer aquilo que disse, e cujo produto são as palavras, pronunciadas ou escritas”.

Assim, na concepção de Ducrot (1984, p. 379, grifo nosso), “o acontecimento linguístico é a enunciação, compreendida, [...], como o aparecimento do enunciado ou do discurso, como a sua erupção num lugar determinado da **história**”. Dessa forma, o acontecimento linguístico,

¹² Texto apresentado por Pêcheux na conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições”, realizada na Universidade de Illinois Urbana-Champaign no período de 8 a 12 de julho de 1983. Nesta dissertação, utilizaremos a edição de 2015.

para Ducrot, é concebido como histórico. Estando a noção de histórico diretamente relacionada à linearidade do discurso (ontem-hoje(agora)-amanhã), ou seja, a história está inserida na “sucessão dos fenômenos” (DUCROT, 1984, p.369), como já citamos anteriormente.

Feita essa breve descrição da noção de acontecimento como “realização” postulada por Ducrot (1984), avançaremos na constituição desse conceito desenvolvido por outros autores que também se dedicaram aos estudos enunciativos. Destacamos que a noção de acontecimento está, desde o início de sua inserção nos estudos da linguagem, relacionada ao funcionamento da língua.

O acontecimento, nos estudos enunciativos, não é visto como algo linear, mas sim como algo constituído historicamente. Nessa direção, faz-se necessário discutirmos como se constitui, para fins de nossa pesquisa, a ideia de temporalidade. Guimarães (2017, 2018) considera que algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem e o que caracteriza essa diferença é a temporalização, que se constitui no e pelo acontecimento. Nos dizeres de Guimarães (2018, p. 38), “a diferença que constitui a especificidade do acontecimento é uma temporalidade de sentidos: um passado, um presente e um futuro”. Conforme o autor (2018), o passado recortado pelo acontecimento enunciativo é chamado de memorável, e o futuro que é a projeção de enunciações futuras é chamado de futuridade. Isso, portanto, nos remete à noção de “sucessão de fenômenos” abordada por Ducrot (1984). Contudo, para Guimarães (2017, 2018), presente, passado e futuro existem em concomitância, ou seja, não há uma linearidade no discurso como é apresentado pela perspectiva ducrotiana, pois o enunciado está articulado em redes, não sequencialmente. Dessa forma, “[...] não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2017, p. 16). Isso porque o acontecimento agencia o sujeito.

Ademais, ressaltamos que no acontecimento há o reconhecimento do memorável e da futuridade, que se efetivam na realização enunciativa presente (DALMASCHIO, 2013). Logo, o acontecimento é a atualização de uma virtualidade, em outros termos, é a atualização de uma memória, visto que o novo é sempre atualizado no processo enunciativo. Podemos, neste momento, abordar a concepção de que o acontecimento ancora-se em uma virtualidade. Segundo Sousa Dias (1995, p.89)¹³, conforme citado por Dalmachio (2013, p.63), “[...]um

¹³ SOUZA DIAS. *A lógica do acontecimento –Deleuze e a Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

acontecimento não existe fora das suas efetuações. Mas também não se esgota nelas, não ‘está’ apenas no seu existir atual”. Dessa maneira, o caráter de virtualidade do acontecimento se dá pois os discursos estão no memorável, eles se apresentam como uma possibilidade de acionamento por meio de uma atualização do dizer. Demonstraremos, com o exemplo (1), o que acabamos de descrever.

(1)

Figura 2 – A dinamicidade do acontecimento enunciativo



Fonte: Charge obtida por meio do *Google*¹⁴

Na charge (1), os enunciados (1a) “Vão estudar cambada!” e (1b) “Fica fria mãe, o governo disse que não existe motivo para o boato sobre o *Bolsa Família!*” se articulam ancorados em um domínio referencial (político). Assim, significam enquanto recortes do memorável (da virtualidade) que são postos em cena pelo presente da enunciação (atualidade) e apresentam potenciais de sentidos que asseguram futuridade para as enunciações vindouras. Discursos anteriores sobre o Programa *Bolsa Família* são imprescindíveis para a produção do efeito de sentido instituído pelo texto (passado). E esse efeito, (re)construído pelo acontecimento em ato (presente), passa a funcionar como novo domínio referencial (crítica política) para outras significações (futuro), nos mais diversos espaços de enunciação.

¹⁴ Disponível em: <http://www.genildo.com/2013/05/boatos-sobre-o-bolsa-familia.html>. Acesso em: 14 jun. 2018.

1.1.1.1 O espaço de enunciação

O espaço de enunciação é configurado por uma relação entre línguas e falantes, pois só há línguas porque há falantes e só há falantes porque há línguas. Nesse espaço há, portanto, uma relação de línguas com línguas, de falantes com falantes e de línguas com falantes (GUIMARÃES, 2018). Sendo assim, devemos, inicialmente, responder, conforme Guimarães (2018), aos seguintes questionamentos: “O que é língua?” e “O que são os falantes?”.

A língua, para Guimarães (2018), é um conjunto de regularidades que possui vários elementos linguísticos como, por exemplo, as formas, as palavras, os sons etc, que se combinam no processo de enunciação, com a propriedade de produzir sentido por meio da linguagem. Conforme Guimarães (2018, p. 24), a língua “pode ser caracterizada como um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente”. Assim, o funcionamento da língua produz sentido, porque as línguas tomam os falantes, em outras palavras, a língua agencia os falantes enquanto seus. Em harmonia com Guimarães (2018, p. 23), concordamos que as línguas “funcionam na sua relação com falantes”, uma vez que línguas e falantes se constituem mutuamente, assim, não é possível definir a língua sem pensar no falante, ou seja, no sujeito que a utiliza. Isso nos impulsiona a pensar sobre a concepção de falantes e sua relação com as línguas.

Os falantes são seres de linguagem que são constituídos em relação com as línguas. Para Guimarães (2017),

os falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido, falantes não são as pessoas na atividade físico-fisiológica, ou psíquica de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo espaço de enunciação. (GUIMARÃES, 2017, p. 24).

Em vista disso, o falante é uma categoria linguística e enunciativa, e configura-se como uma “figura política constituída pelos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2017, p. 25). A língua e os falantes se relacionam em um espaço múltiplo no qual a língua afeta o falante e o falante afeta a língua. Essa relação ocorre em um espaço regulado de disputas pela palavra, pela língua. Nas palavras de Guimarães (2017),

os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa

incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado dessa deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. (GUIMARÃES, 2017, p.25).

Sendo assim, nesses espaços de disputa, próprios do acontecimento enunciativo, há uma divisão que identifica os falantes, pois ao falar o falante se insere em um espaço de poder que é distribuído de acordo com a sua identificação social. Os papéis sociais identificam valores hierárquicos que podem ser atribuídos à divisão social da língua, marcada por uma disputa política que assegura aos falantes o poder de “dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros” (GUIMARÃES, 2017, p. 29). O espaço de enunciação constitui-se, assim, como um litígio. Nota-se, portanto, que, para Guimarães (2017, 2018), o falante não é visto como uma figura empírica, como na concepção de Ducrot (1987), mas como uma figura política constituída por meio dos espaços de enunciação.

Haja vista que o espaço de enunciação possui um caráter político, inerente ao acontecimento enunciativo, como mencionamos anteriormente, julgamos ser necessário discutir mais profundamente como se configura esse aspecto político da linguagem.

1.1.1.1.1 O político na enunciação

Para a Semântica da Enunciação, o conceito de político é relativo às divisões enunciativas apresentadas na organização do dizer. A concepção de político abordada por Guimarães (2017, 2018) é constituída com base no pensamento de Eni Pulcinelli Orlandi, apresentado em *Terra à vista* (1990) e no pensamento do filósofo Jacques Rancière (1996).

Começaremos apresentando o modo como Orlandi (1990) aborda a concepção de político. A autora define o político como a “relação de confronto de sentidos” (ORLANDI, 1990, p. 35), dessa forma, afirma que a linguagem é política, pois o sentido é dividido, (re)direcionado. Ademais, para sistematizar a presença do político na linguagem, Orlandi (1990) faz uma análise do conceito de silêncio. Para tanto, expõe o silêncio como o aspecto fundador do sentido, já que

“o silêncio *é*. No silêncio, o sentido *é*. Há história no silêncio porque há sentido no silêncio” (ORLANDI, 1990, p. 50, grifos da autora), em outros termos, o silêncio significa. Nas palavras de Orlandi (1990, p. 51), “o silêncio fundador não recorta: ele significa em si. E é ele, afinal, que determina a política do silêncio: *é* porque significa em si que o ‘não-dizer’ faz sentido e faz sentido determinado. É o silêncio fundador, portanto, que sustenta o princípio de que a linguagem *é* política”. Rancière (1996), por sua vez, aponta que “a política *é* a esfera de atividade de um comum que só pode ser litigioso” (RANCIÈRE, 1996, p. 29). Desse modo, o político *é* tido como pressuposição da desigualdade. Assim, sucintamente, para Rancière (1996) a política *é* definida como “desentendimento”, conflito. Acentuamos que ao fazermos essa breve exposição da noção de político desenvolvida por Orlandi (1990) e por Rancière (1996) não estamos esgotando tal conceito, mas sim estamos nos apropriando dos pensamentos fundadores para o desenvolvimento da noção de político exposta por Guimarães (2017, 2018).

A partir desses pensamentos, o político *é* delineado por Guimarães (2017) como o elemento que constitui o conflito no acontecimento do dizer, portanto, ele “*é* próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem” (GUIMARÃES, 2017, p. 20). Assim sendo, *é* no funcionamento da linguagem que o político instala uma desigualdade a partir da divisão dos lugares de enunciação estabelecida pela cena de enunciação¹⁵ que revela que a distribuição das línguas para os seus falantes ocorre de modo desigual. Nas palavras de Guimarães (2018), o político se caracteriza, portanto,

pela oposição entre a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam: organizam o (*sic*) lugares sociais e suas relações, identificando-os (ou seja, atribuindo-lhes sentido), e recortam o mundo das coisas, significando-as. (GUIMARÃES, 2018, p. 50).

Desse modo, o político *é* o alicerce para as relações sociais, uma vez que a linguagem assume um papel central nessas relações. Nos espaços de enunciação, as línguas são colocadas em funcionamento pelos sujeitos e entram em conflito com as desigualdades produzidas pelos sentidos da enunciação. Assim, “o político *é* incontornável porque o homem fala. O homem *está* sempre a assumir a palavra por mais que esta lhe seja negada” (GUIMARÃES, 2017, p. 22).

¹⁵ O conceito de cena enunciativa será desenvolvido no item 1.1.1.2 desta dissertação.

Além disso, o aspecto político da linguagem refere-se à maneira pela qual o falante se relaciona com a palavra, a fim de conceder a si mesmo o pertencimento para dizer, visto que ele está “sempre dividido pela desmontagem da contradição que o constitui. De tal modo que o estabelecimento da desigualdade se apresenta como necessária (*sic*) à vida social e a afirmação de pertencimento, e de igualdade, é significada como abuso, impropriedade” (GUIMARÃES, 2017, p. 22).

Após apresentarmos a caracterização do político para a Semântica da Enunciação, entendemos ser necessário trazer à tona outro conceito importante para nosso trabalho: o de cena enunciativa, uma vez que o acontecimento enunciativo, ao se efetivar em um espaço de enunciação contornado pelo político, estabelece cenas enunciativas nas quais os lugares de enunciação são divididos e (re)configurados.

1.1.1.2 A cena enunciativa: as figuras da enunciação

O conceito de cena enunciativa é discutido em diversas áreas do conhecimento, logo, filia-se à diferentes teorias, como, por exemplo, à Análise do Discurso e à Semântica da Enunciação. Com o propósito de mostrarmos a pluralidade desse conceito, vamos apresentar como ele é abordado pelos autores Maingueneau (1998/2001)¹⁶ e Charaudeau (2008) nos estudos discursivos. Posteriormente, abordaremos a concepção de cena enunciativa para Ducrot (1987), bem como para Guimarães (2017, 2018), autor ao qual nos deteremos com mais propriedade, visto que nos apropriaremos, nesta pesquisa, da configuração da cena enunciativa defendida por esse teórico.

Partiremos da noção de cena de enunciação proposta por Maingueneau (2001) em seu texto *Análise de textos de comunicação*, mais especificamente no capítulo 7, intitulado *A cena de enunciação*. Nesse texto, o autor desenvolve a análise da cena enunciativa do discurso em três dimensões: cena englobante, cena genérica, cenografia. A primeira dimensão refere-se a um determinado tipo de discurso, já a segunda refere-se ao gênero do discurso de maneira particular. Essas duas cenas, portanto, definem o quadro cênico do texto, isso é, “o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido” (MAINGUENEAU, 2001, p. 87). A

¹⁶ Esta é a data da primeira publicação deste livro. Nesta dissertação, a edição citada é a de 2001.

terceira dimensão, ou seja, a cenografia, refere-se ao contexto que a enunciação implica, logo, é com ela que o leitor se confronta. A cenografia, portanto, “não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para construir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala” (MAINGUENEAU, 2001, p. 87).

Uma outra configuração da noção de cena de enunciação para a Análise do Discurso é discutida por Charaudeau (2008). O autor propõe o termo “encenação” para trabalhar o ato de linguagem. Conforme Charaudeau (2008), o ato de linguagem é determinado como um ato inter-enunciativo que abrange quatro instâncias do sujeito, são elas: o sujeito comunicante (EUC); o sujeito enunciador (EUE); o sujeito destinatário (TUD) e o sujeito interpretante (TUI). Além disso, Charaudeau (2008) fragmenta as instâncias do sujeito em duas partes: uma que apresenta os seres de fala representada pelos EUE e TUD e outra que apresenta os seres sociais representada pelos EUC e TUI.

Ao expormos o conceito de cena enunciativa sob a perspectiva de dois autores pertencentes a uma mesma vertente teórica, a Análise do Discurso, notamos que cada um deles denota uma configuração específica para a cena de enunciação, o que nos permite afirmar que a cena enunciativa recebe diversas (re)configurações dentro de uma mesma abordagem teórica.

Como representante da Semântica Argumentativa, Ducrot (1987), ao elaborar o estudo da polifonia enunciativa, apresenta os personagens da enunciação denominando-os como os “seres de discurso”. Segundo Ducrot (1987), encontram-se em um mesmo enunciado várias funções enunciativas, a saber: a de “sujeito falante”, a de “locutor” e a de “enunciador”. O sujeito falante é o ser empírico, quer dizer, o autor efetivo do enunciado que é produzido. No entanto, Ducrot (1987) ressalta que o sujeito falante não é um problema linguístico, pois ele não participa do processo de produção de sentido do enunciado, sendo assim, ele é excluído das análises ducrotianas. Já o locutor é o ser responsável pelo enunciado, marcado pelo pronome *eu* e por outras marcas de primeira pessoa e desdobra-se em (L) locutor enquanto responsável pela enunciação e em (Y) locutor enquanto pessoa no mundo. Quanto ao enunciador, Ducrot (1987) expõe que ele é a origem dos pontos de vistas apresentados no enunciado. Assim, para Ducrot (1987) os lugares de enunciação são afigurados no estudo da polifonia linguística, ao passo que, de acordo com Guimarães (2017, 2018), como veremos a seguir, os lugares de enunciação são apresentados na cena enunciativa.

No campo da Semântica da Enunciação, o conceito de cena enunciativa vem sendo discutido há décadas por Guimarães (1987, 2002/2017, 2018) com a finalidade de contemplar o agenciamento político da enunciação. Nessa direção, para Guimarães (2018, p. 58), “a enunciação é politópica, a cena enunciativa se configura por uma divisão de lugares de enunciação”.

Destarte, a constituição da cena enunciativa advém da relação entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas, abrangendo os modos de acesso à palavra realizados pelos agentes da enunciação: “aquele que fala” e “aquele para quem se fala” (GUIMARÃES, 2017, 2018). Desse modo, a cena enunciativa fundamenta-se nos lugares de dizer temporalizados e especificados no acontecimento. Essa divisão política é significativa no acontecimento enunciativo, pois a palavra é sempre assumida de um lugar social específico que é individualizado por uma deontologia particular de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento enunciativo.

O agenciamento enunciativo do falante é realizado pelo funcionamento da língua no acontecimento de enunciação, já que “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, 2017, p. 15). Dessa forma, na cena enunciativa, “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são seres físicos, antes são uma configuração do agenciamento enunciativo, ou seja, são os lugares constituídos pelos dizeres. Portanto, “o agenciamento do falante no acontecimento o agencia dividindo-o por uma politopia da cena enunciativa” (GUIMARÃES, 2018, p. 61).

Vimos que a cena enunciativa contempla os agentes da enunciação, são eles, “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Posto isso, apresentaremos agora o modo de funcionamento do dizer que retrata os papéis assumidos pelas figuras da enunciação no agenciamento enunciativo. Para tanto, tomaremos por base os dizeres de Guimarães (2018), para quem o falante, ao ser agenciado a enunciar, se desdobra em lugar que diz (Locutor); lugar social do dizer (alocutor) e lugar de dizer (enunciador: individual, coletivo, genérico e universal). Explicitaremos as figuras da enunciação a partir da análise do discurso¹⁷ proferido pelo ex-presidente da

¹⁷ Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/leia-a-integra-do-discurso-de-lula-no-lancamento-do-fome-zero/>. Acesso em: 28 nov. 2018.

República Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de lançamento do Programa *Fome Zero*. Vejamos um trecho (2) desse discurso¹⁸:

(2) “A instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o Consea, que hoje realizamos, é mais um passo institucional decisivo de meu governo na luta contra a fome. [...] Sei que muitos, antes de mim, tentaram enfrentar de algum modo o problema da fome no Brasil. E se não o solucionaram, foi porque essa causa não teve a prioridade que merece nem contou com a indispensável mobilização da sociedade. A fome não é um problema só do Brasil. Ela é hoje um flagelo mundial que castiga bilhões de seres humanos em todo o planeta. Nós, brasileiros e brasileiras, temos a obrigação de fazer a nossa parte. [...] E quando digo comer, não estou falando apenas de encher a barriga. Isso, as famílias do semi-árido nordestino já fazem precariamente há séculos, dando aos seus filhos os poucos alimentos que possuem, mas sem o mínimo conteúdo nutricional. Porque fome é, sim, falta de comida. Mas é também não ter uma alimentação adequada. [...] É por isso que não adianta apenas distribuir comida. Se não atacarmos as causas da fome, ela sempre irá voltar, como já aconteceu outras vezes em nossa história. O Projeto *Fome Zero* combina, de um modo novo, o emergencial com o estrutural. É preciso dar o peixe e ensinar a pescar. [...]”. (Grifos nossos).

Na cena enunciativa, o falante é agenciado em Locutor (L) através do funcionamento da língua, assumindo, portanto, o lugar daquele que diz algo para alguém, ou seja, para o Locutário (LT). Assim, o Locutor é “o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer” (GUIMARÃES, 2017, p. 31-32), ele é uma figura constituída através do discurso, assume o *eu* enunciativo e tem como seu correlato o *tu* Locutário. No discurso em análise, o Locutor é Luiz Inácio Lula da Silva, isso porque foi ele quem proferiu o discurso, sendo, portanto, o responsável pelo dizer. O Locutário correlato desse Locutor são as pessoas interessadas em ouvir tal discurso. Contudo, na cena enunciativa, esse Locutor (lugar que diz) é afetado pelo lugar social do dizer representado pelo alocutor-x (al-x) que é (re)configurado em cada acontecimento enunciativo. Essa (re) configuração ocorre porque o alocutor-x sempre enuncia de um lugar social e, também, político do dizer ocupando diferentes instâncias como, por exemplo, o lugar de professor(a), de engenheiro(a), de mãe, de pai, de filho(a). O alocutor-x é correlacionado ao alocutário-x (at-x) que representa a pessoa para quem o alocutor-x dirige o seu dizer. Assim, em nosso exemplo, o alocutor-x é um alocutor-presidente que fala a seus alocutários-eleitores/cidadãos.

Além do lugar que diz (L) e do lugar social do dizer (al-x), há na cena enunciativa o lugar de dizer que é estabelecido pela figura do enunciador (E). O enunciador (E) é caracterizado por

¹⁸ Esse exemplo foi selecionado em função de ser um discurso que se associa a um dos programas sociais - Fome zero - cujo nome será utilizado como *corpus* de análise do presente trabalho.

apresentar um lugar de dizer ora individual, ora genérico, ora coletivo, ora universal. Sendo, portanto, “um lugar x que se relaciona com o que se diz no acontecimento” (GUIMARÃES, 2017, p. 65). Com o propósito de demonstrarmos as figuras do enunciador, elencaremos o modo como os lugares de dizer (E) são agenciados.

O enunciador-individual se identifica como o lugar de dizer assumindo o *eu* enunciativo. Nas palavras de Guimarães (2017, p. 35), há a presença do enunciador-individual “quando a enunciação representa o Locutor como independente da história”. Como pode ser visto no excerto seguinte:

(2a) “A instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o Consea, que hoje realizamos, é mais um passo institucional decisivo de meu governo na luta contra a fome.”

Em (2a), o alocutor-presidente mobiliza um enunciador-individual a partir do uso do pronome possessivo “meu” que associa o dizer a um determinado indivíduo, no caso, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O enunciador-coletivo, por sua vez, apresenta o dizer de uma coletividade por meio de uma única voz, podendo ser identificado, por exemplo, em verbos conjugados nas pessoas do plural (nós, vós, eles), em palavras que expressam uma coletividade (beneficiários de Programas Sociais, por exemplo) etc. Ilustraremos o que acabamos de dizer com o excerto seguinte:

(2b) “Nós, brasileiros e brasileiras, temos a obrigação de fazer a nossa parte.”

Em (2b), o alocutor-presidente profere o pronome “nós” e as palavras “brasileiros e brasileiras” que não correspondem mais somente ao presidente e sim à uma coletividade. Então, nesse enunciado, há o descentramento do alocutor-presidente a partir da transição do “eu” para o “nós”. No exemplo, o enunciador-coletivo apresenta o dizer de um conjunto de pessoas, a fim de que elas realizem uma ação.

Já o enunciador-universal é o responsável por apresentar uma verdade compartilhada, assim, ele retrata o Locutor fora da história produzindo o julgamento de “verdadeiro” ou “falso”. Verifiquemos o enunciador-universal em (2c).

(2c) “Porque fome é, sim, falta de comida.”

Como podemos perceber, no enunciado (2c), o enunciador-universal apresenta uma “verdade” que não é posta em discussão, ou seja, uma “verdade” absoluta. Afinal, faz parte do consensual que a fome é, principalmente, falta de comida.

Por fim, temos o enunciador-genérico que é expresso “quando a enunciação representa o Locutor como difuso num todo em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos” (GUIMARÃES, 2017, p. 35). Em outros termos, o enunciador-genérico é apresentado como modo de saberes partilhados, notadamente, os provérbios, ditos populares.

(2d) “O Projeto *Fome Zero* combina, de um modo novo, o emergencial com o estrutural. É preciso dar o peixe e ensinar a pescar.”

No enunciado (2d), podemos inferir que o alocutor-presidente denota o enunciador-genérico para apoiar o seu dizer. Sendo assim, o enunciador-genérico que diz que “é preciso dar o peixe e ensinar a pescar...” apresenta uma solução para a pobreza do Brasil por meio de um saber compartilhado.

Vimos neste tópico a noção de cena enunciativa e como ocorre o agenciamento das figuras da enunciação. A seguir, na próxima seção, apresentaremos como o memorável é concebido pela Semântica da Enunciação, tendo em vista que ele é um elemento imprescindível ao estudo do sentido e, conseqüentemente, à nossa pesquisa.

1.1.1.3 Memorável: o passado presente no acontecimento

O acontecimento enunciativo recorta um passado de enunciações que para a Análise do Discurso de linha francesa é chamado de interdiscurso, já para a Semântica da Enunciação é concebido como memorável. Essas noções de passado resultaram do conceito de memória estabelecido por Pêcheux em seu artigo *Papel da memória*, que compõe a obra intitulada *Papel da memória* (1999/2015b)¹⁹ de Pierre Achard *et al.* Nesse artigo, o autor nos diz que

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas,

¹⁹ Esta é a data da primeira publicação deste livro. Entretanto, a edição citada nesta dissertação é a de 2015.

de conflito de regulação... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 2015b, p. 50).

Dessa forma, a memória, segundo Pêcheux (2015b), é vista como “já ditos”. Isto é, dizeres anteriores que são retomados e (re)significados nos acontecimentos enunciativos através do funcionamento da língua. A fim de entendermos melhor a noção de memória, nos apropriaremos do livro *Análise de discurso: princípios e procedimentos* (1999/2001)²⁰ da autora Eni Orlandi. Nele, a autora diz que a memória

[...] tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2001, p. 31).

Assim, para Orlandi (2001), autora filiada à Análise do Discurso de linha francesa, o passado é apreendido por um interdiscurso. Sendo o interdiscurso, portanto, o elemento que articula uma atualização dos dizeres que já foram proferidos em outros acontecimentos, essa atualização se dá por meio da retomada de um passado por um presente do discurso, a fim de se produzir novo(s) sentido(s).

Tendo em vista que Orlandi (2001) pertence a mesma linha da Análise de Discurso de Pêcheux (1999), retomamos a base teórica desse autor, sobre o conceito de memória, com o propósito de complementar e entendê-lo melhor. Para isso, visitamos Dalmaschio (2008), que comungando com a posição de Pêcheux (1999), explica que a Semântica da Enunciação não concebe a memória como uma esfera de conhecimentos psicológicos, visto que ela pressupõe a participação histórica do enunciado. Isso porque os elementos que formam um enunciado já fizeram parte de outros enunciados em outros acontecimentos. Nas palavras de Dalmaschio (2008),

[...] o interdiscurso apresenta, em sua essência, um caráter relacional, e por isso, deve ser entendido como o lugar das construções sociais de sentido, que constituem a memória dos já-ditos que vigoram na sociedade. Logo, é possível afirmar que o interdiscurso é (re)construído na enunciação, possibilitando que todo e qualquer enunciado, uma vez produzido, torne-se objeto de retomada. (DALMASCHIO, 2008, p. 27).

²⁰ Esta é a data da primeira publicação deste livro. Nesta dissertação, a edição citada é a de 2001.

Desse modo, de acordo com a autora, a significação de um enunciado é realizada por meio da relação que um enunciado estabelece com dizeres anteriores a enunciação do enunciado presente. A memória, portanto, (re)inventa novos sentidos frente a um novo acontecimento, pois os sentidos são (re)produzidos a cada nova enunciação. Logo, no acontecimento enunciativo há uma rememoração de enunciações proferidas em outros acontecimentos, visto que o passado opera no presente do acontecimento. De acordo com Guimarães (1996), isso ocorre porque

[...] a enunciação é o lugar de funcionamento da língua movimentada pelo interdiscurso, pela memória do dizer. [...] as formas da língua são o que são pela história de suas enunciações. Uma forma é na língua o que ela se tornou pela história de seus funcionamentos na enunciação. Deste modo, deve-se considerar que a língua tem em si a memória desta história, ou seja, a língua carrega na sua estrutura as marcas de seu passado. O que uma forma é, em certo momento, tem a marca de como ela funcionou nas enunciações em que a língua se pôs a funcionar. (GUIMARÃES, 1996, p. 27).

Assim, para Guimarães (2017), como já explicitamos no tópico 1.1.1 deste capítulo, o acontecimento enunciativo temporaliza, ou seja, ele cria a sua própria temporalidade. A temporalidade do acontecimento trata o passado não como ponto específico em uma linha do tempo, mas como memorável tendo em vista a relação que ele possui com o presente e com o futuro do acontecimento. Devido a isso, a seguir, discutiremos sobre o conceito de memorável sob a perspectiva da Semântica da Enunciação, a fim de expormos a forma como o passado contribui para a constituição dos sentidos.

O memorável, para a Semântica da Enunciação, em especial, para Guimarães (2002/2017, 2018), é, pois, o passado estudado com base em uma perspectiva enunciativa e de acordo com o tempo do acontecimento. Ademais, o memorável dá sustentação ao dizer, uma vez que (re)toma, constantemente, os sentidos construídos em acontecimentos anteriores ao presente da enunciação, isto é, ele apresenta um recorte do passado (re)produzido no acontecimento. Segundo Guimarães (2017, p. 20), “o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como o seu passado”. Sendo assim, a significação dos enunciados produzidos em um determinado acontecimento enunciativo necessita de uma atualidade que é gerenciada por uma demanda do presente e por um memorável e apresenta possibilidade de projeção de enunciações futuras (futuridade).

Nas palavras de Guimarães (2018, p. 41), “ao recorte do passado, produzido pelo acontecimento, chamo de memorável”. Sendo, o memorável, portanto, as enunciações anteriores ao novo acontecimento que são rememoradas na atualidade do dizer, e a essa atualidade é atribuída a responsabilidade de instaurar novas direções de sentido. Por conseguinte, de acordo com Guimarães (2017),

o processo enunciativo da designação significa, então, na medida em que se dá como um confronto de lugares enunciativos pela própria temporalidade do acontecimento. Este confronto recorta e assim constitui um campo de “objetos”. Se se mudam os lugares enunciativos em confronto recorta-se um outro memorável, um outro campo de “objetos” relativos a um dizer. (GUIMARÃES, 2017, p. 53).

Portanto, o processo enunciativo (re)direciona os sentidos por meio dos lugares enunciativos que constituem a enunciação. Assim sendo, a cada nova enunciação há um memorável que se atualiza, seja aproximando, seja distanciando o sentido estabelecido em dizeres anteriores, visto que a significação é constituída no acontecimento da enunciação. Em vista disso, cada novo acontecimento produz uma atualização e uma pertinência enunciativa²¹.

Nos dizeres de Guimarães (2017, p. 17), “o passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro”. Portanto, o memorável mobilizado em um novo acontecimento é compreendido ao ser relacionado ao presente e ao futuro do acontecimento de enunciação. Isso posto, podemos afirmar que o memorável é constitutivo do sentido, pois, ao constituir o dizer, o Locutor apresenta vestígios de outras enunciações. Desse modo, ressaltamos, juntamente com Guimarães (2017, p.56), que a “análise da temporalidade do acontecimento para descrever o memorável que o constitui traz tantas outras enunciações que estarão significando no acontecimento”. Ou seja, a temporalidade contribui para significar o acontecimento.

Nessa direção, com o intuito de elucidar um pouco mais o conceito de memorável, desenvolveremos, a seguir, uma breve análise apontando como esse conceito está presente na nomeação de um seminário promovido pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFPE). Vejamos a seguinte Figura (3):

²¹ O conceito de pertinência enunciativa será apresentado no tópico 2.1 do próximo capítulo.

(3)

Figura 3 – O memorável inserido do presente da enunciação

Fonte: Imagem obtida por meio do Google²²

Como podemos visualizar no exemplo (3), o seminário, ao qual nos referimos anteriormente, é nomeado *Ciência sem Corte*. Tal nomeação nos remete àquela do Programa *Ciência sem Fronteiras*, que neste acontecimento (3) funciona como um memorável recortado no presente da enunciação. Dessa forma, a nomeação do seminário - *Ciência sem Corte* - (re)significa a nomeação do Programa Social - *Ciência sem Fronteiras* - e (re)toma sentidos, a partir de enunciações anteriores ao acontecimento reportado em (3).

Portanto, corroboramos isso nas palavras de Guimarães (2017, p. 36) que nos diz que “num acontecimento em que um certo nome funciona a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas”. Logo, podemos dizer que a nomeação apresenta, em sua própria forma, uma relação com o memorável estabelecido no acontecimento de sua enunciação, compreendendo a história enunciativa das palavras que formam o nome.

Neste tópico, discorreremos sobre o memorável, discutindo como o passado contribui para a(s) significação(ções) do acontecimento enunciativo. A seguir, discutiremos sobre a concepção de argumentação, com a finalidade de apresentar como esse conceito contribui para o arcabouço teórico que estamos utilizando em nossa pesquisa.

²² Disponível em: <http://www.adufepe.org.br/seminario-sobre-cortes-nas-areas-de-ciencia-e-tecnologia-reune-comunidade-academica/>. Acesso em: 06 nov. 2018.

1.2 Argumentação e sua interface enunciativa

A argumentação é uma prática linguística constante em nosso cotidiano. Argumentamos nas mais diversas situações enunciativas, sejam elas orais ou escritas. Desde a Retórica, base das reflexões sobre a argumentação, há diversos estudos sobre o funcionamento dela. Nesta pesquisa, abordaremos, sucintamente, a argumentação aristotélica (1979), a argumentação sob a perspectiva de Ducrot (2009) e, por fim, apresentaremos a argumentação na perspectiva da Semântica da Enunciação proposta por Guimarães (1987, 2013, 2018).

Partindo de uma visão prescritiva, Aristóteles (1979) sistematizou o estudo da argumentação por meio da elaboração de procedimentos utilizados para a construção do discurso persuasivo. Em outros termos, o autor estudou a forma como uma argumentação deve ser estruturada. Assim, a arte retórica, proposta por Aristóteles (1979), cria as operações argumentativas que visam à persuasão por meio do discurso do locutor que é proferido argumentativamente para adquirir a adesão de seu auditório.

A Retórica é entendida por Aristóteles (1979, p. 33) como “a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão”. Isso porque ela almejava descobrir quais elementos eram necessários em um discurso que tinha a finalidade de persuadir. Logo, Aristóteles (1979) considera que a argumentação é um ato de persuasão.

Por isso, na arte retórica, Aristóteles (1979) desenvolve algumas provas retóricas que um discurso persuasivo deve contemplar. Conforme o autor, “entre as provas fornecidas pelo discurso, distinguem-se três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, nas disposições que se criaram no ouvinte; outras, no próprio discurso, pelo que ele demonstra ou parece demonstrar” (ARISTÓTELES, 1979, p. 33). Desse modo, os três tipos de argumentos expressos pelo autor como ferramentas de persuasão são: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*²³.

Diferente de Aristóteles (1979) que abordou uma visão prescritiva da argumentação retórica, tratando-a como um elemento persuasivo, verificamos no desdobramento dos estudos referentes à argumentação que há o estudo da argumentação na língua. E um de seus precursores é Oswald Ducrot. Em seu artigo intitulado *Argumentação retórica e argumentação linguística* (2009),

²³A definição dos elementos *ethos*, *pathos* e *logos* está posta no item 1 deste capítulo.

Ducrot, sustentado por uma visão pragmática, estuda a argumentação como uma operação linguística e evidencia que a argumentação linguística não tem relação direta com a argumentação retórica. Para o autor, a argumentação retórica “é definida como um esforço verbal para fazer alguém crer em algo” (DUCROT, 2009, p. 21), já a argumentação linguística apresenta um meio direto de fazer alguém crer em algo. Como nos diz Ducrot (2009, p. 21), ela é “um meio evidente de fazer admitir uma proposição”.

Ainda sobre o pensamento de Ducrot (2009) temos que, para o autor, a argumentação linguística é “os segmentos de discurso constituídos pelo encadeamento de duas proposições A e C, ligadas implícita ou explicitamente por um conector do tipo *donc* (portanto), *alors* (então), *par conséquent* (consequentemente) ... Chamarei A o argumento, e C a conclusão” (DUCROT, 2009, p. 20-21). Desse modo, Ducrot (2009) sustenta que a argumentação linguística ocorre porque as palavras (os operadores argumentativos) conferem uma orientação argumentativa ao discurso.

Ademais, para Ducrot (2009), a argumentação é primordial para a compreensão do sentido estabelecido em um enunciado. Isso porque o sentido está inscrito na língua, em outros termos, a argumentatividade se encontra presente nas próprias marcas linguísticas registradas nos discursos, uma vez que, para ele, a língua é o centro das questões discursivas. Logo, para Ducrot (2009), o valor argumentativo de uma palavra é a orientação que esta palavra confere ao discurso.

Frisamos que, em nossa pesquisa, nos localizamos em uma abordagem que difere da noção de argumentação proposta tanto por Aristóteles (1979) – argumentação retórica, quanto por Ducrot (2009) – argumentação estritamente linguística. No entanto, apresentamos essas visões com o intuito de evidenciarmos a amplitude dos estudos argumentativos e apresentarmos como eles foram se desenvolvendo, apontando algumas semelhanças e/ou diferenças. De forma a apresentar o desenvolvimento e avanço sobre os estudos da argumentação, a seguir, abordaremos a argumentação sob o ponto de vista da Semântica da Enunciação, perspectiva à qual nos filiamos.

O conceito de argumentação para a Semântica da Enunciação é desenvolvido por Guimarães (1987, 2013, 2018). O autor, ancorado em uma visão enunciativa da linguagem, aborda a argumentação em correlação com a argumentação na língua. Em seu livro *Texto e*

argumentação: um estudo de conjunções do português (1987), Guimarães desenvolve um estudo semântico de construções (conjunções: logo, pois, já que, entre outras) da Língua Portuguesa com o intuito de perceber o modo pelo qual esses aspectos linguísticos constituem a organização textual. Podemos inferir, portanto, que o trabalho realizado por Guimarães (1987) aproxima-se dos trabalhos que abordam a argumentação na língua, como, por exemplo, o estudo de Ducrot (2009), visto que as marcas discursivas são os elementos principais de análise.

Visitando os estudos da argumentação desenvolvidos por Guimarães, verificamos que eles tiveram seguimento ao longo de suas publicações. Dessa forma, destacamos o artigo nomeado *Argumentatividade e argumentação* (2013) e o livro *Semântica Enunciação e Sentido* (2018). Guimarães (2013) evidencia que a argumentação faz parte do processo de significação e é produzida pelo acontecimento de enunciação. Em outros termos, para o autor, a argumentação significa no acontecimento. Assim,

a argumentação é a sustentação que um *eu* faz a um *tu* relativamente a *algo* sobre que fala. O que estamos dizendo é que no acontecimento de enunciação, nas relações entre o lugar que enuncia e o lugar para o qual se enuncia, o lugar que enuncia sustenta algo do que se enuncia pela apresentação de seu lugar de enunciação como o que relaciona um argumento e uma conclusão. (GUIMARÃES, 2018, p. 97, grifos do autor).

Nessa direção, a argumentação se dá pelo agenciamento do falante na cena enunciativa por meio da relação de alocação. Isto é, “a argumentação significa, na cena, pelo agenciamento do falante a enunciar” (GUIMARÃES, 2018, p. 99). E a sustentação de algo que se enuncia é uma relação de linguagem. Portanto, ela é uma relação enunciativa que não visa alcançar a persuasão ou o convencimento do alocutário, diferente da proposta de Aristóteles abordada anteriormente.

Logo, a argumentação, nas palavras de Guimarães (2013, p. 283, grifos nossos), “é o processo pelo qual um lugar social de locutor sustenta uma posição na enunciação. O sentido da argumentação não é o da persuasão é o da **sustentação de uma posição**, e, nesse sentido, é **política**”. Nessa direção, o político apresenta uma divisão dos lugares de enunciação e uma afirmação de pertencimento do dizer. Isso ocorre porque na cena enunciativa os sujeitos são divididos de acordo com os lugares enunciativos ocupados por eles. Na argumentação, em especial, há a presença do político, pois para sustentar uma posição o locutor tem que assumir um lugar de fala demarcado na enunciação. Assim, a argumentação significa em uma relação de alocação que é constituída tanto pelo agenciamento do alocutor quanto pela instauração de seu correlato, o alocutário.

Assim sendo, para Guimarães (2018), a argumentação acontece através de um acordo feito por um lugar que enuncia uma conexão entre *X* e *Y*, sendo o *X* uma razão para uma conclusão *Y*, que envolve lugares e posições sociais. Logo, nos dizeres do próprio autor, “[...]o lugar social de alocutor (Al-x) sustenta algo para um lugar social de alocutário (at-x). A argumentação é assim o modo como, na cena enunciativa, o lugar social de alocutor apresenta e sustenta sua posição a propósito de algo, não enquanto algo referido, mas significado” (GUIMARÃES, 2018, p. 107). Ou seja, a argumentação envolve, na cena enunciativa, as posições dos lugares sociais que sustentam uma posição que visa significar algo. Sendo assim,

a argumentação é abordada a partir do conceito de **orientação argumentativa**, que é a apresentação pelo locutor para seu alocutário de uma relação de sentidos que **orienta a direção do dizer**, considerada como necessária.[...] a orientação argumentativa adquire uma **natureza linguística**. (GUIMARÃES, 2013, p. 271, grifos nossos).

Portanto, a noção de argumentatividade é parte integrante da argumentação que, por sua vez, remete-se à noção de orientação argumentativa. Segundo Guimarães (2013, 2018), a argumentatividade é estabelecida por uma relação de alocação que possui uma orientação para a construção do sentido de um texto, que apresenta as articulações das formas linguísticas.

Nessa perspectiva, de acordo com Guimarães (2018, p. 98), a “argumentatividade [...] faz parte da construção da argumentação do acontecimento enunciativo” e “significa segundo um modo de integração dos enunciados ao texto” (2018, p. 109). Desse modo, o agenciamento dos falantes ocorre por meio das regularidades sistemáticas da língua. Logo, podemos dizer, em conformidade com Guimarães (2018), que o modo de orientar argumentativamente o que é enunciado está inscrito no próprio funcionamento da língua.

Assim, segundo Guimarães (2013, 2018), a argumentatividade é produzida pelo agenciamento linguístico do falante em Locutor. Na argumentatividade, o lugar daquele que diz, ou seja, o Locutor (L) se projeta sobre o lugar de dizer, o Enunciador (E), já na argumentação o alocutor (al-x), lugar social de dizer, se projeta sobre o Enunciador (E). Portanto, a argumentação é o procedimento global da sustentação de posições pelo alocutor, e a argumentatividade é um procedimento específico que se dá pelo agenciamento linguístico do Locutor na atividade da cena enunciativa. Essa atividade da cena enunciativa faz com que sentidos sejam (re)direcionados e (re)construídos. Logo, podemos afirmar que a direção do dizer é caracterizada por uma articulação argumentativa, que, nas palavras de Guimarães (2018, p.

109), são as “relações que significam uma diretividade do dizer [...] chamamos de orientação de argumentatividade”.

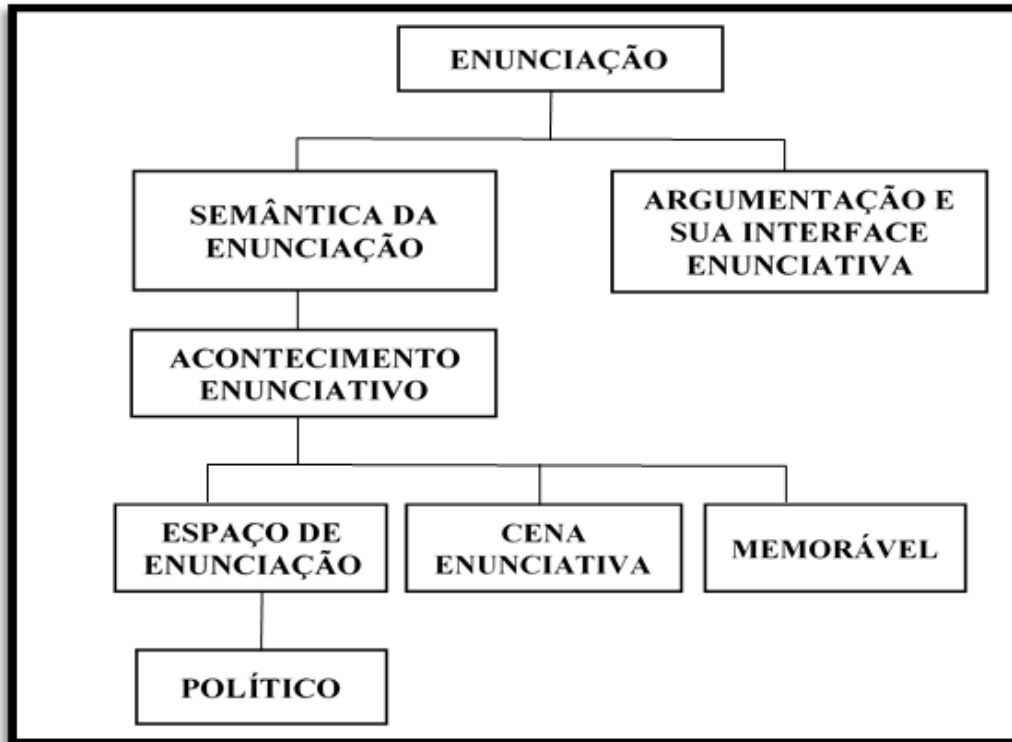
Verificamos a partir da noção de argumentação proposta por Guimarães (2018, p. 42) que “o sentido de um enunciado é a sua relação de integração ao texto em que está”. Dessa forma, observamos que os sentidos se (re)constróem, ou seja, uma mesma forma linguística possui diferentes direções argumentativas quando está em enunciações distintas. Isso implica afirmar que a análise do sentido dos elementos linguísticos deve ocorrer a partir de sua integração ao texto, em outros termos, a análise deve ser realizada com base na inserção do elemento linguístico no acontecimento enunciativo.

Então, podemos dizer, em síntese, que a argumentação, enquanto sustentação de uma posição, é caracterizada como significação, a qual é produzida pelo que se enuncia no acontecimento. Outrossim, ela se constitui por meio do agenciamento do falante na cena enunciativa, estabelecendo, assim, uma relação de alocação (*eu-tu*), em detrimento de uma associação entre a enunciação com aquilo de que se fala. A argumentatividade linguística, por sua vez, é uma significação que orienta o dizer.

Neste capítulo, discutimos os conceitos-base da teoria enunciativa que são relevantes para a nossa pesquisa. Em suma, iniciamos o capítulo abordando sobre a complexidade do termo Enunciação. Posteriormente, apresentamos a disciplina científica que se dedica ao estudo do funcionamento da língua e da linguagem, ou seja, a Semântica da Enunciação. Depois, discorremos sobre a noção de Acontecimento Enunciativo, em especial, tratamos sobre o Espaço de Enunciação, que engloba o aspecto Político da enunciação, a Cena Enunciativa e o Memorável. Por fim, discorremos sobre a concepção de Argumentação e sua interface enunciativa.

Para termos uma visualização mais detalhada dos pressupostos teóricos aqui apresentados, elaboramos um organograma com a finalidade de ilustrar os pontos de conexão e hierarquia que circundam essas perspectivas.

Figura 4 - As bases teóricas que fundamentam a nossa pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora

Assim sendo, após termos apresentado e discutido sobre esses conceitos, abordaremos, no próximo capítulo, as novas contribuições teóricas para o campo da Enunciação. Logo, explicitaremos os conceitos de referencial histórico e pertinência enunciativa, bem como o de forma linguística, discorrendo sobre a noção de formação nominal em comparação a de sintagma nominal. Ademais, explanaremos sobre os modos de relação enunciativa: articulação e reescrituração.

CAPÍTULO II

APROFUNDANDO O OLHAR PARA OS ESTUDOS DE BASE SEMÂNTICO- ENUNCIATIVA

2 SEMÂNTICA DA ENUNCIACÃO: NOVAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

No capítulo anterior, apresentamos as bases da Semântica da Enunciação. Dando continuidade, abordaremos, neste capítulo, as novas contribuições para essa área do conhecimento. Em especial, apresentaremos os conceitos de **Referencial histórico** e **Pertinência enunciativa** (2.1), bem como a noção de **Forma linguística** (2.2) e, ancorados por essa noção, abordaremos o conceito de **formação nominal** (subsequentemente, FN) em comparação ao conceito de **sintagma nominal** (posteriormente, SN). Ademais, descreveremos sobre os **Modos de relação enunciativa por articulação e por reescrituração** (2.3).

2.1 Referencial histórico e pertinência enunciativa

Partimos do princípio de que o referencial histórico e a pertinência enunciativa são elementos que também integram o acontecimento enunciativo e, portanto, são inerentes à significação de um enunciado. Segundo Dias (2018, p. 97, grifos nossos), “[...] no acontecimento enunciativo, uma demanda de **pertinência do presente do enunciar** é afetada por **referenciais históricos** de significação”, desse modo, como já mencionamos no capítulo anterior²⁴, a enunciação é um acontecimento social. Com base nisso, a seguir, discutiremos mais detalhadamente esses dois pressupostos fundamentais à perspectiva enunciativa que sustenta este trabalho.

O conceito de referencial histórico proposto por Dias (2013a, 2013b, 2018) advém da concepção de referencial desenvolvida por Foucault (1986/2008)²⁵. No pensamento de Foucault, conforme Dias (2018, p.99), “[...] aquilo a que o enunciado se refere (referente), o que é ‘posto em jogo’ por ele, não se situa apenas no ‘que é dito’, mas também naquilo ‘de que fala’”. Em relação à proposição “o que é dito”, Foucault (2008) remete a tudo que é representado na materialidade linguística do enunciado. Já quanto à expressão “de que fala”, conforme Dias (2018, p. 99), corresponderia para Foucault “os domínios em relação aos quais palavras ou sintagmas significam, não pelas singularidades do que elas dizem, mas por relações que o enunciado que as absorve estabelece”. Essas relações estabelecidas no enunciado gerariam, portanto, o referencial do enunciado.

²⁴ Esta discussão está inserida no item 1.1.1 – *Acontecimento enunciativo* – inserido no primeiro capítulo desta dissertação.

²⁵ 1986 é a data da primeira publicação deste livro. Nesta dissertação, a edição citada é a de 2008.

Segundo Foucault (2008, p. 103), um referencial é constituído “de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas”. Ou seja, o referencial ancora-se em nomeações, designações e descrições dos objetos para produzir sentido. Logo, é o referencial do enunciado que “forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 103). Dito de outra maneira, é o próprio enunciado que instala o seu referencial.

Dias (2018) retoma esse conceito discutido por Foucault (2008) em seu livro *Enunciação e relações linguísticas* e apresenta a seguinte afirmação: “o conceito de referencial tem raiz nesse suporte institucional dos nossos dizeres, isto é, na filiação que eles adquirem tendo em vista o funcionamento histórico da sociedade, especificamente o complexo de regulações, admissões, proibições, incentivos.” (DIAS, 2008, p.101).

Dessa maneira, para Dias (2018), o referencial histórico remete aos campos de significação que um enunciado pode abranger e apresenta várias possibilidades de mobilização do sentido. Dessa forma, os efeitos de sentido dos enunciados podem se movimentar no referencial histórico e se regularizar em diferentes polos de referencialidade (DIAS, 2013b). Assim, o referencial histórico abrange os domínios de ancoragem do enunciado que são estabelecidos a partir do memorável, ou seja, dos dizeres já enunciados. Em síntese, podemos dizer que o referencial histórico é constituído pelos domínios de ancoragem do enunciado e é atualizado por meio da pertinência enunciativa.

A noção de pertinência enunciativa é concebida por Dias (2013b, 2018) como pertencimento/adesão. Desse modo, nessa perspectiva teórica, pertinência não significa, em seu sentido dicionarizado, “propriedade; adequação [...] relevância; importância [...] vinculação; relação” (CEGALLA, 2008, p. 665), mas sim corresponde à aderência ao que está sendo dito. Nos termos de Dias (2018),

o conceito de pertinência enunciativa se fundamenta na ideia de adesão. Enquanto seres de linguagem, vale dizer, enquanto seres constitutivamente históricos, nós somos instalados a responder, a interpretar, a inferir enunciativamente nas situações que se nos apresentam. É a ‘demanda do presente’ que estamos denominando pertinência enunciativa. As respostas, as interpretações, as interferências que se efetivam na enunciação, isto é, as

respostas às demandas do presente são constitutivas do acontecimento enunciativo. (DIAS, 2018, p. 103).

Sendo assim, quando “somos instalados a responder, a interpretar, a inferir”, utilizamos a língua(gem) nas diversas situações de enunciação. Com isso, os nossos enunciados adquirem pertencimento nas demandas do presente do acontecimento de que fazem parte. A pertinência, portanto, é a relação que um enunciado possui com o acontecimento em forma de “respostas às demandas do presente”.

Nessa direção, de acordo com Dias (2013b), a pertinência enunciativa refere-se à inclusão de um enunciado no espaço de enunciação, que é submetido a um referencial histórico, pois “aquilo que é enunciável só é apreendido como tal em caso de unidades que se articulam de maneira a construir formulações socialmente pertinentes” (DIAS, 2013b, p. 391). Assim, para que haja “formulações socialmente pertinentes” o enunciado tem que ser inserido no acontecimento, tendo em vista a relação entre o referencial histórico e a pertinência enunciativa.

Dessa forma, o referencial histórico remete-se aos traços de anterioridade, ou seja, aos já-ditos que antecedem o acontecimento enunciativo e são (re)atualizados nos discursos. As demandas do presente, da atualização são perpassadas pela memória dos dizeres que circulam na sociedade por meio da língua. Assim, o enunciado, em sua atualização, circula pelos referenciais históricos existentes no espaço do memorável para adquirir significações pertinentes. Para Dias (2015),

o dizer produz um compromisso de aderência com esse espaço de enunciação, com os seus vieses atributivos na relação com os referenciais, com suas direções argumentativas. Portanto, a significação é relativa ao campo da virtualidade memorável dos seus termos com as condições de atualização, tendo em vista o referencial que a ele se agrega. (DIAS, 2015, p. 244).

No pensamento de Dias (2015), os nossos dizeres são produzidos em função das necessidades demandadas pela enunciação. São acontecimentos que, ancorados em referenciais históricos, produzem uma atualização dada a pertinência enunciativa desse dizer. Nessa direção, “um acontecimento adquire pertinência social, tornando-se um fato de linguagem, na medida em que a dimensão da memória entra em relação com a atualidade do dizer, isto é, com o ato de enunciar” (DIAS, 2018, p. 83). Nesse sentido, os dizeres já significados são reorganizados no presente da enunciação e adquirem nova pertinência. Destarte, os dizeres possuem

concomitantemente uma relação com o passado (com os referenciais históricos) e com o presente (pertinência enunciativa) da enunciação.

Com vistas a ilustrar de forma mais detalhada os conceitos de referencial histórico e pertinência enunciativa, analisamos um fragmento (4) da reportagem “Mudanças no ‘Minha casa minha vida’ em 2018”²⁶, redigida por Túlio Mendhes.

(4) Ano novo, vida nova e novas regras pra o “Minha casa minha vida”. Pra 2018 algumas mudanças foram implementadas nas regras para o financiamento, por exemplo, atender famílias com renda mensal entre R\$ 800 e R\$ 6,5 mil, essa novidade no financiamento ajuda mais beneficiários com faixas diferentes de renda a financiar a casa própria com juros bem mais baixos que as taxas cobradas no mercado. Essas novas regras serão válidas somente para novos contratos e precisam fazer parte da terceira etapa do Minha Casa Minha Vida. (Grifos nossos).

O acontecimento enunciativo (4) abrange questões relacionadas ao Programa Social *Minha Casa, Minha Vida*, que, ao ser enunciado, ganha pertinência por estar ancorado em referenciais históricos. Expliquemos melhor. Ao lançarmos um olhar, por exemplo, para as FNs “novas regras” e “novos contratos” será possível notar que a sustentação do sentido de “novidade” para o *Minha Casa, Minha Vida* ancora-se em um domínio referencial de dizeres historicamente constituídos sobre o próprio Programa. Assim, a mobilização da perspectiva “novas/novos” para o nomes núcleos “regras/contratos” só ganha pertinência enunciativa em função de fazer parte de uma rede de dizeres anteriores (referencial histórico) que autorizam a entrada dessa perspectivação. Diante disso, o sentido das normas (antigas) de aquisição do benefício é reconfigurado tendo em vista a demanda de atualização do acontecimento enunciativo presente.

Após termos apresentado os conceitos de referencial histórico e de pertinência enunciativa, abordaremos, em seguida, a concepção de forma linguística, explanando sobre a noção de formação nominal em comparação a de sintagma nominal.

²⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/blog/mao-na-roda/post/mudancas-no-minha-casa-minha-vida-em-2018.html>. Acesso em: 10 mai. 2019.

2.2 Forma linguística: sintagma nominal x formação nominal

Na seção anterior, apresentamos os conceitos de referencial histórico e pertinência enunciativa, elementos que, somados a outros - espaço de enunciação; cena enunciativa e memorável -, já explicitados no capítulo I, constituem o acontecimento enunciativo. Neste tópico, discorreremos sobre a noção de forma linguística (DIAS, 2018), de modo a nos aprofundarmos no conceito de formação nominal, que será utilizado em nossas análises. Para tanto, realizaremos uma comparação entre esse conceito e o de sintagma nominal, conforme abordado pelas gramáticas de bases formais e/ou tradicionais (CEGALA, 2008; CHIERCHIA, 2003; FREGE, 1978; PERINI, 2010).

Considerando que a Semântica da Enunciação tem o enunciado como a unidade de análise, como mostramos no capítulo I²⁷, é pertinente discutirmos sobre as formas linguísticas que o compõem. O conceito de forma linguística que se estabelece nos estudos linguísticos a partir do século XX é definido seja por oposição ao significado, seja por oposição à função. Em ambos os casos, forma é algo apreendido por traços fonológicos e morfológicos. Nessa direção, as formas linguísticas podem ser tomadas por órgãos estruturais da língua, como itens lexicais e morfemas (DIAS, 2018). No entanto, em uma visão enunciativa, a noção de forma linguística adquire outras qualificações. A língua, conforme Guimarães (2018), é um sistema de regularidades. Nas palavras do próprio autor (1996, p. 27), “a língua aparece, assim, como exposta ao inter-discurso, isto é, a língua está exposta a uma memória dizível”. Dessa forma, em consonância com Dias (2018), as relações linguísticas que se estabelecem entre os discursos movimentam o funcionamento da língua pela enunciação a partir desse sistema de regularidades.

A forma linguística, na concepção de Dias (2018, p. 10), “não é o signo em si (se a forma é identificada em relação a ela mesma, nesse caso ela é tão somente sinal), a forma linguística, torna-se signo”. Para o autor, que retoma Bakhtin, “o elemento que torna a forma linguística um signo não é a sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica” (BAKHTIN, 1990, p. 94, *apud* DIAS, 2018, p.10). Desse modo, a forma linguística adquire significação por meio do referencial histórico e da pertinência enunciativa na medida em que é acionada no acontecimento enunciativo. Nas palavras do autor (2018, p. 37), “uma forma linguística

²⁷ Esta discussão está inserida no item 1.1 - *Semântica da Enunciação* - desta dissertação.

constitui-se como tal na conformação de unidades às regularidades da língua, tendo em vista o seu acionamento enunciativo”. A fim de abordarmos o “acionamento enunciativo” das formas linguísticas e mostrarmos a sua “mobilidade” de significação, analisaremos os seguintes acontecimentos enunciativos (5 e 6) em rede:

(5) [...] O programa partiu do princípio de que todas as pessoas devem ter acesso diário, e de forma digna, a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e à manutenção da saúde. Para isso, a proposta do *Fome Zero* envolvia três grandes eixos, como a ampliação da demanda efetiva de alimentos, o barateamento do preço dos alimentos e os programas emergenciais para atender à parcela da população excluída do mercado.²⁸ (Grifo nosso).

(6)

Figura 5 – A forma linguística significada na enunciação



Fonte: Imagem obtida por meio do *Facebook*²⁹

Nos exemplos (5) e (6) constatamos o “acionamento enunciativo” de uma mesma forma linguística - *Fome Zero*. Todavia, percebemos que em cada um dos acontecimentos ela adquire uma significação, devido à “mobilidade” que essa forma linguística possui. Em (5), *Fome Zero* é uma forma linguística que nomeia e dá existência a um Programa Social, assim, ela é utilizada para se referir às ações que esse Programa contempla: “as pessoas devem ter acesso diário, e de forma digna, a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e à manutenção da saúde”. Já em (6), a forma linguística *Fome Zero* nomeia uma hamburgueria, então, ela se refere a um lugar em que a fome pode ser sanada rapidamente. Trata-se de um jogo de marketing que se vale de um efeito de sentido regularizado para a

²⁸ Disponível em: <https://lula.com.br/fome-zero-programa-que-comecou-tirar-o-brasil-do-mapa-da-fome-completa-14-anos/>. Acesso em: 02 jun. 2019.

²⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/FomeZerooo/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

constituição de um novo escopo referencial. Isso é possível porque “as discursividades são relativas à constituição social do dizer, são heterogêneas e marcadas pela inquietação própria do dissenso constitutivo nas relações sociais” (DIAS, 2008, p.37). Sendo assim, concordamos com Dias (2018, p. 66) que “as formas do dizer se vinculam às formas de significar”.

Logo, nas palavras de Dias (2018, p. 38), “ser forma linguística é significar em relação de articulação com os domínios de mobilidade de sentidos, tendo em vista os referenciais históricos e as relações de pertinência com outras formas, constituindo unidades de significação mais amplas”. Ou seja, a forma linguística é determinada de acordo com as articulações de mobilidade que ela adquire com os referenciais históricos e com as pertinências enunciativas para ser significada nos acontecimentos enunciativos.

Nessa perspectiva, para que as formas linguísticas adquiram significação (e, também, pertinência), elas estão sujeitas às relações de articulação linguística (internas e externas) nos acontecimentos enunciativos em que são inseridas. Dessa maneira, “a forma linguística é afetada por uma relação tensa entre o plano da organicidade e o plano do enunciável” (DIAS, 2018, p. 38). As relações internas são os traços articulatórios que constituem a FN, ou seja, estão inseridas no plano da organicidade linguística; assim, “um segmento sintático contrai articulação interna na medida em que os seus constituintes já participaram de outras unidades em domínios de enunciação da língua” (DIAS, 2018, p.85). Já as relações externas situam-se no plano da enunciação e, “nessa dimensão, a exterioridade tem um caráter de memória (de ordem social e histórica)” (DIAS, 2018, p.90). Sendo assim, o plano da forma (orgânico/material) e o plano do enunciável (simbólico) atuam em concomitância no acontecimento enunciativo.

Em síntese, a forma linguística é “uma unidade de língua concebida do ponto de vista das suas condições de articulação com outras unidades segundo razões enunciativas” (DIAS, 2018, p. 166). A partir da concepção de forma linguística e das relações linguísticas, Dias (2018) desenvolveu o conceito de formação nominal, expressando uma outra forma de ver o sintagma nominal. Antes de discutirmos esse conceito, vamos apresentar como a formação nominal é abordada morfológicamente pelos estudos de bases tradicionais e como o sintagma nominal é visto pela perspectiva da Semântica Formal.

Conforme as gramáticas de base tradicional, em morfologia, a formação nominal trata-se do processo de formação das palavras (nomes) por meio dos elementos mórficos, ou seja, elementos estruturais que as formam (CEGALA, 2008). Nessa perspectiva, o processo de formação de palavras ocorre, geralmente, por meio de dois processos, a derivação e a composição. Além desses dois processos, há os de redução; hibridismo e onomatopeias, que são menos recorrentes na Língua Portuguesa.

Conforme Cegala (2008), a derivação tem como objetivo formar uma nova palavra a partir de outra já existente, isso ocorre por meio dos seguintes processos: sufixação (adição de um sufixo a um radical); prefixação (adição de um prefixo a um radical); derivação parassintética (adição, simultânea, de um prefixo e de um sufixo) e derivação regressiva (substituição da terminação do verbo pelas desinências (- a), (- e) ou (- o). Há, ainda, a derivação imprópria que muda a classe de uma palavra, bem como a sua significação. A composição, por sua vez, associa duas ou mais palavras - ou radicais - para formar uma nova palavra, isso acontece por meio do processo de justaposição (união de duas ou mais palavras - ou radicais - sem alteração na estrutura) e de aglutinação (união de duas ou mais palavras - ou radicais - com supressão de elementos).

Neste trabalho, não estamos tomando o conceito de formação nominal conforme os pressupostos que acabamos de apresentar, com base nos estudos tradicionais acerca desse fato gramatical, uma vez que o recorte feito por nós não se vincula ao estudo do processo de formação de palavras, por meio de um olhar estritamente morfológico. Trata-se, antes, da reflexão acerca de um processo articulatório que se realiza entre um nome-núcleo e seus determinantes. Tampouco abordaremos formação nominal como sinônimo de sintagma nominal. Sendo assim, passemos a justificar, agora, os motivos que distanciam, na perspectiva à qual nos filiamos, a FN do SN.

Segundo Dias (2018), a grande parte dos semanticistas da linha formal, ao estudarem as construções nominais, utiliza-se do pensamento de Frege (1978) referente à concepção de “verdade” que está atrelada à apresentação de uma “realidade” por meio das construções nominais. Nas palavras de Frege (1978, p. 69),

é, pois, a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência. [...] a referência de uma sentença pode sempre ser procurada onde a referência de seus componentes esteja envolvida, e isto é sempre o caso

quando, e somente quando, estamos investigando seu valor de verdade. (FREGE, 1978, p. 69).

Então, no entender de Frege, “o sintagma nominal abrigaria o modo como se apresenta a entidade que ele nomeia. Esse modo de apresentar o real constituiria o sentido” (DIAS, 2018, p. 162). Assim, o interesse pelo estudo do sintagma nominal, nessa perspectiva, está centrado na apreensão dos traços do real que são expostos pelo conteúdo dos sintagmas. Sendo assim, o sentido é representado como o modo de apresentação “real” do objeto.

Além disso, Chierchia (2003 *apud* DIAS, 2018, p.163) ancorado nos pressupostos de Frege (1978) apresenta que “o sintagma nominal expressaria as propriedades as quais seriam necessárias para a possibilidade de referências dessas entidades no mundo”. Sendo assim, na concepção de Chierchia, “substantivos e adjetivos proporcionam meios para referir-nos a classes de objetos” (CHIERCHIA, 2003 *apud* DIAS, 2018, p. 162). Desse modo, para ele, o sintagma nominal está inserido em uma perspectiva composicional que visa analisar o produto do sintagma. Portanto, o sintagma nominal, abordado sob uma visão composicional, não dá conta do processo enunciativo das unidades linguísticas.

Perini, autor que também estuda o sintagma nominal, trabalha com a concepção de que o substantivo é uma classe de palavras que designa as coisas, ou seja, as entidades no mundo, e ele é considerado pelo autor como a “peça principal” dos sintagmas nominais. O sintagma nominal, nessa perspectiva, refere-se a uma classe de construções que apresentam várias estruturas internas com um mesmo potencial sintático. Nas palavras do próprio autor, “o SN se compõe internamente de um *núcleo* e diversos *limitadores*. Semanticamente, esses termos funcionam para singularizar uma entidade” (PERINI, 2010, p. 252). Assim, a função básica do sintagma nominal é “singularizar as coisas referidas” (PERINI, 2010, p. 253, grifos do autor). O que se percebe, portanto, é um olhar para o SN como uma materialização linguística (produto) que especifica, por meio da singularização de traços, um referente e não como um processo que participa da constituição de sentido da “coisa” referida.

Após essa breve explanação da noção de formação nominal pelo viés das gramáticas tradicionais, e da concepção de sintagma nominal desenvolvida pela Semântica Formal, apresentaremos o conceito de formação nominal abordado no âmbito de uma perspectiva enunciativa das construções nominais.

O conceito de Formação Nominal, pelo viés da Semântica da Enunciação, foi desenvolvido por Dias (2013a, 2013b, 2013c, 2018). Conforme já mencionamos, ele foi criado como alternativa para o conceito de sintagma nominal desenvolvido pelos semanticistas da linha formal, uma vez que

muito além das relações sequenciais pré-nucleares e pós-nucleares que sustentam o conceito de sintagma nominal, as articulações que os nomes contraem com os convergentes adjetivais, concebidos no âmbito do conceito de FN, num tratamento enunciativo, revelam uma complexidade na constituição dos grupos nominais, na medida em que os referentes são apreendidos ou concebidos em caráter explicativo, segundo razões enunciativas. (DIAS, 2018, p. 184-185).

Nessa direção, a formação nominal é um processo mais amplo, que ultrapassa o nível sintático das construções nominais, pois está inserida, também, no nível enunciativo. Ademais, a formação nominal oferece explicação para o processo de constituição das construções nominais, ao passo que o sintagma nominal centra-se na descrição do produto das construções nominais. Logo, a formação nominal diz respeito ao “caráter dinâmico da nominalidade” (DIAS, 2018, p. 122). A FN

[...]é a constituição interna e externa das formas para a constituição da unidade nominal. As formações, articulatoriamente configuradas, sustentam materialmente o referencial histórico, a memória das significações dos seus termos e a pertinência do nome nas cenas enunciativas em que contrai relação de pertencimento. (DIAS, 2018, p.143).

Dessa maneira, a formação nominal corresponde ao processo de inserção de um nome-núcleo (e seus determinantes) no enunciado por meio do processo enunciativo, e é a partir dessa inserção que o nome adquire, linguisticamente, existência social. Dito de outra forma, “pelo conceito de FN somos capazes de compreender as articulações como construídas na enunciação” (DIAS, 2018, p. 180).

Para Dias (2018), a formação nominal refere-se às unidades concebidas nas articulações linguísticas da nominalidade: subnominais; intranominais e a internominais. Conforme o autor,

o estudo da nominalidade numa abordagem da enunciação tem o compromisso de explicar a constituição das unidades nominais na sua estabilização como unidade de sentido na língua, constituindo-se como uma unidade potencialmente temática, e no seu potencial de articulação com formantes [...] e com outras unidades formando grupos nominais. (DIAS, 2018, p. 117).

Dessa forma, o trabalho com a nominalidade no âmbito da Enunciação estuda as relações linguísticas que constituem o potencial temático dos nomes, dos grupos nominais, bem como

dos pronomes. Para detalharmos tais categorias da nominalidade, passaremos a descrevê-las, a seguir.

De acordo com Dias (2018), a articulação subnominal apresenta a condensação de um nome que adquire socialmente potencial temático para ser enunciado, e passa a ser inserido na língua. Essa condensação ocorre por meio da aglutinação de enunciados descritivos que ganham estabilização de sentido. Nessa direção, as articulações subnominais são “relações que motivam a **constituição de um nome**, produzindo conseqüentemente o fundamento para a sua entrada no léxico de uma língua”. (2018, p. 117, grifo nosso).

Com o intuito de mostrarmos como se efetiva a condensação de um nome, tendo em vista a articulação subnominal, elaboramos o seguinte quadro utilizando como base o modelo apresentado por Dias (2018):

Quadro 1 – Condensação de enunciados em uma unidade nominal com potencial temático

Enunciado descritivo	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza ³⁰
Condensação	⇓
Unidade nominal em posição temática	Bolsa Família

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dias (2018).

Como podemos perceber, a forma linguística *Bolsa Família* condensa o enunciado descritivo enunciado anteriormente: “Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza.” No caso específico de nossa pesquisa, o processo de condensação não foi motivado, necessariamente, por uma rede de enunciados descritivos mas por uma Lei de Acesso à Informação Pública, da Controladoria-Geral da União (Lei da Linguagem Cidadã³¹) cuja regulamentação diz que: “na comunicação da Administração com o cidadão a linguagem deve ser clara e objetiva. A meta é garantir a leitura fácil de informações e dados. Nesse sentido, termos técnicos devem ser traduzidos para o vocabulário do dia-a-dia³²”. Ou

³⁰ Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetalleGlossario.asp?letra=l>. Acesso em: 02 mai. 2018.

³¹ Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/lei12.527-18%20de%20novembro%20de%202011.pdf/view>. Acesso em: 17 abr. 2018.

³² Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/glossario.html>. Acesso em: 02 mai. 2018.

seja, o domínio de mobilização que impulsionou a constituição desse grupo nominal, embora tenha sido gerado de forma institucionalizada, configura, em nossa perspectiva um investimento enunciativo no processo de constituição da nominalidade, por meio do que Dias (2018) nomeia de articulação subnominal.

Vale ressaltar que, além da articulação subnominal, na FN *Bolsa Família*, ocorre também o que Dias (2018) nomeia como articulação internominal, que se constitui por “relações articulatórias responsáveis por **fornecer unidade às construções nominais constituídas por núcleo e convergentes** (determinantes)” (DIAS, 2018, p. 159, grifo nosso). Isso ocorre em nossa análise, pelo fato de que o escopo de significação que abrange o enunciado descritivo se organiza em torno de dois polos referenciais que podem ser assim delimitados:

Quadro 2 – Condensação de enunciados em uma unidade nominal com potencial temático

Enunciado descritivo	Transferência de Renda	Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza
Condensação	⇓	⇓
Unidade nominal em posição temática	Bolsa	Família

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dias (2018).

A articulação internominal é demandada porque o nome-núcleo (bolsa) “carreia para si todo um conjunto de enunciados” (DIAS, 2018, p.126) que precisa ser recortado, a fim de viabilizar o processo de nomeação desse Programa Governamental. A necessidade do adjetivo “família” na delimitação temática do nome-núcleo “bolsa” pode ser percebida no exemplo que segue:

(7)

Figura 6 - Bolsa(s) de todas as qualidades

Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*³³

Trata-se de um texto que produz uma crítica à política de bolsas. As FNs “bolsa isso” e “bolsa aquilo” demonstram que o movimento de convergência nome (*bolsa*) + pronome (isso/aquilo) constitui um efeito de sentido dilatado e, conseqüentemente, generalizador no que se refere ao processo de perspectivação temática. Assim, entendemos que as articulações subnominal e internominal são condições para a nomeação do social Programa *Bolsa Família*.

A articulação intranominal (DIAS, 2018), por sua vez, é esteada na constituição componencial de um nome. Logo, ela ocorre entre os formadores de nomes, uma vez que o nome apresenta em sua estrutura um formante agregado à uma base. Conforme Dias (2018, p. 132, grifo nosso), a dimensão da articulação intranominal é, portanto, “uma abordagem enunciativa do **processo de formação de palavras**”. Como exemplo, Dias (2018), apresenta uma análise do formante – *metro*³⁴. Nas palavras do autor, “em linhas gerais, esse radical, agregado a um nome, invoca sentido de instrumento de medição ao nome resultante. No entanto, essa perspectiva de instrumental não se configura da mesma maneira em todos os compostos com esse radical” (DIAS, 2018, p.132). Assim, podemos visualizar como um mesmo formante agregado a bases distintas pode apresentar diferentes “gradientes de significação”. Vale ressaltar que, em nosso *corpus*, não encontramos exemplos de FNs articuladas de forma intranominal.

³³ Disponível: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/assistencialismo/page/3/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

³⁴ A análise desenvolvida por Dias no livro *Enunciação e relações linguísticas* (2018) encontra-se no capítulo III destinado à explanação das articulações subnominais e intranominais, especificamente, nas páginas 131-146.

Em resumo, foi possível perceber que a articulação subnominal refere-se à constituição temática do nome. Já a articulação internominal engloba as formações associativas do nome. E, por fim, a articulação intranominal está atrelada à produção componencial do nome. Após termos discutido a concepção de forma linguística, bem como de formação nominal, nos deteremos, a seguir, na apresentação dos modos de relação enunciativa por articulação e por reescrituração.

2.3 Os modos de relação enunciativa: articulação e reescrituração

Neste tópico, dedicamo-nos a apresentar os modos de relação enunciativa de articulação e reescrituração propostos por Guimarães (2007; 2017; 2018). Inserimos os modos de relação enunciativa neste capítulo destinado a discutir sobre as novas contribuições teóricas para a Semântica da Enunciação, pois, para nós, esses processos estão atrelados ao estudo das formas linguísticas abordado por Dias (2018). Ou seja, são elementos essenciais na constituição da formação nominal.

Os modos de relação enunciativa de articulação e reescrituração são determinados tendo em vista o enunciado. Como já mencionamos no capítulo I³⁵, o enunciado é a unidade de análise da Semântica da Enunciação e tem como fundamentos principais a consistência interna e a independência relativa (GUIMARÃES, 2018). Essas duas características do enunciado são correlacionadas aos modos de relação enunciativa, especificamente, a consistência interna está atrelada à articulação e a independência relativa à reescrituração (GUIMARÃES, 2018).

Os modos de relação por articulação funcionam na estruturação do enunciado. Conforme Guimarães (2018, p. 80, grifos nossos), “uma **articulação** é um modo de relação enunciativa que **dá sentido às contiguidades linguísticas**, é, então, uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento”. Segundo o autor, para que os enunciados sejam estruturados, há três modos de articulação: por dependência; por coordenação e por incidência. Expliquemos cada um dos três modos. Antes, salientamos que, em nossas análises, trabalharemos apenas como a articulação por dependência.

³⁵ Esta discussão está inserida no item 1.1 - *Semântica da Enunciação* - desta dissertação.

A articulação por dependência acontece “quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento” (GUIMARÃES, 2018, p. 81), sendo assim, essa articulação possui uma relação de caracterização que estabelece a relação entre o elemento determinante e o determinado, bem como uma relação de referência, entre outras. A articulação por coordenação, por sua vez, refere-se a “um processo de acúmulo de elementos numa relação de contiguidade” (GUIMARÃES, 2018, p. 81), essa relação pode ocorrer, dentre outras maneiras, por enumeração e por relações argumentativas. Por fim, a articulação por incidência “é a relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma um elemento do segundo tipo” (GUIMARÃES, 2018, p. 81), essa articulação entre elementos se dá, também, por meio de relações argumentativas.

Desse modo, os modos de relação por articulação se dão na relação entre os textos em que os enunciados estão inseridos. Nas palavras de Guimarães (2018, p. 84), as articulações “não são meramente relações internas ao enunciado, mas relações de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto”. Ademais, esses modos de relação de articulação são inerentes ao processo de produção do sentido dos acontecimentos.

O segundo modo de relação enunciativa, para Guimarães, é a reescrituração. Ao mencionarmos o termo reescrituração, estamos falando sobre as “relações de textualidade” que há entre as unidades linguísticas que constituem os enunciados. Nos dizeres de Guimarães (2017, p. 37-38)

[...] as questões tomadas como procedimentos de textualidade são procedimentos de *reescritura*. Ou seja, **são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito**. Assim a textualidade e o sentido das expressões se constitui pelo texto por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia. (GUIMARÃES, 2017, p. 37-38, grifos do autor e nosso).

Isso, portanto, remete à análise da significação de um elemento linguístico que integra um enunciado em um acontecimento específico. Ainda nos termos de Guimarães (2017, p. 36), “[...] é fundamental observar como o nome está relacionado pela textualidade com outros nomes ali funcionando sob a aparência da substituíbilidade”.

Os modos de relação por reescrituração ocorrem, então, entre um dado elemento linguístico e a(s) sua(s) reescritura(s), e tem como objetivo redizer algo que já foi dito anteriormente. “Há

reescrituração quando um elemento Y de um texto retoma um outro elemento X do texto. Nesse caso Y reescritura X” (GUIMARÃES, 2018, p. 85). No funcionamento linguístico, as palavras e/ou expressões ao reescreverem uma forma linguística adquirem novas direções de sentidos. Ademais,

a reescrituração é uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente. A reescrituração é a pontuação constante de uma duração temporal daquilo que ocorre. E ao reescrever, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Àquilo que a própria reescrituração recorta como passado, o memorável. [...] E esse movimento de predicação na duração do presente pelo memorável significa porque projeta um futuro, o tempo da integração no depois do acontecimento no qual o reescriturado é feito pelo reescriturante. (GUIMARÃES, 2017, p. 38).

Então, analisar os modos de relação por reescrituração significa lançar “um olhar enunciativo para a linguagem” buscando compreender “o sentido do que se diz a partir da qualificação das formas linguísticas” (DIAS, 2018, p. 66). Assim, o sentido das formas linguísticas reescriturantes é (re)direcionado na enunciação por meio do sentido da forma linguística reescriturada.

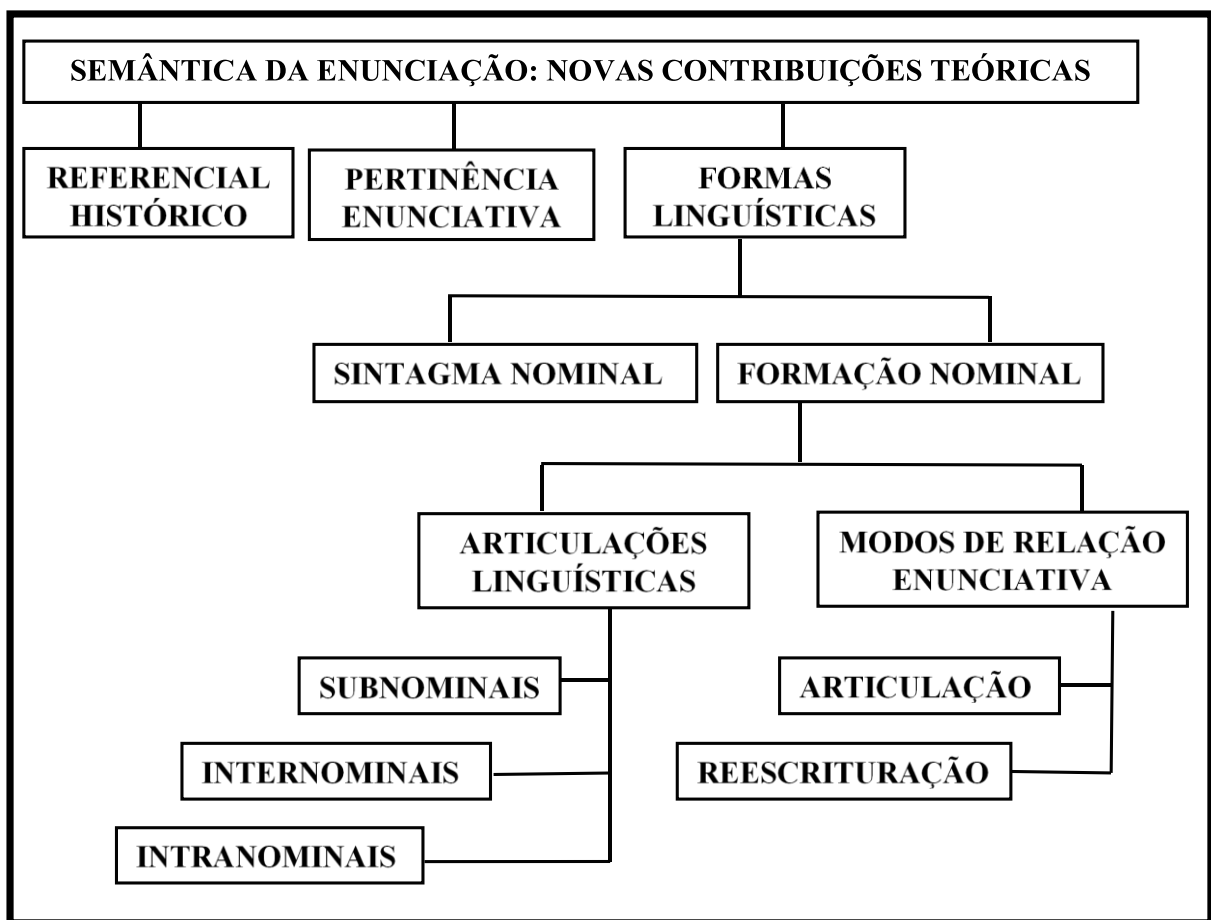
Sendo assim, a reescrituração é uma atividade em que um elemento linguístico se refere a outro por meio de diversos modos de relação. Isso ocorre pois, na constituição dos sentidos dos enunciados, há várias formas de redizer o dito. Nessa direção, para Guimarães (2018), a reescrituração é uma operação enunciativa de atribuição e sentido, ou seja, uma determinação semântica. Nos termos de Guimarães (2018, p. 86), “trata-se de uma operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão reporta a outra, por modos de relação específicos variados. Uma expressão pode retomar outra, pode negá-la, pode redizê-la em outros termos”. A seguir, descreveremos sobre esses modos de relação por reescrituração, não com o intuito de esgotá-los, mas com a pretensão de mostrarmos um panorama de como, geralmente, eles ocorrem.

Para Guimarães (2018), a reescrituração pode ser realizada por repetição (quando um elemento linguístico é retomado literalmente no enunciado); substituição (quando um elemento linguístico é substituído por outro); elipse (quando um elemento linguístico é omitido); expansão (quando um elemento linguístico é ampliado) e condensação (quando um elemento linguístico é condensado por outro). Esses modos de relação por reescrituração, isto é, esses modos de redizer o dito produzem relações de sentido como, por exemplo, sinonímia; especificação; desenvolvimento; generalização ou totalização e definição. Posto isso, podemos

afirmar, de acordo com Guimarães (2018), que a reescrituração pode ser significada por vários procedimentos de reescritura. Sendo assim, “o processo de reescrituração constrói o sentido das palavras e das expressões linguísticas, em virtude do próprio processo com que se dá” (GUIMARÃES, 2007, p. 87).

A fim de sintetizarmos o que foi discutido neste capítulo, com o intuito de apresentarmos uma visualização dos conceitos, elaboramos o seguinte esquema:

Figura 7 – Novas contribuições teóricas para a Semântica da Enunciação



Fonte: Elaborada pela autora.

No próximo capítulo, apresentaremos uma descrição dos Programas Sociais *Amigos da Escola*; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*; *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*, uma vez que essas nomeações são o alvo do nosso estudo. Além disso, discorreremos sobre a Lei nº 12.527, lei do acesso à informação, que regulamenta a linguagem cidadã.

CAPÍTULO III

EM FOCO: OS PROGRAMAS SOCIAIS

3 Um panorama dos Programas Sociais

A desigualdade social e econômica é um fator que perpassa toda a sociedade desde os tempos remotos até os dias atuais. A partir desse problema, políticas públicas foram desenvolvidas com a função de promover o acesso aos direitos assegurados na Constituição por meio de instrumentos de ações sociais como, por exemplo, Projetos Sociais; Planos Sociais; Programas Sociais; entre outros (BRASIL, 1993).

Em nossa pesquisa, o nosso objeto de análise são as nomeações dos Programas Sociais - *Amigos da Escola*; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*; *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*. Salientamos que designamos o nosso objeto de análise como Programas Sociais, todavia sabemos que alguns deles também são classificados ora como Projetos, ora como Políticas, ora como Planos, pois estão relacionados a ações sociais. Embora essa pluralidade esteja, constantemente, presente nos documentos que visam debater sobre esses Programas, optamos por padronizar a nossa escrita utilizando, unicamente, a FN Programa(s) Social(is).

Os Programas Sociais são ações constituídas por meio de políticas públicas destinadas a melhorar as condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Portanto, isso contribui para que os direitos possam ser adquiridos pelos cidadãos. O domínio dos Programas Sociais é muito extenso, no entanto, cada um deles possui funções específicas que visam diminuir as desigualdades sociais e garantir os direitos à alimentação, à escola, à saúde, por exemplo (BRASIL, 1993).

Devido às funções específicas de cada Programa, neste capítulo, apresentaremos algumas especificidades dos Programas Sociais que serão analisados no capítulo seguinte: *Amigos da Escola* (3.1); *Bolsa Família* (3.2); *Ciência sem Fronteiras* (3.3); *Fome Zero* (3.4) e *Minha Casa, Minha Vida* (3.5), a fim de descrevermos o nosso material de análise. Além disso, iremos discorrer sobre a **Lei nº 12.527**, lei de acesso à informação, uma vez que ela postula a regulamentação da linguagem cidadã (3.6).

3.1 Amigos da Escola

O Programa Amigos da Escola, como é corriqueiramente chamado, foi fundado em agosto de 1999 pela Rede Globo de Televisão em parceria com o Programa Comunidade Solidária, instituído no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Nessa direção, o Programa possui, ainda que indiretamente, parceria com o Governo Federal (FERNANDES, 2010). Ademais, ele é implementado em coparticipação com a Petrobras, o Instituto Faça Parte, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), bem como com as instituições e empresas que possuem o compromisso de oferecer educação de qualidade para a população (REDE GLOBO, s/d). A seguir, encontra-se a logomarca do Programa Amigos da Escola (Figura 8), símbolo integrante das campanhas publicitárias do Programa.

Figura 8 - Logomarca do Programa *Amigos da Escola*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*³⁶

Amigos da Escola trata-se de um Programa que tem a finalidade de contribuir para o fortalecimento das escolas públicas de Educação Básica por meio da ação solidária, assim como do trabalho voluntário, pautando-se na premissa de que “é necessário mobilizar a sociedade para valorizar a escola pública” (AMIGOS DA ESCOLA, p. 18, s/d). Portanto, esse Programa foi instituído tendo como ponto de apoio a Lei nº 9.608³⁷, de 18 de fevereiro de 1998, conhecida como a lei do voluntariado. Essa lei, por sua vez, define o trabalho voluntário como uma

³⁶ Disponível em: <https://oficialblog.com/amigos-da-escola-da-rede-globo/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

³⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm. Acesso em: 07 jun. 2019.

atividade não remunerada exercida por pessoas físicas para contribuir com as instituições públicas ou privadas, porém sem fins lucrativos, que possuem objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa (BRASIL, 1998). O Programa em questão, volta-se para objetivos educacionais direcionados às escolas de ensino público.

Conforme consta no *Manual do Amigos da Escola*, o voluntariado é visto de maneira diferenciada entre as escolas e os alunos. Para as primeiras, “o voluntariado é um elemento de aprendizagem e de formação para a cidadania”. Já para os alunos, “o voluntariado é uma forma de agir, de exercer a cidadania, de ter voz e de ser ouvido - um novo jeito de mobilização e fortalecimento do ideal de transformação social” (AMIGOS DA ESCOLA, p. 17, s/d).

Nesse sentido, o Amigos da Escola atua no ensino de crianças e jovens por meio do voluntariado, prestando serviços como, por exemplo, campanhas de esclarecimento e mobilização social, educação fundamental, promoção do voluntariado, entre outros. (AMIGOS DA ESCOLA, s/d).

Diante disso, as atividades desenvolvidas no Programa necessitam estar em consonância com o projeto político-pedagógico da escola, bem como devem contar com a aprovação da comunidade escolar e, ainda, não devem prejudicar as atividades regulares da escola. Para que tais atividades sejam efetuadas, é sugerido que elas apresentem a seguinte estrutura: planejamento, acolhida dos voluntários, ação e termo de adesão, acompanhamento e reconhecimento (AMIGOS DA ESCOLA, s/d). Dentre as ações desenvolvidas, há o estímulo à leitura; o reforço escolar; a saúde e a qualidade de vida; as artes e os esportes; a inclusão digital; as instalações e os equipamentos e, por fim, a gestão escolar (AMIGOS DA ESCOLA, s/d). Assim, por meio dessa pluralidade de ações, podemos observar que esse Programa engloba a participação de diversos profissionais tanto da área da educação quanto de outras áreas.

3.2 Bolsa Família

Definido tecnicamente ou institucionalmente como transferência direta de renda condicionada para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o Programa Social, conhecido popularmente como Bolsa Família, é uma ação de transferência de recursos, que visa ajudar

financeiramente a população carente (BRASIL, 2004a). A seguir, encontra-se a logomarca de divulgação desse Programa (Figura 9).

Figura 9 - Logomarca do Programa *Bolsa Família*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*³⁸

De acordo com as nossas buscas sobre os Programas Sociais, identificamos que o Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836³⁹, de 9 de janeiro de 2004 e regido pelo Decreto nº 5.209⁴⁰, de 17 de setembro de 2004, tem como propósito unificar os procedimentos de gestão e as ações de transferência de renda do Governo Federal. Em especial, a unificação do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação (Bolsa Escola); do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA); do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde (Bolsa Alimentação); do Programa Auxílio-Gás e do Cadastramento Único do Governo Federal (BRASIL, 2004a, 2004b).

O Bolsa Família tem por finalidade atender as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela baixa renda *per capita* mensal (BRASIL, 2004a, 2004b). A inserção dessas famílias no Programa ocorre por meio do Cadastramento Único do Governo

³⁸ Disponível em: <http://calendariobolsafamilia2018.net/cadastro-bolsa-familia/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

³⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em: 04 mai. 2018.

⁴⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm. Acesso em: 04 mai. 2018.

Federal. O benefício, portanto, será concedido às famílias com crianças e adolescentes de 0 a 15 anos, que possuem renda familiar mensal e dos benefícios financeiros igual ou inferior a R\$ 70,00 *per capita* (BRASIL, 2004a). Esse valor, porém, é sempre atualizado.

Os objetivos básicos do Bolsa Família, estabelecidos no Decreto nº 5.209, são: “promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social”; “combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional”; “estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza”; “combater a pobreza” e “promover a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público” (BRASIL, 2004b).

Esses objetivos, portanto, são contemplados nos eixos principais do Programa: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. O primeiro refere-se ao complemento de renda, a fim de promover a diminuição da pobreza. O segundo, por sua vez, diz respeito às possibilidades de acesso aos direitos sociais básicos, como, por exemplo, saúde e educação. Já o último alude a outras ações sociais, que visam ao desenvolvimento das famílias (BRASIL, 2004b).

Outro fator relevante em relação ao Bolsa Família é que a sua gestão possui um caráter descentralizador, ou seja, há diversos órgãos que contribuem, cada um ao seu modo, para a execução do Programa, são eles: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Ademais, é um Programa dirigido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em conjunto com os seguintes órgãos e entidades: Ministério da Educação; da Saúde; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda; Casa Civil da Presidência da República e Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2004a, 2004b).

A partir das nossas pesquisas sobre os Programas Sociais, podemos dizer que o Bolsa Família é um dos Programas mais conhecidos atualmente, seja por ser o maior Programa brasileiro de transferência de renda, seja por estar diretamente associado à saúde e à educação, seja pela aceitabilidade, ou, até mesmo, pelo grande número de críticas referentes a ele.

3.3 Ciência sem Fronteiras

Ciência sem Fronteiras, como é comumente denominado, é um Programa Social que pretende proporcionar o processo de internacionalização da/na educação superior brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Ele foi instituído pelo Decreto nº 7.642⁴¹, de 13 de dezembro de 2011. A seguir, a título de ilustração, inserimos a logomarca do Programa Ciência sem Fronteiras (Figura 10).

Figura 10 - Logomarca do Programa *Ciência sem Fronteiras*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁴²

Esse Programa tem o propósito de garantir a formação e a capacitação de estudantes inseridos no ensino superior brasileiro em universidades estrangeiras. Além disso, ele tem a pretensão de trazer para o Brasil pesquisadores e jovens talentos estrangeiros de algumas áreas do conhecimento, que são tidas como prioritárias (BRASIL, 2011a). Para tanto, na constituição desse Programa, foram traçados vários objetivos que, agora, passaremos a apresentar.

Conforme consta no Decreto nº 7.642, os objetivos do Programa são investir na formação de estudantes brasileiros; aumentar a participação de estudantes e pesquisadores de diversos níveis em instituições renomadas no exterior; criar intervenções entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros; “promover a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de reconhecida liderança científica residentes no exterior”; “promover a cooperação internacional na área de ciência, tecnologia e inovação”; “contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros”;

⁴¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 04 mai. 2018.

⁴² Disponível em: <http://www.tribunadaconquista.com.br/v1/tag/ciencias-sem-fronteira/>. Acesso em: 21 fev. 2019.

“propiciar maior visibilidade internacional à pesquisa acadêmica e científica realizada no Brasil”; “contribuir para o aumento da competitividade das empresas brasileiras” e, por fim, “estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas no País, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação” (BRASIL, 2011a). Esses objetivos, portanto, são diretamente voltados para o processo de internacionalização da/na educação superior brasileira.

A fim de cumprir com os objetivos estabelecidos no Programa, a CAPES juntamente com o CNPQ disponibilizaram bolsas de estudos em instituições no exterior tanto para a graduação-sanduíche⁴³, quanto para a educação profissional e tecnológica, para o doutorado-sanduíche ou pleno e para o pós-doutorado. Além disso, oferecem bolsas no Brasil para pesquisadores visitantes estrangeiros e para jovens talentos (BRASIL, 2011a).

Quanto à execução do Programa, há convênios, acordos de cooperação, entre outras atividades com a administração Pública Federal, com a administração dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como com entidades privadas (BRASIL, 2011a). Portanto, o Ciência sem Fronteiras, na sua execução, conta com os seguintes membros: um da Casa Civil da Presidência da República; um do Ministério da Educação; um do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; um do Ministério das Relações Exteriores e, também, pelo presidente do CNPq e pelo da CAPES (BRASIL, 2011a). Nessa direção, vale ressaltar, também, que este Programa é acompanhado e assessorado por representantes de diferentes órgãos.

Assim sendo, o Programa Ciência sem Fronteiras é um Programa de grande destaque, que envolve, impreterivelmente, o compartilhamento do conhecimento por meio do processo de internacionalização. Ele se concentra, principalmente, no ambiente acadêmico, local onde estão inseridas as pessoas que são contempladas por ele.

3.4 Fome Zero

O Programa Fome Zero, como é popularmente conhecido, é um Programa sustentado pela prioridade de combater a fome da população brasileira, garantindo, portanto, a alimentação necessária e de qualidade. Ganhou grande repercussão por meio de seu *slogan* “O Brasil que

⁴³ Atualmente o programa vem funcionando apenas para os estudantes dos cursos de pós-graduação.

come ajudando o Brasil que tem fome”, registrado no logotipo do Programa, conforme pode ser visto a seguir (Figura 11).

Figura 11 - Logotipo do Programa *Fome Zero*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁴⁴

O Fome Zero foi desenvolvido a partir do princípio de que todos os cidadãos devem ter acesso diário e de forma digna a alimentos de qualidade, que atendam às necessidades nutricionais básicas e à manutenção da saúde (INSTITUTO CIDADANIA, 2001). Em outros termos, o Programa pretende assegurar o direito à alimentação adequada da população vulnerável à fome, por meio da segurança alimentar e nutricional. Ademais, ressaltamos que o Fome Zero é composto por diversos Programas, são eles: Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás; Restaurantes Populares; Construção de Cisternas; Distribuição de Alimentos em situações de seca ou calamidade pública e Financiamento para a agricultura familiar (FILHO, 2010).

Dentre os órgãos que são intrinsecamente atrelados ao Programa, destacamos o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o qual “é responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania no Brasil. É também gestor do Fundo Nacional de Assistência Social” (FILHO, 2010, p.9). Em especial, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, visto que ela assegura a segurança alimentar e nutricional, sendo, então, o “órgão promotor de ações voltadas ao combate à fome, para assegurar o direito do cidadão ao acesso diário à comida, em quantidade, qualidade e regularidade” (FILHO, 2010, p. 9).

⁴⁴ Disponível em: <http://www.fecesc.org.br/colecao-fome-zero-sera-lancada-hoje/>. Acesso em 21: fev. 2019.

Dessa forma, foram organizados quatro eixos para que todos os brasileiros, em especial as pessoas de baixa renda, tivessem acesso a uma alimentação digna. O primeiro eixo está centrado no acesso aos alimentos, que é, portanto, a base central do programa; o segundo no fortalecimento da agricultura familiar, o terceiro, por sua vez, na geração de renda e, por fim, o quarto na articulação, mobilização e controle social (ARANHA, 2010, p. 11). Portanto, o Fome Zero é considerado um dos maiores ou, até mesmo, o maior Programa Social que possui o intuito de sanar a fome da população brasileira.

3.5 Minha Casa, Minha Vida

Partindo do pressuposto de que a habitação é uma necessidade social, tornou-se necessária a instituição do Programa popularmente conhecido como Minha Casa, Minha Vida, a fim de sanar o *déficit* habitacional no Brasil (BRASIL, 2009a). Esse Programa foi criado pela lei nº 11.977⁴⁵, de julho de 2009 e regulamentado pelo Decreto nº 7.499⁴⁶, de 16 de junho de 2011. Ilustraremos, a seguir, o símbolo do Programa (Figura 12).

Figura 12 – Símbolo do Programa *Minha Casa, Minha Vida*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁴⁷

⁴⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm. Acesso em: 01 jun. 2018.

⁴⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7499.htm. Acesso em: 01 jun. 2018.

⁴⁷ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/elementos-da-nova-home-do-portalbrasil/MCMV.png/view>. Acesso em: 24 fev. 2019.

O Programa Minha Casa, Minha Vida engloba, em sua construção, o Programa Nacional de Habitação urbana (PNHU) e, também, o Programa Nacional de Habitação rural (PNHR). Ademais, ele é formulado com a finalidade de “criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais” (BRASIL, 2009a).

Esse Programa, portanto, incentiva as famílias de baixa renda à adquirirem um imóvel próprio. Assim, o Minha Casa, Minha Vida é um dos Programas que apresenta, efetivamente, o tema central estabelecido no Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Isso ocorre porque “o objetivo principal do Programa é criar um ambiente econômico confiável que estimule o crescimento do mercado formal de habitação e crédito, bem como a geração de emprego” (BRASIL, 2009b, p.192).

Para eleger e selecionar as famílias beneficiárias para participarem do Minha Casa, Minha Vida diversas condições são observadas, são elas: comprovação da renda mensal; as faixas de renda devem estar de acordo com o que é definido pelo poder público para cada uma das modalidades oferecidas pelo Programa - “produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais” (BRASIL, 2009a). Além disso, devem ser observadas as seguintes prioridades: “prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham sido desabrigadas ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero”; “de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar”; e “de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência” (BRASIL, 2009a).

No entanto, além desses critérios, quando necessário, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão estabelecer outros para a seleção. Isso se dá devido ao fato de que eles, ao unirem-se ao Programa Minha Casa, Minha Vida e à Caixa Econômica Federal, tornaram-se os “responsáveis pela execução do trabalho técnico e social pós-ocupação dos empreendimentos implantados” (BRASIL, 2009a).

Quanto à realização do Minha Casa, Minha Vida, a União “concederá subvenção econômica ao beneficiário pessoa física no ato da contratação de financiamento habitacional”; “participará do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), mediante integralização de cotas e transferirá

recursos ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)”, bem como “realizará oferta pública de recursos destinados à subvenção econômica ao beneficiário pessoa física de operações em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes”.(BRASIL, 2009a). Além disso, ela “participará do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab” e

concederá subvenção econômica por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular. (BRASIL, 2009a).

Essas atribuições, mencionadas acima, serão desenvolvidas pela União de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira destinadas ao Programa. Assim, o Programa Minha Casa, Minha Vida possibilita que grande parte das famílias de baixa renda consigam efetivamente comprar o seu imóvel próprio por meio de financiamentos.

3.6 Lei nº 12.527: o acesso à informação por meio da Linguagem Cidadã

O acesso à informação é um direito assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nesse documento, encontram-se as seguintes proposições diretamente relacionadas ao acesso à informação: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”; “o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo” e “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (BRASIL, 1988).

Assim sendo, tendo em vista o que é postulado na Constituição de 1988, mencionado anteriormente, tornou-se necessária a criação da Lei nº 12.527⁴⁸ - Lei de Acesso à Informação (LAI) - sancionada em 18 de novembro de 2011. A seguir, apresentamos o símbolo da Lei de acesso à informação (Figura 13).

⁴⁸ Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/lei12.527-18%20de%20novembro%20de%202011.pdf/view>. Acesso em 17: abr. 2018.

Figura 13 - Símbolo do menu Acesso à informação



Fonte: Imagem retirada do *Google*⁴⁹

Essa Lei, portanto, regulamenta o direito de acesso de todos cidadãos às informações. Como pode ser percebido, principalmente, nos artigos primeiro e quinto da referida Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de **garantir o acesso a informações** previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.[...]

Art. 5º É dever do Estado **garantir o direito de acesso à informação**, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, **de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão**. (BRASIL, 2011c, grifos nossos).

Nessa direção, visando “garantir o direito de acesso à informação” de maneira “transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” foi necessária a instituição de uma nova linguagem que abrangesse grande parte dos cidadãos, e não somente as pessoas atreladas ao poder público, denominada como linguagem cidadã. O que estaria sendo compreendido, então, como linguagem cidadã?

Encontramos no Portal⁵⁰ de Transparência do Governo Federal, especificamente, na sessão glossário, a seguinte definição para essa denominação:

na comunicação da Administração com o cidadão a linguagem deve ser **clara e objetiva**. A meta é garantir a leitura fácil de informações e dados. Neste sentido, termos técnicos devem ser traduzidos para o **vocabulário do dia-a-dia**. Nomes de programas e ações governamentais, bem como códigos e nomenclaturas de uso da gestão na prestação de contas só serão acessíveis se o público puder compreendê-los. (Grifos nossos).

⁴⁹ Disponível em: <http://www.editoraforum.com.br/noticias/lei-de-acesso-a-informacao-voca-precisa-saber/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/glossario.html>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Desse modo, a linguagem cidadã refere-se a uma forma “clara e objetiva” de enunciar por meio do uso de palavras pertencentes ao “vocabulário do dia a dia”. Portanto, apropriando-nos das palavras de Dias (2018, p. 233), salientamos que

enunciar nessa linguagem [cidadã] é tomá-la como possibilidade de uma saída relativa do domínio administrativo: no mesmo lugar de enunciação da linguagem de gestão deve nascer a linguagem cidadã, concebida como um dizer para um interlocutor apreendido como ‘público’ no mesmo espaço de interlocução de cidadão. (DIAS, 2018, p. 233).

Ou seja, a “linguagem cidadã” é uma alternativa para os termos escritos em “linguagem de gestão”, dito de outra forma, é uma linguagem que tem a pretensão de ser acessível a todos os públicos. Ademais, em consonância com Dias (2013c), comungamos que a diferença existente entre a “linguagem de gestão” e a “linguagem cidadã” é simplesmente formal, “sendo esta uma mera extensão daquela” (DIAS, 2013c, p. 222).

A partir do exposto, entendemos que os Programas Sociais *Amigos da Escola; Bolsa Família; Fome Zero; Ciência sem Fronteiras* e *Minha Casa, Minha Vida* são nomeados como uma exigência da linguagem cidadã. Sendo assim, as condições articulatório-enunciativas e a repercussão dos efeitos de sentido dessas nomeações passarão, a partir de agora, a serem alvos das análises que realizaremos em nossa pesquisa.

CAPÍTULO IV

***EM ANÁLISE: AMIGOS DA ESCOLA; BOLSA FAMÍLIA; CIÊNCIA SEM
FRONTEIRAS; FOME ZERO E MINHA CASA, MINHA VIDA***

4 PROGRAMAS SOCIAIS: UMA PERSPECTIVA ARTICULATÓRIO-ENUNCIATIVA

Neste capítulo, analisaremos as formações nominais que foram selecionadas para a nossa pesquisa: *Amigos da Escola*, *Bolsa Família*, *Ciência sem Fronteiras*, *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*. Com o intuito de executarmos os objetivos traçados neste estudo, o capítulo foi estruturado em três tópicos macros, como mostraremos a seguir. No primeiro tópico, **um olhar para a nomeação dos Programas Sociais - os nomes núcleos e seus determinantes** (4.1), analisaremos o processo articulatório entre os nomes-núcleos e seus determinantes, elementos que compõem as formações nominais *Bolsa Família* e *Fome Zero* (4.1.1); *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* (4.1.2) e *Minha Casa, Minha Vida* (4.1.3). No segundo tópico, **em foco: a pertinência enunciativa da nomeação dos Programas Sociais: um estudo sobre a Linguagem Cidadã** (4.2), discutiremos a forma como as ancoragens do passado e as demandas do presente influenciam na constituição da pertinência enunciativa das formações nominais, a partir do memorável e das atualizações discursivas. E, por fim, no terceiro tópico, **a (re)configuração dos discursos: o político na constituição argumentativa** (4.3), demonstraremos como essas formações nominais qualificam-se enunciativamente, por meio das direções argumentativas que, em acontecimento, mobilizam e (re)configuram os discursos.

4.1 Um olhar para a nomeação dos Programas Sociais - os nomes-núcleos e seus determinantes

Neste tópico, dedicamo-nos a analisar como ocorre o processo articulatório entre os nomes núcleos e seus determinantes, enquanto elementos de perspectivação, que compõem as formações nominais. Portanto, direcionamos o nosso olhar para as nomeações dos Programas Sociais - *Bolsa Família*, *Fome Zero*, *Amigos da Escola*, *Ciência sem Fronteiras*, e *Minha Casa, Minha Vida* -, uma vez que elas são constituídas por formações nominais, tendo em vista que a nomeação, de acordo com Guimarães (2017, p. 12), “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. Ademais, tomamos como princípio que “o gesto de constituir uma formação nominal é motivado por uma relação de inserção do que se diz na atualidade do dizer” (DIAS, 2012, p. 9). A seguir, apresentamos a análise dessas formações nominais.

Para realizar nossas análises, decidimos agrupar as FNs levando em consideração o processo articulatório que as constitui. Assim, por aproximação estrutural, agrupamos *Bolsa Família/Fome Zero* em uma mesma seção de análise. Logo em seguida, fizemos o mesmo com *Amigos da Escola/Ciência sem Fronteiras*. E, por fim, analisamos a FN *Minha Casa, Minha Vida*.

4.1.1 *Bolsa Família e Fome Zero*

De acordo com a análise morfológica tradicional dos sintagmas nominais *Bolsa Família* e *Fome Zero*, podemos afirmar que eles possuem a mesma estrutura interna: substantivo e adjetivo. Assim, tendo em vista esse aspecto estrutural, e visando analisar o processo articulatório desses sintagmas, eles foram agrupados neste tópico.

Os Programas *Bolsa Família* e *Fome Zero* são nomeados por meio da articulação de dois elementos - *bolsa* e *família*; *fome* e *zero*. Em morfologia, de acordo com as gramáticas de bases tradicionais, as palavras *bolsa* e *fome* são classificadas como substantivos, e os vocábulos *família* e *zero* manifestam-se como adjetivo. (CEGALLA, 2008). Assim, embora a palavra *família*, em estado de dicionário, seja classificada como substantivo feminino, representando um “conjunto de pessoas, em geral ligadas por laços de parentesco, que vivem sob o mesmo teto”⁵¹, ao se articular ao substantivo *bolsa* ganha o *status* de adjetivo (*familiar*). Já a palavra *zero*, ainda que continue sendo classificada como numeral, recebe dentro dessa classe uma subcategorização e passa a ser chamada de numeral adjetivo, correspondendo àqueles numerais “que transformam o substantivo”,⁵² Isso ocorre porque, na frase, “se a palavra lembrar um ser ou objeto, ela se trata de um substantivo, porém se houver outra palavra adicionando informações de qualidades, de espécies, de estado ou de característica a esse ser ou objeto citado, trata-se de um adjetivo.”⁵³

Em relação ao comportamento sintático dessas formações nominais, temos que os substantivos *bolsa* e *fome* assumem a função de nome-núcleo do sintagma nominal e são determinados pelos

⁵¹ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fam%C3%ADlia/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

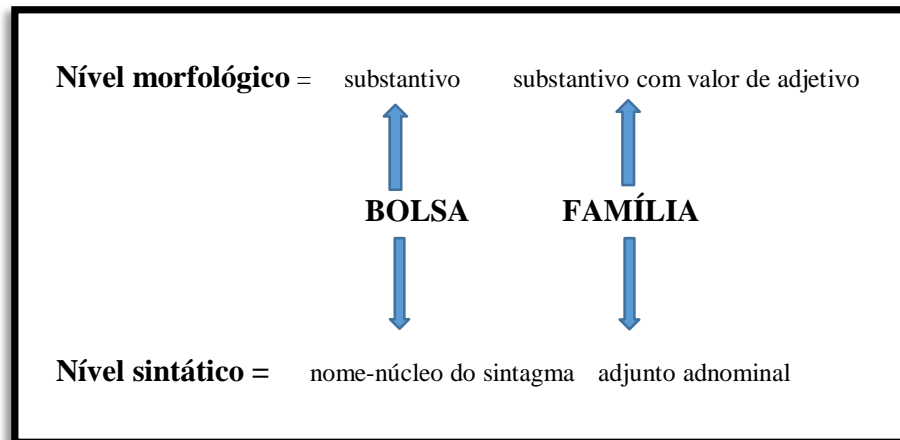
⁵² Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/291739>. Acesso em: 29 jul. 2019.

⁵³ Disponível em: <https://www.webestudante.com.br/adjetivo/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

adjetivos *família* e *zero* que se relacionam com esse nome-núcleo e, por isso, se classificam como adjuntos adnominais.

A descrição que realizamos corresponde àquela própria da análise do sintagma nominal (SN). O SN, estudado sob a perspectiva composicional, em especial no trabalho de Chierchia (2003)⁵⁴, conforme nos apresenta Dias (2013a), está centrado na descrição das classes dos objetos produzidos, focando, apenas, no produto desse sintagma. Nas palavras de Dias (2013a, p. 12-13), “[...] constituir um sintagma nominal pode implicar a realização de uma operação de composicionalidade em que um nome nuclear recebe uma determinação com vistas a enriquecer o modo como se apresenta uma entidade”. Assim sendo, *Bolsa Família e Fome Zero*, enquanto sintagmas nominais, abordados pela visão composicional, abarcam a união de um nome-núcleo - *bolsa e fome* - e de uma expressão determinante, que agrega, por adição a esse nome, uma caracterização específica - *família e zero*. Essa descrição pode ser ilustrada nas figuras que seguem:

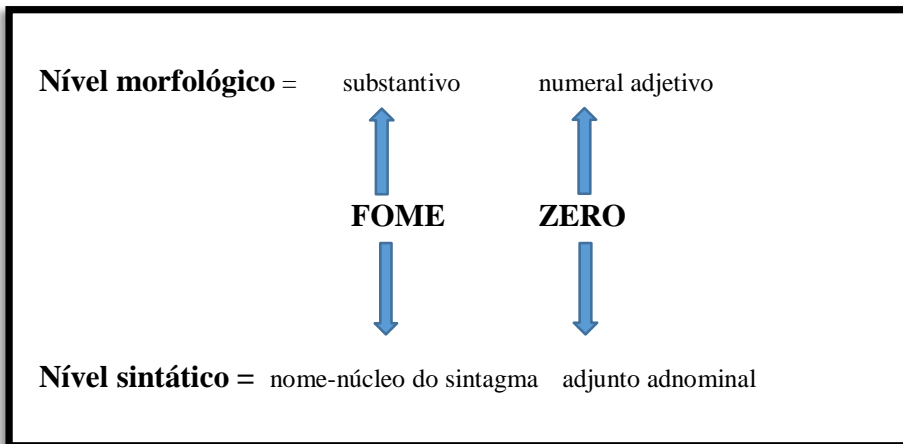
Figura 14 - Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional - *Bolsa Família*



Fonte: Elaborada pela autora

⁵⁴ CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Ed. da Unicamp/Eduel, 2003.

Figura 15 - Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional - *Fome Zero*



Fonte: Elaborada pela autora

Portanto, essa perspectiva leva em consideração a soma dos elementos dos sintagmáticos (*bolsa* + *família*; *fome* + *zero*) cujo resultado apresenta os sentidos globais desses sintagmas (*Bolsa Família* e *Fome Zero*). Assim, o sintagma nominal *Bolsa Família* remete a uma quantia (indeterminada, por isso indicada pelo substantivo *bolsa* e não por um numeral) em dinheiro destinada a uma família e o sintagma nominal *Fome Zero* refere-se à concepção de que o Programa tem a pretensão de zerar a fome no país.

Como podemos perceber, de acordo com Perini (2010), essa análise visa observar, a singularização dos seres, em outros termos, a singularização dos sintagmas nominais. Com isso, salientamos que essa análise, que envolve apenas o produto do sintagma, não leva em conta o processo de constituição dos nomes e dos determinantes em si, ou seja, a análise articulatória vale-se apenas da soma de sentidos particulares que, agregados, produzem um todo.

Passemos agora a verificar outra possibilidade de olhar a articulação das nomeações dos Programas *Bolsa Família* e *Fome Zero*. Conforme Dias (2018), faz-se necessário voltarmos a nossa análise para essas nomeações enquanto formas linguísticas que são significadas nas enunciações em que são inseridas. Para tanto, essas formas linguísticas serão apreendidas como formações nominais. Assim sendo, iremos analisar o processo articulatório de constituição dessas formas.

Nessa concepção, temos que essas nomeações são articuladas, internamente, por meio de uma relação articulatória de dependência entre os elementos (GUIMARÃES, 2018). Ou seja, “a

articulação por dependência se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento.” (GUIMARÃES, 2018, p. 81). Dito de outra forma, não se trata mais de pensar na ideia de composição relacionada a 1+1 e, sim, na relação de contiguidade que é significada na enunciação (GUIMARÃES, 2018). Assim, *bolsa* e *fome* são os elementos determinados de cada uma das formações nominais, aqui, observadas. Já *família* e *zero* são os elementos determinantes dessas FNs, em outros termos, são os elementos perspectivadores (DIAS, 2012). Esses elementos perspectivadores, por sua vez, atribuem sentidos aos nomes-núcleos *bolsa* e *fome*, a fim de especificá-los. No entanto, essa especificação ocorre no processo enunciativo, porque as formações nominais só adquirem significação no momento em que são acionadas no acontecimento enunciativo (DIAS, 2018).

Além de entendermos que as nomeações das FNs *Bolsa Família* e *Fome Zero* possuem uma relação articulatória de dependência entre os elementos que as constituem, conforme a definição de Guimarães (2018), salientamos também que, consoante os estudos de Dias (2018), cada uma dessas FNs apresenta uma relação articulatória específica entre o núcleo - substantivo - (*bolsa* e *fome*) e o convergente - adjetivo - (*família* e *zero*). Isso posto, reafirmando a perspectiva de Dias (2018), as formações nominais *Bolsa Família* e *Fome Zero* são articulações linguísticas subnominais e internominais, pois “motivam a constituição de um nome, produzindo consequentemente o fundamento para a sua entrada no léxico de uma língua”. (2018, p. 117), além de serem “responsáveis por fornecer unidade às construções nominais constituídas por núcleo e convergentes (determinantes)” (DIAS, 2018, p. 159).

Conforme apresentamos, no capítulo 2, essas articulações podem ser analisadas da seguinte maneira:

Quadro 3 – Articulação subnominal das FNs *Bolsa Família* e *Fome Zero*

Enunciado(s) descritivo (s)	Transferência de renda diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza. ⁵⁵	Política nacional de segurança alimentar Garantia da segurança alimentar, assegurando que todos os brasileiros tenham, em todo momento, acesso aos alimentos básicos de que necessitam. (BRASIL, 2010, p.54).
Condensação	⇓	⇓
Unidade nominal em posição temática	Bolsa Família	Fome Zero

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dias (2018).

Como já analisamos, a título de exemplo, no capítulo teórico em que apresentamos os tipos de articulação, a FN *Bolsa Família* condensa o enunciado descritivo: “Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza”. No Quadro 3, acrescentamos o processo de condensação da FN *Fome Zero* que, a exemplo de *Bolsa Família*, representa uma “unidade nominal em posição temática” cujo processo de condensação também foi motivado pela Lei da linguagem cidadã⁵⁶. Trata-se, pois, de mais um investimento enunciativo de caráter institucionalizado/oficializado na constituição da nominalidade. (DIAS, 2018).

Vale ressaltar que a condensação de sentido do enunciado “Política nacional de segurança alimentar” no nome-núcleo *fome* exige que sejam conectados domínios referenciais que ofereçam pertinência à relação entre a necessidade da instalação de uma política de *segurança alimentar* e a existência da *fome*. Ou seja, *fome* e “Política nacional de segurança alimentar” estabelecem entre si uma construção de sentido sustentada pela relação causa-consequência.

Quanto à articulação internominal, ela pode ser assim percebida:

⁵⁵ Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=l>. Acesso em: 02 mai. 2018.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/lei12.527-18%20de%20novembro%20de%202011.pdf/view>. Acesso em: 17 abr. 2018.

Quadro 4 – Articulação internominal das FNs *Bolsa Família* e *Fome Zero*

Enunciado(s) descritivo(s)	Transferência de Renda	diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema Pobreza	Política nacional de segurança alimentar	...assegurando que todos os brasileiros tenham, em todo momento, acesso aos alimentos básicos de que necessitam.
Condensação	↓	↓	↓	↓
Unidade nominal em posição temática	Bolsa	Família	Fome	Zero

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dias (2018).

A articulação internominal é demandada pelos nomes (*bolsa* e *fome*) em função da necessidade de um recorte referencial (DIAS, 2018) que seja capaz de viabilizar o processo de nomeação desses Programas Governamentais. A seguir, apresentaremos recortes de sentidos que são construídos enunciativamente pela articulação dos elementos que constituem as formações nominais *Bolsa Família* e *Fome Zero*.

Em relação à formação nominal *Bolsa Família*, verificamos que, a princípio, ela pode ser significada como uma quantia em dinheiro (*bolsa*) destinada à uma família (*família*), assim como é apreendida na visão composicional. Ou seja, o sentido se constitui a partir da soma dos dois elementos que se agregam para formar essa formação nominal: *bolsa* + *família* = *Bolsa Família*. O que acabamos de dizer pode ser percebido no enunciado a seguir (12):

(12) O valor que cada família recebe do Programa [*Bolsa Família*] depende da renda mensal por pessoa e da composição familiar, isto é, se há crianças, adolescentes, jovens, mulheres grávidas ou que estão amamentando⁵⁷. (Grifos nosso).

Como podemos perceber, a formação nominal *Bolsa Família* apresenta-se como uma quantia em dinheiro, um “valor” (*bolsa*) destinado a uma família (*família/familiar*). Ademais, em 12, percebemos que o elemento *bolsa* é reescriturado por substituição pela palavra *valor*. Nos termos de Guimarães (2018, p. 85), “há reescrituração quando um elemento Y de um texto

⁵⁷ Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/usuario/bolsa-familia-1/tipos-de-beneficios>. Acesso em: 12 jul. 2019.

retoma um outro elemento X do texto. Nesse caso Y reescritura X”. Ou seja, como já foi dito, *valor* (y) reescritura *bolsa* (x).

Entretanto, a análise dessa FN apenas por meio de um procedimento composicional encontra problemas ao analisarmos o que ocorre no exemplo a seguir (Figura 6).

(7)

Figura 6 - Bolsa(s) de todas as qualidades



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁵⁸

Como podemos perceber neste exemplo (7), a constituição das FNs “*bolsa isso*” e “*bolsa aquilo*” apresenta o sentido de que há bolsas “de todas as qualidades”, isso ocorre devido aos inúmeros elementos perspectivadores que podem ser articulados ao nome *bolsa*, ocupando, dessa forma, os lugares dos pronomes *isso* e *aquilo*. No âmbito dos próprios Programas de Governo, temos, por exemplo, *Bolsa Escola*, *Bolsa Alimentação*, *Bolsa Permanência*, *Bolsa Família* etc. Para além do referencial dos direitos sociais, o próprio texto apresenta as FNs “*bolsa atestado*” e “*bolsa otário*”, que fazem parte de um domínio de sentido voltado para a malandragem, para o mal uso das bolsas. Assim, *bolsa isso* e *bolsa aquilo*, mais do que representarem uma referência no mundo, recortada pela soma de sentidos (1 + 1) de um nome-núcleo (*bolsa*) e seu determinante (*isso/aquilo*), autorizam investimentos de sentido cuja pertinência orienta-se por referenciais historicamente regularizados. Ou seja, não se trata de um

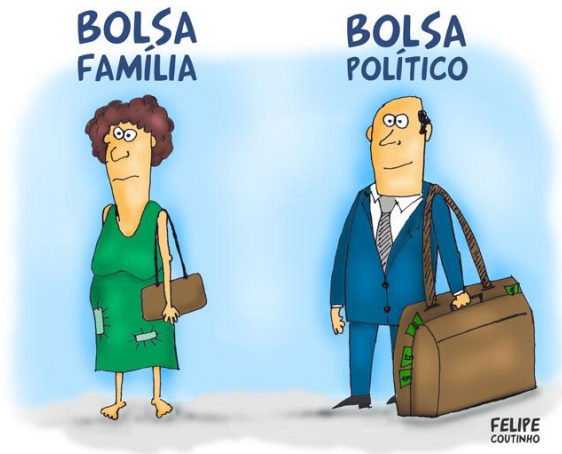
⁵⁸ Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/assistencialismo/page/3/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

“isso” ou um “aquilo” cujo sentido lhes seja intrinsecamente marcado e passível de ser agregado por adição ao nome *bolsa*. A construção de sentido desses elementos é antes, social, histórica e, portanto, enunciativa.

A fim de mostrarmos possíveis redimensionamentos de sentido que os termos que compõem a FN *Bolsa Família* adquirem, analisaremos, por meio da constituição de redes enunciativas, outras formações nominais cujo nome-núcleo é o mesmo dessa FN, tais como: *bolsa tamanho família*; *bolsa político*; *bolsa mesada* e *Bolsa Escola*.

(9)

Figura 16 - *Bolsa Família versus bolsa político*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁵⁹

Na Figura 16, verificamos, além da presença da FN *Bolsa Família*, há a constituição de um neologismo marcado em outra FN: *bolsa político*. Essa nova nomeação reafirma a análise que apresentamos anteriormente das FNs *bolsa isso* e *bolsa aquilo*, quando constatamos que o lugar a ser ocupado pelo determinante do nome-núcleo *bolsa* autoriza investimentos de sentido sócio-historicamente pertinentes.

Assim, quando buscamos a regularização de sentido do elemento perspectivador da FN *Bolsa Família*, ou seja, do elemento *família*, constatamos que, socialmente, trata-se de um grupo de

⁵⁹ Disponível em: <http://www.tribunadainternet.com.br/para-mudar-de-assunto-temer-deve-anunciar-logo-o-reajuste-do-bolsa-familia/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

peessoas que vivem juntos. Ao realizarmos o mesmo movimento de busca para o determinante da FN *Bolsa Político*, ou seja, para o termo *político*, encontramos que ele aponta para uma pessoa/um ser que se ocupa de política. Por meio do exposto, é possível compreender o apontamento de crítica realizado pelo texto, uma vez que a bolsa do *político* - “pessoa” - apresenta-se, nessa cena enunciativa, maior do que aquela da *família* - “grupo de pessoas”. Assim:

Quadro 5 – Rede enunciativa – *Bolsa Família/bolsa político*

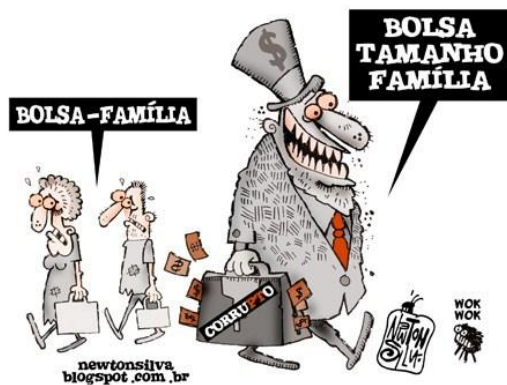
Bolsa Família = valor pequeno (embora para muitos/um grupo de pessoas)
 bolsa político = valor grande (embora para poucos/uma pessoa)

Fonte: Elaborado pela autora.

Nessa direção, verificamos que, em 9, a sustentação do referencial de crítica se dá em função desse deslocamento de sentido. Ou seja, *Bolsa Família* não sustenta a dimensão do sentido de *família*, uma vez que a bolsa pertencente à mulher, reescrita em nossa análise pelo substantivo valor, não representa grandeza, ao contrário, ela é reduzida; enquanto *bolsa político*, conforme apresentado em (16), corresponde à dimensão de *família*, já que remete a uma extensão consideravelmente maior. Assim, o sentido de quantidade, próprio do referencial de *família*, está presente na FN *bolsa político*, e não na FN *Bolsa Família*. Exemplifiquemos melhor com a Figura 17.

(10)

Figura 17 - *Bolsa Família versus bolsa tamanho família*



Fonte: Imagem obtida por meio do Google⁶⁰

⁶⁰ Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/humor-bolsa-familia/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

Em 10, constatamos a presença de duas formações nominais *Bolsa Família* e *bolsa tamanho família*, que oferece sustentação para o que discutimos anteriormente. No exemplo (10), percebemos que *Bolsa Família* é diferente de uma *bolsa tamanho família*, ao passo que *bolsa político* tem uma correspondência direta com a grandeza desse valor (*tamanho família*). Isso ocorre porque a FN *bolsa político* está balizada pelo referencial da corrupção, lavagem de dinheiro, propina, enquanto *Bolsa Família* ancora-se no do auxílio social. Assim:

Quadro 6 – Rede enunciativa – *bolsa político/bolsa tamanho família*

bolsa político = bolsa tamanho família

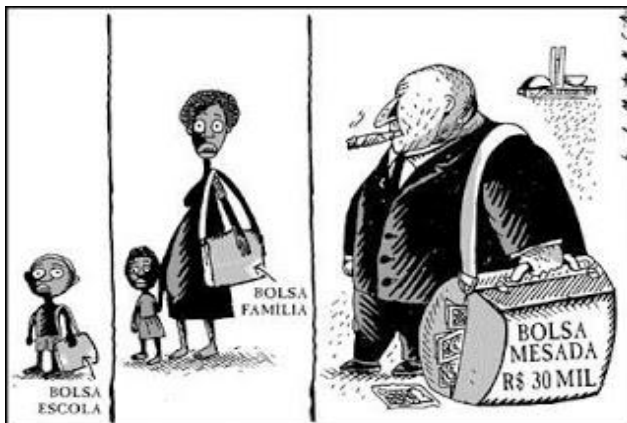
Fonte: Elaborado pela autora.

Notamos, mais uma vez, que não se trata apenas de uma adição de sentidos dos elementos *bolsa* + *político*. Não estamos afirmando com isso que o sentido de *político*, conforme apresentado anteriormente, seja desconsiderado. Muito pelo contrário. Ele é ampliado e passa a abrigar também um dos efeitos de sentido potencializados pelo determinante *família*.

Na mesma proporção, isso ocorre também com outras formações nominais ancoradas em domínios referenciais semelhantes. Observemos agora as FNs *Bolsa Família*, *Bolsa Escola*, *bolsa mesada*, apresentadas no exemplo 11.

(11)

Figura 18 - *Bolsa Escola, Bolsa Família e bolsa mesada*



Fonte: Imagem obtida por meio do Google⁶¹

⁶¹ Disponível em: <http://gazetabarauna.blogspot.com/2010/11/charges-meu-brasil.html>. Acesso em: 14 jun. 2019.

Na Figura 18, constatamos que a FN *Bolsa Escola* faz parte do mesmo domínio referencial da FN *Bolsa Família*, uma vez que, em um movimento comparativo com a FN *bolsa mesada*, além de nomearem dois Programas Sociais, podem ser reescritas pela formação nominal *bolsa pequena*. Em contrapartida, *bolsa mesada* (destinada a um político), assim como *bolsa político*, admite ser reescriturada por *bolsa grande/tamanho família*.

Quadro 7 – Rede enunciativa – *Bolsa Família/Bolsa Escola - bolsa político/bolsa mesada*

<p>Bolsa Família/ Bolsa Escola = bolsa pequena</p> <p>bolsa político/bolsa mesada = bolsa grande</p>
--

Fonte: Elaborado pela autora.

Desse modo, a partir das análises realizadas, percebemos que a FN *Bolsa Família* pode evocar efeitos de sentido dispersos no processo enunciativo, assim como as FNs *bolsa político*, *Bolsa Escola* e *bolsa mesada*; e que esses efeitos se manifestam, por meio da articulação dos nomes-núcleos e seus determinantes, como resposta a uma demanda de pertinência enunciativa.

Passaremos, agora, a analisar a significação dos elementos que constituem a formação nominal *Fome Zero*. O efeito de sentido proposto pela nomeação do Programa, com a FN *Fome Zero*, conforme apresentamos no início deste tópico, é o de que haja a extinção da fome. Isso pode ser percebido no exemplo a seguir (12):

(12) [...] com o objetivo de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade no Brasil. O programa [*Fome Zero*] partiu do princípio de que todas as pessoas devem ter acesso diário, e de forma digna, a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e à manutenção da saúde⁶². (Grifos nossos).

O sentido de esvaziamento/erradicação da fome está materializado, por exemplo, no enunciado “todas as pessoas devem ter acesso diário [...] a alimentos em quantidade e qualidade suficientes”, presente na descrição do objetivo principal do Programa. Porém, passaremos a analisar o processo de (re)significação por que passa essa FN, visto que as articulações dos elementos que a constituem são qualificadas enunciativamente.

⁶² Disponível em: <https://lula.com.br/fome-zero-programa-que-comecou-tirar-o-brasil-do-mapa-da-fome-completa-14-anos/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

O nome-núcleo da FN *Fome Zero*, ou seja, o substantivo *fome*, significa, a princípio, carência alimentar. Entretanto, ao participar de outras enunciações, esse sentido inicial movimenta-se, situando-se em outros referenciais. Como, por exemplo, pode ser percebido na Figura 19.

(13)

Figura 19 - *Fome Zero versus carnaval*



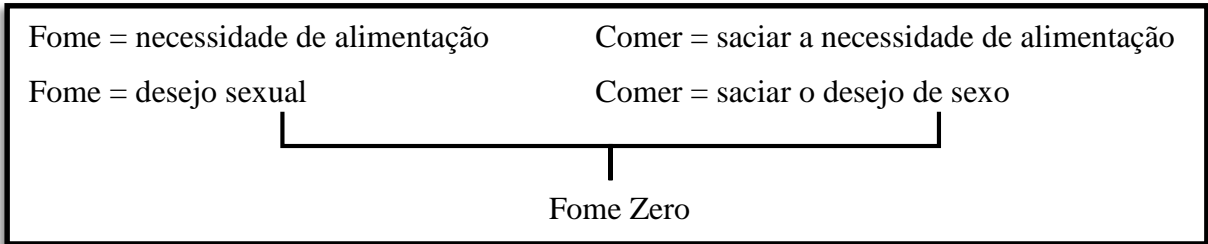
Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁶³

Quando nos referimos ao sentido inicial da FN que nomeia o Programa *Fome Zero*, temos que o nome *fome* está sustentado pelo referencial da alimentação. No entanto, na Figura 19, o sentido de *fome* corresponde ao desejo sexual. Sendo assim, o termo *fome* foi, enunciativamente, re(significado). A partir do momento em que *fome* assume esse novo efeito de sentido, a FN *Fome Zero* passa a significar a realização do ato sexual para zerar (saciar) a fome.

Vale ressaltar que *fome*, no sentido apresentado no exemplo 13, mantém contato com a acepção que trouxemos anteriormente como sendo carência alimentar. Entretanto, em 19, esse nome pode ser considerado em um sentido vulgarizado socialmente como “ter relações sexuais com alguém”. A própria imagem de um homem correndo com talheres nas mãos, em direção a uma mulher seminua, com fantasia de carnaval, autoriza a associação que acabamos de apresentar. Dessa forma, há o entrelaçamento de dois efeitos de sentidos, que, por assentarem-se em domínios referenciais muito distintos, geram o humor.

⁶³ Disponível em: http://www.carnaxe.com.br/humor/arquivos/carnaxe_humor.htm. Acesso em: 01 jul. 2019.

Quadro 8 – Rede enunciativa – *Fome Zero*



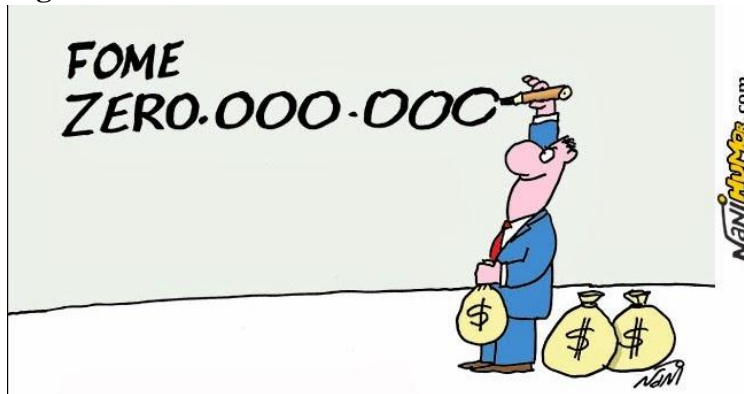
Fonte: Elaborado pela autora.

Ou seja, não se trata de escolher um ou outro sentido do nome *fome* para ser somado ao determinante *zero* e, assim, se chegar ao sentido da FN *Fome Zero*. O que está em causa é exatamente a sobreposição desses efeitos de sentido, caso contrário, o humor não se materializa.

Ademais, ainda observando a FN *Fome Zero*, é possível perceber que o sentido do elemento *zero* também pode ser redimensionado. Como um dos elementos de nomeação do Programa, o numeral adjetivo *zero* equivale ao sentido de nenhum/nenhuma. Apesar disso, esse elemento adquire novas(s) significação(ões), conforme pode ser verificado no exemplo 14.

(14)

Figura 20 - *Fome Zero versus Fome Zer0.000.000*



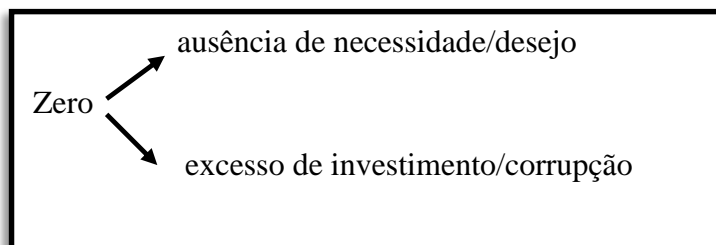
Fonte: Imagem obtida por meio do Google⁶⁴

Em 14, o elemento perspectivador da FN *Fome Zero*, adquire o sentido de milhões para combater a fome. Ou seja, gasta-se muito dinheiro para que a fome seja sanada. Assim, a última forma linguística *zero* é qualificada enunciativamente e adquire pertinência, nessa enunciação, porque significa um alto valor monetário - zer0.000.000 - que é investido para que haja o efetivo

⁶⁴ Disponível em: <http://www.nanihumor.com/2013/09/fraude-no-fome-zero.html>. Acesso em: 01 jul. 2019.

funcionamento do Programa, seja em função dos gastos necessários para as ações objetivadas, seja pelo potencial que o *Fome Zero* cria para ações de corrupção daqueles que o administram.

Quadro 9 – Rede enunciativa – *Fome Zero*



Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, com base na análise realizada em relação à articulação dos elementos que compõem a formação nominal *Fome Zero*, realçamos que as significações das formas linguísticas, em especial das FNs em análise, ocorrem no acontecimento enunciativo de que essas FNs participam. Ou seja, assim como o nome *fome* pode assumir o sentido de necessidade de alimentação ou desejo sexual, o determinante *zero* pode apresentar o efeito de ausência dessa necessidade/desse desejo ou de excesso de investimento e corrupção.

Passemos agora a observar o processo articulatório das FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*.

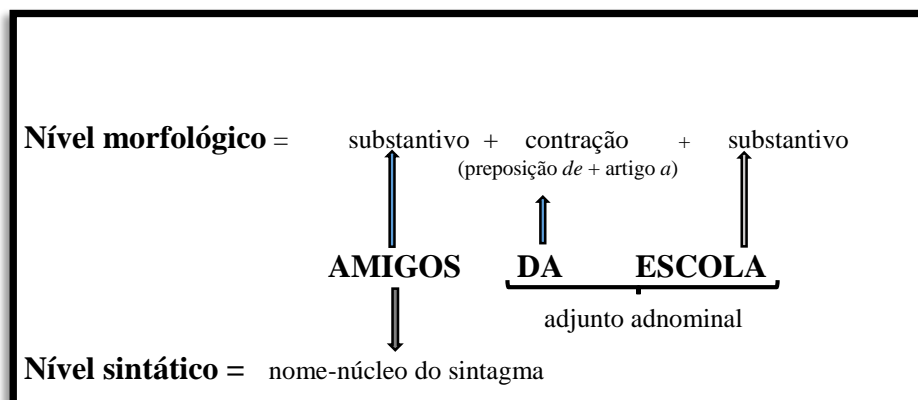
4.1.2 *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*

Assim como as formações nominais *Bolsa Família* e *Fome Zero*, as FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* apresentam a mesma estrutura constituinte, portanto, elas foram reunidas neste único tópico. O processo articulatório das FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* é distinto daquele que constitui as FNs *Bolsa Família* e *Fome Zero*, visto que, como mostramos em 4.1.1, as FNs *Bolsa Família* e *Fome Zero* são articuladas por duas palavras (substantivo e adjetivo), já as FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* são articuladas por meio da união de três palavras (substantivo; contração - preposição de + artigo a - e substantivo), conforme descreveremos a seguir.

As nomeações dos Programas *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* são formadas pela articulação de três palavras - *amigos, da e escola; ciência, sem e fronteiras*. Em morfologia, de acordo com as gramáticas de bases tradicionais, essas palavras analisadas isoladamente recebem a seguinte classificação: *amigos, escola, ciência e fronteiras* pertencem à classe dos substantivos (CEGALLA, 2008). A palavra *da*, por sua vez, é designada contração, uma vez que nela há a união da preposição *de* e do artigo definido feminino *a* no singular (CEGALLA, 2008). E a palavra *sem* pertence à classe das preposições, ou seja, ela “é uma palavra invariável que liga um termo dependente a um termo principal, estabelecendo uma relação entre ambos” (CEGALLA, 2008, p. 268). Ademais, ainda no nível morfológico, os sintagmas *da escola* e *sem fronteiras* assumem a característica atribuída a um adjetivo, a saber: expressar “as qualidades ou características dos seres”. (CEGALLA, 2008, p.159).

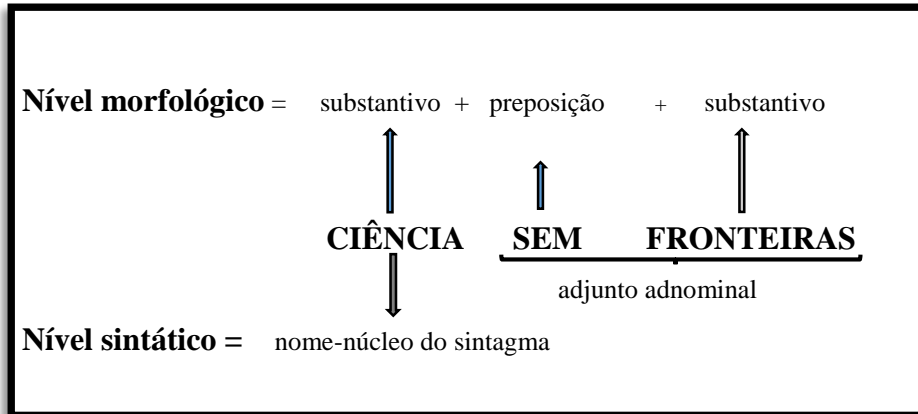
Nos estudos sintáticos também embasados na tradição gramatical, nos sintagmas *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*, os termos *amigos* e *ciência* assumem a função sintática de nomes-núcleos desse sintagma. E as expressões adjetivas *da escola* e *sem fronteiras* assumem a função sintática de adjunto adnominal (CEGALLA, 2008). A fim de elucidarmos o que explicamos, elaboramos os seguintes esquemas:

Figura 21 - Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional - *Amigos da escola*



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 22 - Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional - *Ciência sem Fronteiras*



Fonte: Elaborado pela autora

A descrição que realizamos corresponde àquela própria da análise do sintagma nominal (SN) que, conforme já apresentamos, está centrado no produto visto como algo construído composicionalmente (CHIERCHIA, 2003)⁶⁵. Assim sendo, *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*, enquanto sintagmas nominais abordados pela visão composicional, abarcam a união de um nome-núcleo – *amigos* e *ciência* - e de uma expressão determinante, que agrega, por adição a esse nome, uma caracterização específica - *da escola* e *sem fronteiras*.

Nessa perspectiva, o sintagma nominal *Amigos da Escola* refere-se à classe dos indivíduos que mantêm socialmente uma relação afetuosa entre si, e, por isso, são amigos, recortada pela restrição de que esses indivíduos integram o ambiente escolar, ou seja, correspondem ao conjunto de professores, alunos e toda comunidade que assume a característica de ser *da escola*. Ou ainda, refere-se a um grupo de pessoas que se direcionam para ajudar a escola. E *Ciência sem Fronteiras* refere-se à concepção de que os conhecimentos científicos não devem ter limitação (fronteiras).

Em que medida observar a nomeação dos Programas *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* como formações nominais (FNs) e não mais como sintagmas nominais (SNs) altera os efeitos de sentido e qualifica a análise dessas formas linguísticas? Isso é o que tentaremos apresentar a seguir.

⁶⁵ CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Ed. da Unicamp/Eduel, 2003.

Em uma perspectiva sintático-enunciativa, *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* são duas FNs também articuladas por meio da relação de dependência (GUIMARÃES 2018), a exemplo do que ocorre com as FNs *Bolsa Família* e *Fome Zero*, que se realiza no interior dos enunciados e do textos.

Na estrutura interna das formações nominais *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*, os determinantes, ou seja, os elementos perspectivadores, são os elementos linguísticos *da escola* e *sem fronteiras* que têm, nessas formações nominais, o valor de adjetivo. Esses elementos se articulam aos nomes-núcleos *amigos* e *ciência*, que, por sua vez, são os determinados. Assim sendo, os determinantes *da escola* e *sem fronteiras* recortam, respectivamente, um sentido aos nomes-núcleos *amigos* e *ciência*, pois uma das funções dos determinantes é atualizar a significação do nome-núcleo, especificando-o. Entretanto, conforme vimos defendendo até aqui, esse recorte só produz efeito de sentido quando enunciado, uma vez que é no acontecimento que a materialidade linguística ganha pertinência e passa a significar. Por conseguinte, os componentes das formações nominais *Amigos da escola* e *Ciência sem Fronteiras* se articulam a partir das determinações internas que recebem, formando um grupo nominal e, ancorados em referenciais históricos postos em cena pelo memorável, ganham aderência de sentido ao serem presentificados pela enunciação.

Tendo isso em vista, salientamos que *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* são “composto(s) de dependência, cujos termos são dois substantivos em relação de determinação” (BENVENISTE, 1989, p. 151). Portanto, temos a função descrita por Benveniste (1989) “x é de y” que expressa a função de duas variáveis. Então, o lugar de x é ocupado pelos determinados *amigos* e *ciência* e o de y pelos determinantes *da escola* e *sem fronteiras*, por essa razão “amigos são da escola” e “ciência é sem fronteiras”. Sendo assim, nas formações nominais *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*, o determinante *da escola* apresenta uma restrição sobre o sentido do determinado *amigos*, já o determinante *sem fronteiras* apresenta uma dilatação sobre o sentido do determinado *ciência*. Afinal, o domínio referencial do nome *ciência*, já inclui, em certa medida, a ausência de fronteiras. O que ocorre no processo de nominalização do Programa *Ciência sem fronteiras* foi a “atribuição de uma perspectiva de destaque” para o nome do Programa, que “agora se materializa com exclusividade por constituir a diferença dentro do comum. Dilatar, portanto, não representa, necessariamente, expandir, em sentido lato, mas fazer aparecer, ganhar em visibilidade, constituir um referencial de pertinência enunciativa.” (DALMASCHIO, LACERDA, DIAS, 2015, p. 54).

Para mais, quanto à articulação das FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*, ressaltamos, de acordo com Dias (2018), que elas também são articulações linguísticas subnominais e internominais, conforme pode ser verificado no Quadro 9.

Quadro 10 – Articulação subnominal das FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*

Enunciado(s) descritivo (s)	“...participação de voluntários no desenvolvimento de ações e projetos educativos e de cidadania realizados em benefício da escola e da comunidade”. (REDE GLOBO, s/d, p. 11).	“...consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional”. ⁶⁶
Condensação	⇓	⇓
Unidade nominal em posição temática	Amigos da Escola	Ciência sem Fronteiras

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dias (2018).

No Quadro 10, apresentamos o processo de condensação das FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*. Vimos, portanto, que a FN *Amigos da Escola* condensa o enunciado descritivo: “...participação de voluntários no desenvolvimento de ações e projetos educativos e de cidadania realizados em benefício da escola e da comunidade.” e a FN *Ciência sem Fronteiras*, por sua vez, condensa o seguinte enunciado descritivo: “...consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.” Com isso, essas FNs representam a constituição temática do nome por meio da articulação subnominal. Em especial, a condensação desses nomes encontram ancoragem na Lei da linguagem cidadã.

A seguir, podemos visualizar o processo de articulação internominal das FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*:

⁶⁶ Disponível em: <http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/objetivos>. Acesso em: 29 jul. 2019.

Quadro 11 – Articulação internominal das FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*

Enunciado(s) descritivo(s)	“...participação de voluntários ”.	“...desenvolvimento de ações e projetos educativos e de cidadania em benefício da escola e da comunidade ”.	“...consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia , da inovação da competitividade brasileira”.	“...por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional ”.
Condensação	↓	↓	↓	↓
Unidade nominal em posição temática	Amigos	da Escola	Ciência	sem Fronteiras

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dias (2018).

Em 11, expusemos o processo de articulação internominal das FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*. A articulação internominal fornece unidade às construções nominais por meio da relação articulatória entre o nome-núcleo e o convergente (DIAS, 2018). Sendo assim, os nomes-núcleos (*amigos e ciência*) requerem delimitação referencial (*da escola e sem fronteiras*), com isso, o processo de nomeação desses Programas Sociais é estabelecido.

Seguidamente, apresentaremos recortes de sentido que são construídos enunciativamente por meio do funcionamento dos elementos que constituem as formações nominais *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*. Começaremos pela FN *Amigos da Escola*.

A fim de evidenciarmos a relação de sentido da formação nominal *Amigos da Escola*, analisaremos o funcionamento do elemento perspectivador *da escola*. Conforme Dias (2012), o elemento perspectivador coloca em evidência uma característica, que é demarcada por um adjetivo, ou por palavras e/ou sentenças com valor de adjetivo. Para tanto, vamos observar outras formações nominais que possuem o mesmo nome-núcleo e apresentam a mesma estrutura articulatória de *Amigos da escola*. Vejamos a seguinte rede enunciativa:

(15) *amigos da internet*

(16) *amigos do bairro*

(17) *Amigos da Escola*

Em (15), a formação nominal *amigos da internet* apresenta, de forma mais regular, o sentido do nome *amigos* sendo perspectivado pelo local de constituição da amizade - *da internet*. Sendo assim, a formação nominal *amigos da internet* corresponde a pensar em amigos que se constituíram na *internet*, ou seja, *nela*. Como exemplo, trazemos os seguintes enunciados em rede:

(15a) “Amigos da internet, venham discutir as ideias para devolver a esperança ao nosso país!” (Grifo nosso)⁶⁷

(15b) “Não tem problema confiar em amigos da internet até certo ponto, mas não se exponha a situações de vulnerabilidade. Saiba quem são seus amigos, escolha-os direito.” (Grifo nosso)⁶⁸

Figura 23 – *Amigos da internet* x *amigos da vida real*

(15c)



Fonte: Imagem obtida por meio do Google⁶⁹

Como podemos visualizar nos enunciados (15a), (15b) e (15c) *amigos da internet* refere-se à rede de amigos que se formaram na *internet*. No enunciado (15a), proferido pelo candidato à Presidência da República Ciro Gomes nas eleições de 2018, é possível perceber que o Locutor Ciro Gomes utiliza o vocativo estruturado pela formação nominal *amigos da internet* para convocar os amigos constituídos no ambiente virtual, isto é, na *internet*, que são, nessa cena enunciativa, os alocutários. Isso porque, conforme Guimarães (2018, p. 264), “a enunciação vocativa é um modo de agenciar *alguém* em alocutário”. O enunciado (15b), por sua vez, também demonstra que a formação nominal *amigos da internet* é utilizada para demarcar que os

⁶⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/cirogomesoficial/photos/a.1216504301803580/1803584776428860/?type=1&theater>. Acesso em: 04 mar. 2019.

⁶⁸ Disponível em: <https://pt.wikihow.com/Fazer-Amigos-Online>. Acesso em: 04 mar. 2019.

⁶⁹ Disponível em: <https://capinaremos.com/2017/03/20/amigos-da-internet-amigos-da-vida-real/>. Acesso em: 05 mar. 2019.

amigos, nessa cena enunciativa, são amigos na *internet*, ou seja, amigos cujos laços de amizade se estabeleceram/estabelecem nesse local - *nela*.

Ainda com o intuito de mostrar que a formação nominal *Amigos da internet* constitui o lugar da amizade, nos apropriamos do enunciado (15c). Nesse enunciado, a marcação de *internet* como lugar de formação da amizade fica ainda mais evidente, pois no próprio enunciado há a oposição entre *amigos da internet* e *amigos da vida real*.

Como demonstramos anteriormente, *amigos da internet*, regularmente, configura-se como uma formação nominal em que ao nome *amigo* é agregado um elemento locativo *da internet*. Dessa forma, em uma relação de contiguidade, juntos, nome e modificador, colocam em cena a significação de indivíduos *x* cujos laços de amizade se efetivaram/efetivam em um local *y*.

Não estamos desconsiderando que outros recortes de sentidos também possam ser verificados na FN em análise. Mas em nossas buscas essas ocorrências foram escassas e quando encontradas apresentavam, muitas vezes, configurações distintas dessas que agora analisaremos, como por exemplo em (15d):

(15d)

Figura 24 – Associação dos *amigos da internet limpa*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Facebook*⁷⁰

Nesse exemplo, a FN *Associação dos amigos da internet limpa* traz o nome *internet* não mais ancorado em um referencial locativo, conforme descrito nas FNs anteriores, *internet* passa agora a ser o alvo para o qual a amizade se volta. Para isso, outra perspectivação foi realizada por meio da agregação do adjetivo *limpa* ao nome *internet*. Dessa forma, não se trata mais de uma amizade situada (*nela*) e sim de uma amizade direcionada (*para ela*).

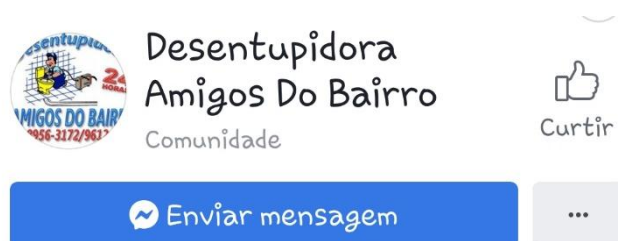
⁷⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/ASSOCIA%C3%87%C3%83O-AMIGOS-DA-INTERNET-LIMPA-144113772702864/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

Lançando um olhar para a segunda formação nominal selecionada por nós – (16) *amigos do bairro* – facilmente encontramos ocorrências em que os dois recortes de sentido que acabamos de descrever em relação à FN *amigos da internet* (nela e para ela) também se apresentam, agora, de forma mais equivalente em relação à proporção de ocorrências encontradas (nele e para ele). Vejamos a rede enunciativa a seguir:

(16a) Pedro e seus amigos do bairro formaram um time de futebol para disputar um campeonato da cidade. (Grifo nosso).⁷¹

(16b)

Figura 25 – Desentupidora *Amigos do Bairro*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Facebook*⁷²

Como podemos perceber, no enunciado (16a), temos a formação nominal *amigos do bairro* particularizando um grupo de amigos que se constituíram no bairro. Isso, como já discutimos, ocorre, também, com a FN *amigos da internet*.

Já, em (16b), temos uma FN em que *amigos do bairro* faz parte do nome de uma empresa que oferece serviços aos bairros, mais especificamente aos locais dos bairros com problemas de entupimento de tubulações. Então, em (16b), o direcionamento de sentido volta-se para o cuidado ao bairro. A amizade, significada pelo nome *amigos* reveste-se do referencial de um cuidado empresarial e não mais, necessariamente, de uma relação de afetividade, como ocorre em (16a). Assim, além de não mais oferecer a perspectiva de “local de constituição da amizade”, *do bairro*, (16b) (re)configura o próprio conceito do nome *amigos*, cujo referencial desloca-se do campo pessoal para o campo profissional.

⁷¹ Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/1140282>. Acesso em: 06 mar. 2019.

⁷² Disponível em:

https://www.facebook.com/search/str/desentupidora+amigos+do+bairro/keywords_search?epa=SEARCH_BOX. Acesso em: 11 mar. 2019.

Voltando nossa análise para a FN *Amigos da Escola*, vamos notar movimentos de sentido muito próximos desses que acabamos de apresentar em relação às FNs *amigos da internet* e *amigos do bairro*. Isso pode ser ilustrado pela seguinte rede enunciativa:

(17a)

Figura 26 – Escola versus *Amigos da Escola*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁷³

(17b) “O *Amigos da Escola* incentiva a participação de voluntários no desenvolvimento de ações e projetos educativos e de cidadania realizados em benefício da escola e da comunidade”. (Grifos nossos).⁷⁴

(17c) “Um grande reconhecimento foi a adoção do projeto como programa corporativo de voluntariado de companhias como a Açominas, a administradora de condomínios Apsa e a Petrobras. Mas as atividades do *Amigos da Escola* não terminam por aí. O programa também orienta as escolas a proporcionarem espaços e recursos para seus voluntários, dá dicas práticas sobre como elas podem avaliar suas ações, sobre como registrarem suas experiências e sobre como devem dividir as tarefas, além de divulgar a Lei do Voluntariado”. (Grifos nossos).⁷⁵

Em (17a), o efeito de sentido que se manifesta é de que na escola há amigos “afetivamente nascidos” nesse espaço (por isso eles fazem “falta”). Já em (17b) e (17c) *amigos* é reescriturado por “voluntários”, como pode ser percebido nos excertos “[...] a participação de *voluntários* no desenvolvimento de ações e projetos educativos e de cidadania [...]” e “[...] orienta as escolas a proporcionarem espaços e recursos para seus *voluntários* [...]”, cujas “atividades”, “ações” e “tarefas” se direcionam à escola. Nessa direção, acreditamos que a FN *Amigos da Escola*, ao nomear um Programa Social, passa por uma reconfiguração de sentido e, a exemplo de *Amigos*

⁷³ Disponível em: <https://www.frasesdobem.com.br/frase/14268>. Acesso em: 30 ago. 2018.

⁷⁴ Disponível em: <http://download.globo.com/amigosdaescola/manual.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2019.

⁷⁵ Disponível em: https://www.filantropia.org/informacao/amigos_da_escola_todos_pela_educacao. Acesso em: 07 mar. 2019.

do bairro, amplia o domínio referencial do nome-núcleo *amigos*. Isso ocorre porque “para além do centro da arquitetura nominal, a nomeação, podendo ser entendida de forma mais ampla, constitui-se como *ato*, e não como *resultado*, de modo a se tornar mais complexa do que a materialidade linguística das palavras e seus determinantes.” (GUIMARÃES, 2015, p.34). *Amigos da Escola* é uma exigência da linguagem cidadã para condensar “enunciados que produzem pertinência histórica.” (GUIMARÃES, 2015, p.34). Sendo assim, o potencial de referência do nome *amigos* é explorado a ponto de aproximar amizade e voluntariado transformando o segundo em centro temático da FN. Após termos analisado as nuances de sentido que a articulação da FN *Amigos da Escola* recorta, analisaremos, posteriormente, os recortes de sentido da FN *Ciência sem Fronteiras*.

A fim de apresentarmos o processo articulatório da FN *Ciência sem Fronteiras*, com base nos estudos enunciativos, agregamos, à nossa análise, uma formação nominal que é articulada pelo mesmo elemento determinante (convergente) da formação nominal *Ciência sem Fronteiras*. Observemos:

(18) *Ciência sem Fronteiras*

(19) *amor sem fronteiras*

Em (18), apresentamos a formação nominal que nomeia um Programa Social, qual seja *Ciência sem Fronteiras*. Essa FN expressa o sentido do nome-núcleo *ciência* sendo perspectivado pela não delimitação de lugar - *sem fronteiras*. Vejamos a Figura 27.

(18a)

Figura 27 - *Ciência sem Fronteiras*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁷⁶

⁷⁶ Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/blog/programa-ciencias-sem-fronteiras.htm>. Acesso em: 19 jul. 2019.

Na Figura 27, constatamos a presença da FN *Ciência sem Fronteiras*, enquanto nomeação de um Programa Social, que nos remete a pensar na *ciência* sendo desenvolvida sem demarcação de lugar, isto é, sem limites de espaço. Uma vez que o nome-núcleo *ciência* refere-se ao “conjunto ou soma dos conhecimentos humanos adquiridos por meio de observação sistemática, de pesquisa e de métodos e linguagem próprios” (CEGALLA, 2005, p.195), e o convergente *fronteira* ao “espaço físico ou imaginário onde se dá a separação entre coisas, estados, realidades etc. diferentes” (CEGALLA, 2005, p. 437). A ligação dessas duas palavras pela preposição *sem*, que integra o elemento convergente dessa FN e remete à “indicação de falta” (CEGALLA, 2005, p. 776), nos possibilita dizer que determinar nem sempre representa realizar uma restrição, às vezes pode representar uma dilatação. Expliquemos melhor. Ao efeito de sentido regularizado pelo nome *ciência* foi agregada a perspectiva *sem fronteiras*. Ou seja, não se trata apenas de um conjunto de conhecimentos advindos de métodos específicos, mas da viabilidade de que esse conhecimento seja produzido/acessado em todas as partes do mundo. Vale ressaltar que dilatar não significa, necessariamente, tornar maior e sim dar visibilidade. Conforme explicamos anteriormente.

A exemplo do que ocorre com essa FN, mostraremos, por meio do procedimento de rede enunciativa, a FN *amor sem fronteiras* que possui nome-núcleo diferente e o mesmo convergente.

(19a)

Figura 28 - *Amor sem fronteiras*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁷⁷

⁷⁷ Disponível em: <https://doare.org/br/doacao/559/amor-sem-fronteiras>. Acesso em: 06 set. 2018.

Em 19a, constatamos que o nome-núcleo *amor* está articulado ao determinante *sem fronteiras*, que, por sua vez, acarreta o sentido de que esse sentimento é sem limites, ou seja, ultrapassa as fronteiras. Tal afirmação pode ser evidenciada por meio da ilustração presente nesse acontecimento. Isso porque temos a representação de um mapa em que os corações estão inter-relacionados por traços vermelhos, reafirmando que não deve existir (existe) barreira para que ocorra o amor. Percebido como um sentimento nascido de relações sociais a perspectiva de ser *sem fronteiras* já se apresenta no sentido de *amor*. Por que então materializá-la linguisticamente? Uma resposta preliminar pode ser: para oferecer-lhe um valor de evidência.

Entretanto, para refinarmos a análise do processo de constituição enunciativa dessa FN, torna-se necessário dizer que ela foi utilizada pelo site *doare*⁷⁸ cujo propósito de existência é fortalecer “organizações filantrópicas através de soluções para captação de recursos”, bem como conectar pessoas com importantes causas para doar com segurança.” Agora, percebemos que não se trata exatamente de *amor sem fronteiras* e sim de *doações sem fronteiras*. Ou seja, a palavra *amor* reescreve a palavra *doações*. Esse movimento de substituição nominal se vale da proposta de dilatação referencial com o mesmo sentido de destaque, afinal se doação pode ser reescrita por amor e se amor encapsula a ideia de ausência de limites, de forma silogística, doação também corresponderia a essa ausência.

Vejamos o que ocorre agora em (19b).

⁷⁸ Disponível em: <https://doare.org/>. Acesso em: 06 set. 2018.

(19b)

Figura 29 – *Amor (da Elidy) sem fronteiras*

Amor sem fronteiras - ajuda!!!

Elidy, dia 11 de Outubro de 2016 às 15:01
Publicado em Fórum Antes do casamento

7 Responder

Gente preciso da ajuda de vcs... Vou fazer uma homenagem para o meu esposo no dia do casamento... Como não farei retrospectiva quero homenagear ele de outra forma.O esquema da homenagem é o seguinte. Vcs iriam escrever uma plaquinha com a frase " Carlos o amor da Elidy por você é tão grande que ultrapassou barreiras e até aqui (nome da cidade de vcs) todo mundo já sabe que ela te ama muito!



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁷⁹

Uma internauta utilizou o site *casamento.com* para fazer uma surpresa ao noivo no dia do casamento. Lançando mão da mesma imagem que analisamos em (19a), ela propõe que os frequentadores do site, moradores das mais diversas cidades do Brasil (e do mundo), escrevam uma plaquinha dizendo que o amor que ela sente pelo noivo ultrapassou barreiras. Isso seria feito acrescentando o nome da cidade dos internautas no texto, de modo a fazer Carlos – noivo de Elidy – perceber que o amor de sua futura esposa, por ele, é *sem fronteiras*.

Dessa forma, *amor sem fronteiras*, assume um efeito de sentido diferente em (19b). Não se trata mais de dar visibilidade a um sentimento estabelecido por relações sociais, que pode, inclusive, ser anônimo, direcionando-se à humanidade, de maneira genérica. Em (19b), o amor tem identidade, fisionomia, personalidade. E é esse amor específico que recebe a determinação de ausência de barreiras, de ausência de fronteiras. Assim:

⁷⁹ Disponível em: <https://www.casamentos.com.br/forum/amor-sem-fronteiras-ajuda--t223989>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Quadro 12 – *Amor sem fronteiras*

amor sem fronteiras ≠ amor (de Elidy) sem fronteiras
--

Fonte: Elaborado pela autora.

Nessa direção, compreendemos que processo semelhante ocorre com a FN *Ciência sem fronteiras*. Em função do espaço de enunciação que sustenta a FN como elemento de nomeação de um Programa Governamental, instalado pelo governo brasileiro, podemos pensar que a FN se articula da seguinte maneira: *Ciência (do/no Brasil) sem fronteiras*. Ou seja, “as determinações contraídas pelos nomes [...] apresentam as condições de recebimento dos traços de atualidade advindos da construção temática na sua relação com o mundo contemporâneo”. (DIAS, 2011, p.275).

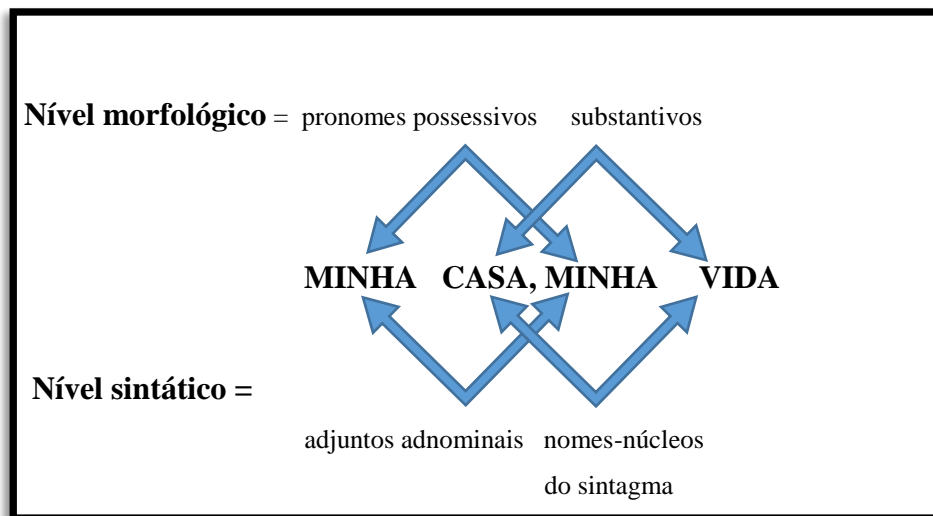
Pensamos, portanto, que um olhar estritamente composicional, centrado apenas no sintagma como produto, não oferece sustentação necessária para a percepção desses movimentos de sentido das FNs *Ciência sem fronteiras* e *amor sem fronteiras*, conforme demonstramos.

4.1.3 *Minha Casa, Minha Vida*

Anteriormente, analisamos o processo articulatório da nomeação dos Programas *Bolsa Família* e *Fome Zero* (4.1.1) e dos Programas *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* (4.1.2). Agora iremos analisar o processo articulatório da FN que nomeia o Programa *Minha Casa, Minha Vida*. Como já mencionamos, o processo articulatório das FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* é diferente do das FNs *Bolsa Família* e *Fome Zero*, porque as primeiras são articuladas por meio da união de três palavras (substantivo; contração - preposição de + artigo a/ preposição sem - e substantivo), ao passo que as outras são articuladas por, apenas, duas palavras (substantivo e adjetivo). Por sua vez, o processo articulatório da FN que nomeia o Programa *Minha Casa, Minha Vida* constitui uma nova diferença em relação aos já apresentados, pois essa nomeação é articulada por meio de duas formações nominais, que são compostas por quatro palavras (pronomes possessivos, substantivo, pronomes possessivos e substantivo).

A nomeação do Programa *Minha Casa, Minha Vida* é formada por meio da articulação de quatro palavras - *minha, casa, minha e vida*. Enfatizamos que a articulação da nomeação deste Programa, se vista de forma isolada, é constituída por duas formações nominais: *minha casa* e *minha vida*, que são articuladas por meio da inserção de uma vírgula. Entretanto, como nome do Programa, consideraremos tais formações em bloco, ou seja, entenderemos *Minha casa, Minha Vida*, como um nome composto. Morfologicamente, a palavra *minha* pertence à classe dos pronomes possessivos, e as palavras *casa* e *vida* pertencem à classe dos substantivos (CEGALLA, 2008). Sintaticamente, nos sintagmas *Minha Casa* e *Minha Vida*, os termos *casa* e *vida* assumem a função sintática de nome-núcleo desses sintagmas. E o termo *minha* assume a função sintática de adjunto adnominal (CEGALLA, 2008). A fim de ilustrarmos o que acabamos de dizer, elaboramos o esquema a seguir:

Figura 30 - Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional – *Minha Casa, Minha Vida*




Fonte: Elaborado pela autora

Ademais, conforme a abordagem composicional (CHERCHIA, 2003), a nomeação do Programa *Minha Casa, Minha Vida*, sob o viés sintagmático, compreende a união dos nomes-núcleos - *casa* e *vida* - ao elemento determinante, caracterizador desses nomes - *minha*. Além disso, outra articulação se efetiva para a constituição do nome do Programa: os dois sintagmas também são agregados, a fim de que a nomeação se estabeleça. Dessa forma, o sentido se vale da soma de duas composições para se manifestar: a casa de alguém + a vida de alguém. Assim, o sintagma poderia ser parafraseado por: *Minha casa é minha vida*.

Passemos a oferecer um olhar enunciativo à nomeação do Programa *Minha Casa, Minha Vida*, de modo a apreendê-la como formação nominal (DIAS, 2018). Nessa concepção, a exemplo das outras FNs que analisamos até aqui, os elementos que constituem as duas formações nominais, que compõem a nomeação desse Programa apresentam contração tanto em um nível micro (*minha/casa – minha/vida*), quanto em um nível macroarticulatório (*minha casa/minha vida*) por uma relação de dependência (GUIMARÃES, 2018). É importante dizer que a ideia de micro e macroarticulação foi trazida por nós, a fim de demonstrarmos o caráter complexo e dinâmico de constituição da unidade nominal.

Passemos a analisar como ocorre o processo de articulação subnominal e internominal (DIAS, 2018) dessa forma linguística.

Quadro 13 – Articulação subnominal das FNs *Minha Casa, Minha Vida*

Enunciado(s) descritivo (s)	<p>“...criação de mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e habitações rurais, facilitando, assim, o acesso das famílias de baixa renda à casa própria.” (BRASIL, 2009a).</p> <p>“...regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas ocupados por população de baixa renda que, em razão de estarem em áreas de risco ou de outros motivos justificados [...] tiverem de ser relocados.” (BRASIL, 2009a).</p>
Condensação	
Unidade nominal em posição temática	<p>Minha Casa, Minha Vida</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dias (2018).

No Quadro 13, apresentamos o processo de articulação subnominal da FN *Minha Casa, Minha Vida*. E, por ele, observamos que o nome do Programa condensa, dentre outros, os seguintes enunciados descritivos: “...criação de mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e habitações rurais, facilitando, assim, o acesso das famílias de baixa renda à casa própria.” (BRASIL, 2009a). E “...regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas ocupados por população de baixa renda que, em razão de estarem em áreas de risco ou de outros motivos

justificados [...] tiverem de ser relocados.” (BRASIL, 2009a). Ressaltamos que essa condensação ocorre, assim como com as outras nomeações aqui analisadas, especificamente, em função da Lei da linguagem cidadã.

Observamos que o efeito de sentido de *casa* ganha pertinência na FN quando associado ao de “unidades habitacionais/imóveis urbanos/habitações rurais/assentamento/casa própria”. Já o de *vida* ancora-se em “baixa renda/áreas de risco/outros motivos justificados”. É interessante observar que o nome *casa*, nessa FN, oferece contorno referencial bem delimitado: espaço físico para se viver. Contudo, *vida* pode estar situada no referencial da “propriedade que caracteriza os organismos cuja existência evolui do nascimento até a morte” (áreas de risco), ou naquele que a define como “modo de viver; conjunto de hábitos”⁸⁰ (baixa renda/outros motivos justificados). Assim temos:

Quadro 14 – Macroarticulação internominal da FN *Minha Casa, Minha Vida*

Enunciado(s) descritivo(s)	“...criação de mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e habitações rurais , facilitando, assim, o acesso das famílias de baixa renda à casa própria .” (BRASIL, 2009a).	“...regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas ocupados por população de baixa renda que, em razão de estarem em áreas de risco ou de outros motivos justificados [...] tiverem de ser relocados.” (BRASIL, 2009a).
Condensação	↓	↓
Unidade nominal em posição temática	Minha Casa	Minha Vida

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dias (2018).

Conforme descrevemos, no processo de constituição de unidade temática dessa FN, além da contração entre *Minha Casa/Minha Vida*, outro processo articulatório se estabelece. Tal processo é demarcado por meio do pronome possessivo *minha*, que determina os nomes *casa* e

⁸⁰ Disponível em: https://www.google.com/search?ei=VwlQXdTcBoXX5OUPqoKm6AU&q=vida+defini%C3%A7%C3%A3o&oq=vida+defini%C3%A7%C3%A3o&gs_l=psyab.3..013j0i22i3017.3231.4961..5224...0.0..0.169.1325.0j10.....0.....1..gswiz.....0i71j0i67j0i131j0i10j0i22i10i30.ikpTxUhPTIU&ved=0ahUKEwiUypWU6PrjAhWFK7kGHSqBCV0Q4dUDCAo&uact=5. Acesso em: 10 ago. 2019.

vida. Entendemos que tal articulação produz um efeito de sentido que deixa marcas do Locutor na nomeação. Assim, *casa* e *vida*, além de articulados entre si, materializam a voz do sujeito enunciativo ao contraírem-se com o pronome possessivo *minha*. Após termos apresentado os processos de articulação subnominal e internominal da FN *Minha Casa, Minha Vida*, passaremos a discorrer sobre a significação dos elementos que a constituem, por meio de redes enunciativas.

(20)

Figura 31 - *Minha Casa, Minha Vida*: residência/presídio



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁸¹

Neste acontecimento (20), podemos perceber que o nome-núcleo *casa* é reescriturado por substituição pelo substantivo *residência*: “o senhor vai ficar na *residência* ...”. Ademais, notamos, também, que *casa* adquire uma nova significação, visto que ela pode ser reescriturada, expansivamente, por *presídio*. Isso pode ser verificado, por exemplo, se observarmos as roupas das figuras ilustradas, especificamente, um policial federal, conforme é descrito em sua camisa *PF*, e um presidiário com o seu tradicional uniforme listrado (branco com preto). Vejamos, agora, que o mesmo ocorre no exemplo 21.

⁸¹ Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

(21)

Figura 32 - *Minha Casa, Minha Vida*: presídio

Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁸²

Neste exemplo (21), como mencionamos anteriormente, o elemento *casa*, também, é reescriturado por *presídio*, uma vez que podemos visualizar, neste acontecimento, a imagem de um homem trajando uniformes de presidiários, bem como um cômodo trancado em que até as janelas possuem grades. Como bem sabemos, esse homem - Eduardo Cunha - representa uma figura política.

Esses dois exemplos demonstram que o nome *casa* não apresenta um sentido definido *a priori*, fora das relações enunciativas pelas quais uma palavra se reporta a outra. Assim, residência/casa/prisão constituem um mesmo domínio referencial que é sustentado linguisticamente por convergências (*casa* = residência) e divergências (*casa* = prisão) de sentido, em relação à FN *Minha Casa, Minha Vida*.

Quanto ao elemento *vida*, constatamos que, nos acontecimentos de que participa, como um dos nomes-núcleo da FN *Minha Casa, Minha Vida*, o seu sentido se mantém, relativamente, constante. Ou seja, *vida* é tomada como sinônimo de *existência humana*. Observemos os exemplos a seguir (22 e 23):

⁸² Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinia0/bom-dia/pib-recua-primeira-vez-2016-trabalho/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

(22)

Figura 33 – *Minha Casa, Minha Vida*: alagamento

Fonte: Imagem obtida por meio do Google⁸³

(23)

Figura 34 - *Minha Casa, Minha Vida*: desapropriação

Fonte: Imagem obtida por meio do Google⁸⁴

Nos exemplos (22 e 23), constatamos que *vida* possui um sentido constante de *existência humana*. Em (22), podemos perceber que ao se encontrar em uma situação de risco, devido a um alagamento, o Locutor pede socorro a partir da enunciação das FNs *Minha Casa* e *Minha Vida*. Ao mencionar a FN *Minha casa*, ele se refere ao seu próprio imóvel e ao enunciar a FN *Minha Vida*, ele está conclamando por sua existência enquanto ser humano. Em (23), há dois planos que constituem o sentido, no primeiro momento, há um Locutor lutando por sua casa

⁸³ Disponível em: <http://www.genildo.com/2016/03/terrivel.html>. Acesso em: 17 jul. 2019.

⁸⁴ Disponível em: <https://www.esmaelmorais.com.br/2012/01/charge-do-dia-minha-casa-ou-minha-vida-acao-da-pm/>. Acesso em: Acesso em: 17 jul. 2019.

(*Minha casa!*) e, no segundo, esse mesmo Locutor volta clamando por sua existência (*Minha Vida!*).

O que nos parece importante destacar é o fato de que o procedimento que chamamos de macroarticulação não se efetiva mais em nível estritamente nominal nos exemplos (22) e (23).

Poderíamos assim parafrasear tais cenas enunciativas:

Quadro 15 – *Minha casa/Minha vida* = alagamento

<p>Minha casa está sendo alagada. Minha vida está sendo extinta.</p>
--

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 16 – *Minha casa/Minha vida* = desapropriação

<p>Luto por minha casa. Luto por minha vida.</p>
--

Fonte: Elaborado pela autora

De maneira muito recorrente, é possível encontramos textos que realizam esse processo de fragmentação do nome do Programa, de modo a desarticular a relação predicativa que a FN estabelece (*Minha casa é Minha vida*). Esses textos se ancoram principalmente em referenciais de crítica, ironia, humor. O interessante é que essa desarticulação, embora passível de ser percebida, guarda relações de sentido com a FN original e, por isso, põe em causa o processo articulatório inicial que, em um movimento de dispersão, se reorganiza para (re)significar a enunciação presente.

Dessa forma, a partir das reflexões sobre as FNs *Amigos da Escola*; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*, *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*, entendemos que não é possível realizar uma análise do processo articulatório da língua dissociada da observação do funcionamento efetivo dessa língua, ou seja, acreditamos que o que move a significação de uma formação nominal são os acontecimentos enunciativos de que ela participa.

Após termos analisado o processo articulatório entre os nomes-núcleos e os determinantes das formações nominais *Amigos da Escola*; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*, *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*, desenvolveremos, a seguir, a análise da pertinência enunciativa dessas formações nominais.

4.2 A pertinência enunciativa da nomeação dos Programas Sociais: um estudo sobre a Linguagem Cidadã

Neste tópico, ocupamo-nos em examinar de que maneira as ancoragens do passado, do memorável e as demandas do presente influenciam na constituição da pertinência enunciativa (DIAS, 2013b, 2018) das formações nominais *Amigos da Escola*, *Bolsa Família*, *Ciência sem Fronteiras*, *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*. Para tanto, analisamos como a linguagem cidadã passou a ser reformulada e a adquirir (novas) pertinências enunciativas, nos diversos acontecimentos em que foi acionada, em função de fazer parte de uma rede de dizeres anteriores (referencial histórico) que autorizam a entrada de novas perspectivas (demandas do presente).

Para tanto, passemos a analisar o que ocorre no exemplo (24).

(24)

Figura 35 - Minha caixa, minha vida



Fonte: Imagem obtida por meio do Google⁸⁵

⁸⁵ Disponível em: <http://clicfolha.com.br/imprimir-materia/49823/charge-por-cazo>. Acesso em: 14 jun. 2018.

No acontecimento 24, podemos verificar que a nomeação do Programa *Minha Casa, Minha Vida* foi presentificada, isto é, atualizada por meio da formação nominal *minha caixa, minha vida*. Entretanto, nessa nova construção, há marcas do passado (memorável) que a sustentam como, por exemplo, a manutenção do mesmo processo de articulação das formas linguísticas, conforme analisamos na sessão anterior.

Desse modo, o acontecimento 24 está ancorado em regularidades de ordem formal, como, por exemplo, na utilização dos elementos convergentes (determinantes) - *minha* - das formações nominais que compõem a nomeação Programa, bem como do nome-núcleo da segunda FN - *vida*. A recorrência desses aspectos materiais remete à nomeação do Programa *Minha Casa, Minha Vida*, cuja atualização é realizada pela cena enunciativa em torno da qual a charge foi construída.

Neste acontecimento, o nome-núcleo da primeira FN - *Minha Casa* -, que constitui a nomeação do Programa, é reformulado/reescrito por *caixa*. Tal reescrituração orienta-se pelo enunciado “Governo admite cortes no Minha Casa, Minha Vida...”, que aparece no alto do quadrinho. Com isso, a presentificação do efeito de sentido se sustenta, ou seja, torna-se pertinente, pois há a construção de uma nova demanda que retrata um morador de rua considerando *casa* e *caixa* como nomes situados no mesmo domínio referencial. O que ocorre, então, é que o processo de nominalização foi alterado e isso atualiza a pertinência enunciativa dessa forma linguística, que se materializa linguisticamente como *minha caixa, minha vida*. Portanto, percebemos uma regularidade que é posta em cena e, ao mesmo tempo, é refeita.

Vejamos agora como esse movimento de sentido pode ser notado também em FNs que reescreveram, agora, o nome-núcleo *vida*.

(25)

Figura 36 – *Minha casa minha dívida*

Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁸⁶

Assim como em 24, no exemplo 25, a nomeação do Programa *Minha Casa, Minha Vida* foi atualizada. Desta vez, por *minha casa minha dívida*. Essa atualização decorre de uma demanda do presente e marca-se linguisticamente por meio da substituição do nome-núcleo da segunda formação nominal - *vida* - por *dívida*, a fim de criar uma nova cena para mostrar, possivelmente, que algumas pessoas que compraram as suas casas por meio desse Programa ficaram endividadas por muitos anos e terão que pagá-las.

Sendo assim, essa nova forma linguística, *minha casa minha dívida*, adquire pertinência porque se sustenta em um domínio sócio-histórico que põe em causa a aquisição da casa própria *versus* o comprometimento financeiro que essa aquisição exige. Para tanto, vale-se da nomeação do Programa *Minha Casa, Minha Vida*, uma vez que está atrelada à regularidade das formas linguísticas que compõem essa nomeação. Notamos isso por meio da conservação dos elementos determinantes - *minha* - e do nome-núcleo - *casa*. Além de toda construção não-verbal que se agrega à FN como forma de ironizar a aquisição da casa própria por intermédio dessa ação governamental.

Assim, notamos que a FN *Minha casa, Minha vida*, uma vez constituída enunciativamente, passa a apresentar um potencial temático que lhe possibilita circular socialmente, ancorada em referenciais históricos distintos e manifestar pertinências de sentido das mais diversas ordens.

⁸⁶ Disponível em: <http://www.bonapartehotel.com.br/evento/minha-casa-minha-divida-dia-20-28-de-janeiro/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Percebemos o mesmo movimento de resistência e mudança de sentido nas outras FNs que constituem o *corpus* de nosso trabalho. Vejamos o que ocorre, por exemplo, com a FN *Fome Zero*.

(26)

Figura 37 – *Fome zerada*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁸⁷

O acontecimento enunciativo (26) (re)significa a nomeação do Programa *Fome Zero*, uma vez que essa formação nominal foi atualizada pela forma linguística *fome zerada*. Tal forma ganha aderência de sentido no acontecimento de que participa, pois refere-se a um ambiente destinado a sanar a fome: o restaurante “*Carnafolia Goumert*”.

Além disso, quanto ao referencial histórico que autoriza essa atualização, percebemos que a formação nominal *fome zerada* apresenta marcas linguísticas da FN *Fome Zero*, uma vez que o nome-núcleo - *fome* - é mantido e o elemento determinante – *zero* - é substituído por *zerada*, ou seja, a atualização ocorre por meio da alteração do numeral adjetivo *zero* pelo particípio de *zerar* que, como uma das formas nominais do verbo, também assume o papel de perspectivador.

Assim sendo, a formação nominal *fome zerada* adquire pertinência enunciativa, pois está ancorada em domínios de sentido representativos da sociedade. Tais domínios, conforme apresentamos em nossos pressupostos teóricos, situam-se no plano da forma (orgânico/material) e no plano do enunciável (simbólico) e atuam em concomitância no acontecimento enunciativo.

⁸⁷ Disponível em: <http://clubearteviva.com.br/index.php/criacoes/>. Acesso em: 06 ago. 2019.

De forma semelhante ao que ocorre com *Minha Casa, Minha Vida* e *Fome Zero*, a FN *Amigos da Escola* também se oferece como ponto de apoio para o giro dos efeitos de sentido que o presente da enunciação demanda. Como ilustração trazemos os exemplos (27) e (28).

(27)

Figura 38 – *Amigos da folia*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁸⁸

(28)

Figura 39 – *Amigos da saúde*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁸⁹

⁸⁸ Disponível em: <https://twitter.com/amigosdafolia>. Acesso em: 30 ago. 2018.

⁸⁹ Disponível em: <https://www.portalcambe.com.br/sandoz-lanca-projeto-de-responsabilidade-social-para-beneficiar-a-populacao-de-cambe/>. Acesso em: 06 nov. 2018.

Nos acontecimentos 27 e 28, constatamos que a formação nominal *Amigos da Escola* foi atualizada, respectivamente, por *amigos da folia* e *amigos da saúde*. Nessas novas construções, há marcas do passado sustentando seus domínios de significação, como mostraremos a seguir.

Na formação nominal *amigos da folia*, expressa em 27, há a manutenção do nome-núcleo da nomeação do Programa *Amigos da Escola*, ou seja, do elemento *amigos*. Já em 28, *amigos da saúde*, além da manutenção desse mesmo elemento, há o símbolo que está registrado na letra *A* da logomarca do Programa *Amigos da Escola*⁹⁰, isto é, um rosto sorridente, representado, aqui, nas letras *G* e *O*. Dessa maneira, mais uma vez, as relações internas, ou seja, os traços articulatórios que constituem a FN, e as relações externas, que se manifestam em um caráter de memória, são postas em jogo na (re)significação do dizer.

Assim, a sustentação dessas atualizações se dá porque existe uma demanda do presente perspectivada, em 27, pelo *Carnaval* e, em 28, pela *saúde*. Com isso, percebemos que o processo de nominalização foi alterado, isto é, presentificado, seja por *amigos da folia*, seja por *amigos da saúde*, sem, contudo, deixar de guardar relações com a formação nominal *Amigos da Escola*.

Com a FN *Ciência sem fronteiras*, o caminho percorrido pela significação não é diferente. Ela continua em fuga. Isso quer dizer, conforme apresentamos (ORLANDI, 2012), que o sentido movimenta-se em uma rota cujo pouso não é perfeitamente presumível.

(29)

Figura 40 – *Torcedor sem fronteiras*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁹¹

⁹⁰Disponível em: <https://oficialblog.com/amigos-da-escola-da-rede-globo/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

⁹¹ Disponível em: <http://faustojunior.com/blog/skill-type/torcedor-sem-fronteiras/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

No acontecimento 29, podemos perceber que a formação nominal *Ciência sem Fronteiras* foi atualizada por *torcedores sem fronteiras*. Isso ocorre porque a articulação “nome (x) + perspectiva (sem fronteiras)” adquire um potencial temático capaz de significar objetos simbólicos que demandem intensidade de grandeza. Desse modo, a FN *torcedores sem fronteiras* apresenta pertinência em virtude da demanda de significar um grupo de pessoas que, nomeadas como torcedores, caracterizam-se como aqueles que ultrapassam as fronteiras para torcer.

Isso posto, percebemos que os polos de referencialidade das FNs *Ciência sem fronteiras* e *torcedores sem fronteiras*, apesar de aparentemente distantes, correspondem-se na mobilização do efeito de sentido de abrangência social.

Vejamos, a seguir, uma atualização da FN *Bolsa Família*.

(30)

Figura 41 – *Bolsa quadrilha*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁹²

⁹²Disponível em: <http://jgazetaregional.com.br/tag/bolsa-familia/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

No exemplo 30, a nomeação do Programa *Bolsa Família* também foi atualizada. Constatamos que a FN *bolsa quadrilha* é constituída pelo mesmo processo articulatório da forma linguística *Bolsa Família*, no entanto, ela apresenta uma nova construção temática, já que o elemento convergente foi modificado, de modo a situar a nova FN no referencial histórico da corrupção.

Dessa forma, a mobilização de sentido apresentada pela construção temática dessa FN, ou seja, a articulação de *quadrilha* ao nome-núcleo *bolsa*, ganha pertinência enunciativa, pois faz parte de uma rede de dizeres anteriores a sua constituição (referencial histórico) que autoriza a entrada dessa perspectivação.

Após termos analisado a mobilidade de sentido das formações nominais que constituem o nosso *corpus*, iremos abordar os movimentos argumentativos que essas formas agenciam.

4.3 A (re)configuração dos discursos: o político na constituição argumentativa

Neste tópico, concentramo-nos em demonstrar como as formações nominais *Amigos da Escola*; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*; *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida* qualificam-se enunciativamente, por meio das direções argumentativas que, em acontecimento, mobilizam e (re)configuram. Nessa direção, a fim de analisarmos o político na constituição argumentativa dessas FNs, decidimos agrupá-las em quatro domínios referenciais com o intuito de organizarmos um contínuo de significação. Esses domínios referenciais foram designados, por nós, como: *Domínio da instalação* (4.3.1); *Domínio da reafirmação* (4.3.2); *Domínio da crítica* (4.3.3) e *Domínio da dispersão* (4.3.4), conforme pode ser verificado a seguir. Iniciaremos a nossa explanação a partir do domínio de instalação das FNs no processo de nomeação dos Programas Sociais.


4.3.1 Domínio de instalação

O domínio referencial de instalação foi pressuposto, aqui, como o movimento inicial de nomeação dos Programas Sociais por exigência da Linguagem cidadã. Assim, nesse domínio, agrupamos dizeres referentes ao que foi postulado na constituição desses Programas. Tais dizeres estão registrados em leis, decretos, sites oficiais e, até mesmo, em livros. Nessa direção,


ressaltamos que apresentam um sujeito enunciativo agenciado politicamente a falar afetado pelo referencial de instalação dos Programas.

Vejam os exemplos a seguir (31); (32); (33); (34) e (35):

(31)

	<p>O [Programa] <i>Amigos da Escola</i> visa o envolvimento dos profissionais da educação, familiares, alunos e da comunidade, para desenvolver ações educacionais complementares ao currículo escolar do aluno. <i>Amigos da Escola</i>, [...], pretende sensibilizar a sociedade e a comunidade educacional para criar as ferramentas ideais para a escola que realiza práticas com os voluntários⁹³. (Grifo nosso).</p>
---	---


(32)

	<p>[O <i>Bolsa Família</i>] é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. [...] busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde⁹⁴. (Grifo nosso).</p>
---	--


⁹³ Disponível em: <https://www.pontoxp.com/amigos-da-escola-inscricao-www-amigosdaescola-com-br/>. Acesso em: 09 ago. 2019.

⁹⁴ Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 09 ago. de 2019.


(33)

	<p><u>Ciência sem Fronteiras</u> é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional⁹⁵. (Grifo nosso).</p>
---	--

(34)

	<p>O <u>Fome Zero</u> é um programa do Governo Federal, que visa o direito de alimentação da população brasileira. É uma maneira de garantir cidadania às populações vulneráveis à fome⁹⁶. (Grifo nosso).</p>
---	--

(35)

	<p>[O Programa <u>Minha Casa, Minha Vida</u>] é uma iniciativa do Governo Federal que oferece condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda. [...], o programa vem mudando a vida de milhares de famílias brasileiras. É oportunidade para quem precisa e mais desenvolvimento para o Brasil⁹⁷. (Grifo nosso).</p>
---	---

Ao lançarmos o nosso olhar para os exemplos (31); (32); (33); (34) e (35), que foram retirados de sites oficiais dos Programas Sociais, inferimos que eles estão envolvidos em uma rede de dizeres iniciais postulados pelos documentos de criação dos Programas - *Amigos da Escola*, *Bolsa Família*, *Ciência sem Fronteiras*, *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida* -. Ou seja, eles representam um fundamento conceitual para as direções argumentativas distintas às quais essas FNs se agregam. Portanto, embora saibamos que não é possível fotografar a origem do sentido

⁹⁵ Disponível em: <http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 09 ago. 2019.

⁹⁶ Disponível em: <http://bolsa-familia.info/fome-zero.html>. Acesso em: 09 ago. 2019.

⁹⁷ Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 09 ago. 2019.

de uma forma linguística, estamos tomando o domínio de instalação como uma espécie de desencadeador do processo argumentativo ao qual essas formas se filiam. Ou seja, inicialmente, como discutimos no tópico anterior (4.2), a ancoragem referencial dessas FNs corresponde àquela ligada à ação social.

Nesse sentido, na tentativa de uma definição, de uma conceituação dos Programas Sociais constituem-se dizeres que, para nós, manifestam-se como instaladores dessas FNs na sociedade. Assim, esse domínio representaria uma espécie de movimento epistemológico dessas nomeações pelo qual: *Amigos da Escola* (31) simboliza “ações educacionais [realizadas por voluntários] complementares ao currículo escolar do aluno”; *Bolsa Família* (32) corresponde à “transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País”; *Ciência sem Fronteiras* (33) representa “a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional”; *Fome Zero* (34) expressa o “direito de alimentação da população brasileira” e, por fim, *Minha Casa, Minha Vida* (35) refere-se a “condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda”.

Uma vez afetados pelo referencial que baliza a constituição da nominalidade desses Programas, os falantes são agenciados a enunciar a partir de um lugar político/social, delimitado pela cena enunciativa, que orienta argumentativamente seus dizeres. Descrevemos, agora, os agenciamentos políticos estabelecidos nos exemplos (31) a (35), de acordo com os pressupostos de Guimarães (2017, 2018).

A cena enunciativa é constituída de acordo com a relação que ocorre entre as figuras da enunciação (lugar que diz; lugar social do dizer e lugar de dizer) e as formas linguísticas. Quanto ao lugar social do dizer, ou seja, o alocutor-x temos que, nesses acontecimentos, ele é agenciado a ocupar a função de alocutor-oficial/institucional. E o seu correlato, o alocutário-x, ou seja, a pessoa para quem o alocutor-x dirige o seu dizer é marcado pela figura do alocutor-cidadão (membro de um estado) beneficiário (ou não) do(s) Programa(s).

Ademais, tendo em vista a configuração da cena enunciativa, em especial a figura do Enunciador, temos que o alocutor-oficial/institucional mobiliza um enunciador-coletivo, pois apresenta o dizer de uma coletividade por meio de uma única voz. Tal afirmação pode ser

percebida nos seguintes trechos: “profissionais da educação, familiares, alunos e da comunidade [...] sociedade e a comunidade educacional” (31); “famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País” (32), “consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira” (33), “o direito de alimentação da população brasileira. [...] populações vulneráveis à fome” (34) e “famílias de baixa renda. [...], famílias brasileiras” (35). Diante disso, podemos perceber que (31) a (35) instalam uma coletividade a partir de um dizer que enuncia um conjunto de pessoas. Trata-se, portanto, de um movimento argumentativo que visa legitimar tais Programas por meio de um processo de nomeação cujas FNs são empregadas tendo em vista a demanda social a que se submetem.

Uma vez instaladas, essas FNs passam a circular socialmente e a fazer parte do jogo político que constitui o linguístico, e, conforme apresentamos, que “é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem” (GUIMARÃES, 2017, p. 20). Sendo assim, outros referenciais passam a sustentar os sentidos dessas FNs, alguns mais próximos outros mais distantes desse que acabamos de apresentar, a fim de que o falante, envolto em novas redes enunciativas, conceda a si mesmo o pertencimento para dizer.

Vejamos agora alguns desses outros domínios referenciais.

4.3.2 Domínio da reafirmação

Tendo em vista o que o domínio de instalação postula, ou seja, aquilo que assumimos ser a direção argumentativa inicial dos Programas, observamos outro domínio que se encontra muito próximo deste: o da reafirmação do efeito de sentido que essas FNs “originalmente” expressam. Dada tal proximidade, por que então considerar a existência desse novo referencial? Nossa resposta a essa questão está diretamente relacionada à configuração da cena enunciativa que envolve esses dizeres. Não se trata mais de textos que fazem parte de uma esfera oficial/institucional.

Observemos os exemplos (36), (37) e (38).

(36)

Figura 42 - Amigos da Escola: brincadeiras e serviços

Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁹⁸

Em (36), constatamos um cartaz de divulgação de atividades realizadas em parceria com o Programa *Amigos da Escola*, juntamente com a “EMEIF Creusa do Carmo Rocha”. Tal divulgação retoma o desenvolvimento de “ações educacionais” (31) que é postulado na instalação deste Programa. Assim, em (36), por meio do enunciado: “Os Amigos da Escola convidam você e toda a sua família para curtir uma manhã super especial. Todo mundo está convidado para aproveitar brincadeiras e serviços que vão agitar o sábado na EMEIF Creusa do Carmo Rocha”, podemos perceber a reafirmação de que, por meio deste Programa, é possível realizar diversas atividades nas escolas. Ou seja, esse acontecimento instaura argumentativamente, balizado por novo lugar social do dizer, o domínio da reafirmação ao que é proposto na criação deste Programa. Dessa forma, o alocutor-voluntário convoca o alocutário-comunidade escolar a participar das “ações educacionais complementares ao currículo escolar do aluno”. Ou seja, o sentido institucionalizado enreda-se em outro e, assim, o que antes estava em perspectiva efetiva-se como ato. Em nossa análise: reafirma-se.

O mesmo corre em (37):

⁹⁸ Disponível em: <http://hotsite.verdesmares.com.br/amigosdaescola/>. Acesso em: 09 ago. 2018.

(37)



Fonte: Jornal Tribuna do Povo⁹⁹

Em 37, há uma orientação argumentativa que sustenta a concepção do Programa *Ciência sem Fronteiras*: os resultados positivos oriundos do investimento na ciência a partir “do intercâmbio e da mobilidade internacional” (33). Em relação ao agenciamento enunciativo que sustenta essa cena (37), destacamos a figura do alocutor-jornalista e do alocutário-(futuros) leitores da notícia. Trata-se, pois, de uma constatação, própria do gênero notícia, acerca da proposta do Programa que visa à “consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia”.

Fato parecido ocorre em (38), com a FN *Fome Zero*.

(38)

[...] A diferença com a proposta do *Fome Zero* é completa. Deste lado estão as propostas de políticas específicas de ajuda alimentar, associadas a políticas estruturais como de geração de renda e emprego, reforma agrária, políticas de apoio à agricultura familiar, aumento do salário mínimo e ampliação da previdência social, por exemplo. Políticas diretas de segurança alimentar e combate à fome devem ser adotadas de forma que estas forneçam os meios básicos para a sobrevivência das famílias sem condições econômicas, mas, ao mesmo tempo, criem mecanismos dinâmicos em outras áreas da economia, como a produção e a distribuição de alimentos, servindo, também, como elementos educativos para libertação da dependência destas políticas específicas¹⁰⁰. (Grifos nossos).

Também aqui está expresso o fragmento de uma reportagem em que podemos encontrar informações sobre o Programa *Fome Zero*. Em especial, esse trecho reafirma a ideia inicial do Programa que é a de “ajuda alimentar” e agrega enunciados que comprovam que o Programa é

⁹⁹ Disponível em: <http://www.tribunadopovo.com.br/ciencia-sem-fronteiras-leva-ararense-a-estagio-na-boeing/> Acesso em: 09 ago. 2018.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2002/06/01/para-os-criticos-do-fome-zero/>. Acesso em: 08 ago. 2019.

um meio de “garantir a cidadania” (32) para vários sujeitos: “meios básicos para a sobrevivência das famílias sem condições econômicas”.

Nessa direção, (37) e (38) representam um movimento enunciativo de adesão e ampliação do já posto e vinculam-se argumentativamente ao processo de regularização social de sentido dessas FNs.

Entretanto, se trabalhamos com a tese de que o político é o alicerce para as relações sociais e a linguagem assume um papel central nessas relações, domínios de sentidos menos próximos socialmente também encontram espaço na sustentação das formas linguísticas. Isso é o que passaremos a apresentar a seguir.

4.3.3 Domínio da crítica

Distanciando um pouco do que é tido como o marco inicial de instalação dos Programas, ou seja, dos textos destinados a defini-los e/ou conceituá-los, bem como dos textos destinados a reafirmar o que é postulado na instalação dos Programas, apresentamos, neste tópico, textos que reproduzem críticas tanto a favor quanto contra os Programas Sociais.

(39)

Figura 43 - Bolsa Família: assistencialismo



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*¹⁰¹

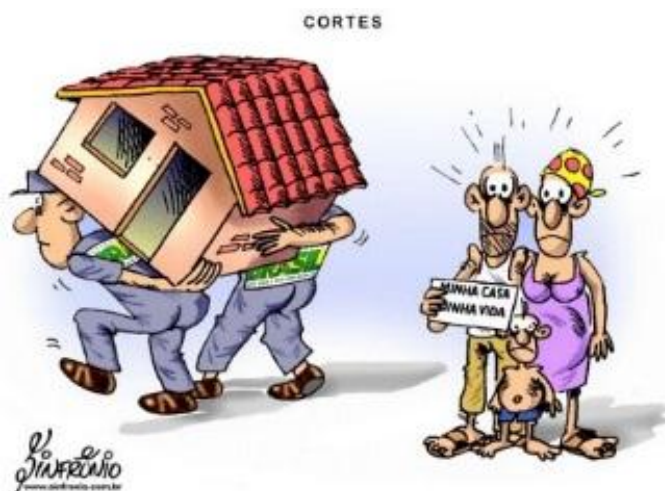
¹⁰¹ Disponível em: <http://acaopopular.net/jornal/vamos-mudar-de-sobrenome/charge-bolsa-familia/>. Acesso em: 19 jul. 2018.

Ao determos a nossa atenção para a cena enunciativa expressa em (39), percebemos uma crítica favorável ao Programa *Bolsa Família*, visto que podemos perceber uma orientação argumentativa que defende o investimento feito pelo Programa. Esse efeito de sentido se constrói quando consideramos os elementos verbais e não-verbais que participam do texto. No lado superior esquerdo, o enunciado: “Parlamentares custam 1 bilhão ao ano ao contribuinte...”, se junta ao seguinte diálogo, proferido, respectivamente, por um senador e um deputado: “Bolsa Família? Isso é assistencialismo, senador!” / “Concordo, nobre deputado!”.

Ao analisarmos tais pronunciamentos, percebemos que os políticos reclamam do dinheiro gasto com os beneficiários do Programa (representados pela imagem de uma família ilustrada no lado direito no canto inferior da imagem), achando que esse gasto é “assistencialismo”. Entretanto, esses políticos recebem “verba gráfica”, “assistência odontológica”, “combustível”, “salário”, “ajuda de custo”, “assistência médica”, “celular cota postal”, “auxílio moradia” e “verba de gabinete”, expressas nas sacolas cheias atrás das quais eles estão posicionados. Ou seja, há um tom de ironia representado no texto, pois o dinheiro recebido pela classe dos parlamentares é excessivamente maior que aquele destinado aos beneficiários do Programa. Desse modo, pelo tratamento irônico dado à afirmação do posicionamento de alguns políticos sobre a não funcionalidade do Programa, considerando-o como mero assistencialismo, constrói-se a reafirmação dos benefícios trazidos pelo *Bolsa Família*. Por que, então, não situar também o exemplo (39) no domínio da reafirmação, descrito em 4.3.2? Porque não se trata do mesmo movimento enunciativo, um vez que argumentar a favor do Programa requer colocar em causa orientações argumentativas que o negam. É pelo confronto que o efeito de sentido se estabelece. Nesse caminho, a relação de alocação entra em conflito com as desigualdades produzidas pelos sentidos da enunciação.

Isso também pode ser percebido em (40).

(40)

Figura 44 - Cortes no *Minha Casa, Minha Vida*

Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*¹⁰²

Na Figura 44, podemos notar, mais uma vez, uma crítica a favor dos beneficiários, agora, do Programa *Minha Casa, Minha Vida*. Nesta cena, no centro, na parte superior, há a palavra “cortes”, no lado esquerdo, há duas pessoas carregando uma casa que, possivelmente, teria sido adquirida por meio do Programa *Minha Casa, Minha Vida* e, no lado direito, a representação dos beneficiários apenas com uma placa na mão: “*Minha Casa, Minha Vida*”, mostrando que “perderam” a possibilidade de conseguir uma casa, em função dos cortes que foram feitos. Podemos notar que na roupa dos carregadores está escrito a palavra *Brasil*, representando o símbolo do Governo Federal. Isso autoriza a ligação da palavra “cortes” com uma ação governamental.

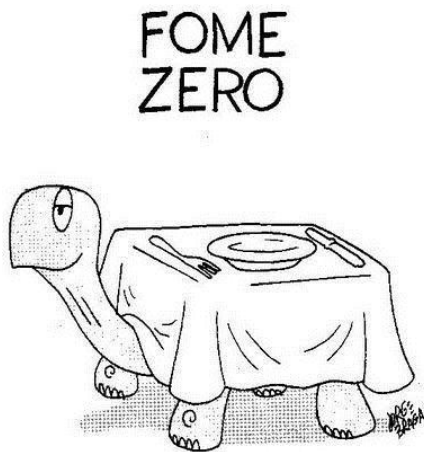
Com isso, podemos perceber que, nesta cena (40), o *Minha Casa, Minha Vida* sustenta-se argumentativamente no referencial da crítica a favor da continuidade do Programa, como uma das formas de auxílio às pessoas sem moradia. Novamente, a relação de alocação, conforme apresentamos em nossos pressupostos teóricos, é significada politicamente “pela oposição entre a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam.” (GUIMARÃES, 2018, p. 50).

¹⁰² Disponível em: <https://blogdafloresta.com.br/ministerio-das-cidades-revoga-portaria-que-ampliava-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 14 jun. 2018.

Conforme apresentamos, as cenas (39) e (40) atribuem uma crítica a favor dos Programas. Contudo, a seguir, em (41); (42) e (43), demonstraremos algumas críticas contrárias aos Programas Sociais.

(41)

Figura 45 - *Fome Zero*: um reflexo da lentidão



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*¹⁰³

Em (41), podemos perceber a sustentação argumentativa de uma crítica contra o funcionamento do Programa *Fome Zero*, visto que ele retrata que o andamento do Programa ocorre lentamente. Tal afirmação está representada pela ilustração de uma mesa construída por uma tartaruga, bem como pela imagem dos pratos vazios dos beneficiários.

O exemplo (42) demonstra que com outros Programas esse efeito de sentido também pode ser produzido a partir de alguns textos. Dessa vez, a crítica negativa é construída com o *Bolsa Família*.

¹⁰³ Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/13390511>. Acesso em: 10 ago. 2019.

(42)

Figura 46 - Bolsa Família: aumentar o orçamento

Fonte: Imagem obtida por meio do Google¹⁰⁴

Em 42, vemos uma família, relativamente grande, assistindo à TV, cujo noticiário informa que o “*Bolsa Família* vai pagar mais 65 reais para quem tem cinco filhos”. Ao ouvir tal notícia, o marido diz: “Mulher, deixa as crianças aqui na sala e vamos lá pro quarto aumentar nosso orçamento!”. A partir desse enunciado, pode-se perceber uma crítica contra aos beneficiários do Programa, visto que há uma recorrência de que alguns deles preferem ter mais filhos e “aumentar o orçamento” do que ir procurar trabalho, já que, se trabalharem e obtiverem uma renda mínima, o benefício será cortado. O agenciamento político desta cena se dá por meio da construção da figura de um locutor-pai de família realizada pelo locutor-jornalista, que embora produza marcas de uma enunciação de caráter individual – como, por exemplo o uso do pronome *nosso* (marido e mulher) –, orienta argumentativamente seu discurso para uma crítica negativa ao Programa – que tem caráter coletivo.

Em (43), temos mais um exemplo desse tipo de manifestação contrária ao valor positivo dos Programas Sociais que estamos analisando.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://blog0news.blogspot.com/2011/09/sacanagem-no-bolsa-familia.html>. Acesso em: 14 jun. 2018.

(43)

Figura 47 - Amigo da Escola, inimigo da educação

Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*¹⁰⁵

Na Figura 47, de forma muito mais marcada do que ocorre nos exemplos (41) e (42), há uma forte crítica contra o Programa *Amigos da Escola*, por meio do seguinte enunciado: “amigo da escola, inimigo da educação”, que integra um texto produzido como parte de uma “campanha pela valorização dos profissionais em educação”. A palavra “inimigo”, contraposta à palavra “amigo”, corresponde a uma forma linguística que evidencia a sustentação de uma posição. Assim sendo, conforme os pressupostos de Guimarães (2013), o alocutor enuncia uma conexão entre *X* e *Y*, sendo o *X* uma razão (ser amigo da escola) para uma conclusão *Y* (ser inimigo da educação), e isso envolve lugares e posições sociais.

Com a apresentação dos exemplos (41), (42) e (43), caminhamos para um nível de distanciamento referencial mais elevado, em relação aos domínios de significação que sustentam as FNs alvos de análise de nosso trabalho. Ou seja, os referenciais de instalação e reafirmação passam a conviver também com aquele relativo à negação do efeito de sentido “inicial”, suscitado por essas formas.

Passemos a analisar, a partir de então, outro domínio referencial que entendemos ancorar, também, a enunciação dessas FNs: o domínio da dispersão.

105

Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1287196/modresource/content/1/Amigos%20da%20escola.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2019.

em:
Acesso

4.3.4 Domínio da dispersão

Além do exposto, observamos que as nomeações dos Programas Sociais, em análise, também apresentam direcionamentos argumentativos que se encontram alicerçados em referenciais diversos, completamente distintos daquele estabelecido no momento em que as FNs foram designadas para nomearem tais Programas. É o que ocorre, por exemplo, em (44).

(44)

Figura 48 - *Minha Casa... Minha Vida...*



Fonte: Imagem obtida por meio do Google¹⁰⁶

Em 44, percebemos que a FN *Minha Casa, Minha Vida* está ancorada pelo domínio da vida conjugal (relação homem e mulher). Na parte superior e no canto inferior da imagem, há a presença dos seguintes enunciados, respectivamente: “Minha Casa...Minha Vida...” e “O marido dela pediu o divórcio”; este último, proferido por caracóis. Assim, constatamos que, aqui, a FN *Minha Casa, Minha Vida* adquire uma sustentação argumentativa completamente distinta da que é postulada inicialmente. O que está em causa agora é a enunciação sobre o fim de um casamento e o fato de o caracol possuir duas “casas”, isso, portanto, representa os desdobramentos sociais que essa separação mobiliza. Isso nos permite dizer que *Minha casa,*

¹⁰⁶ Disponível em: <http://pwdesenhos.blogspot.com/2012/03/>. Acesso em: 14 jun. 2018.

Minha Vida não corresponde a algo referido no mundo, manifesta-se, antes, como algo significado no acontecimento enunciativo.

Processo semelhante ocorre com a FN *Bolsa Família*.

(45)

Figura 49 - *Bolsa Família*: Mãe



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*¹⁰⁷

Em (45), a figura de uma canguru, carregando o seu filhote em sua bolsa, associada ao enunciado “*Bolsa família é a mãe!*” resignifica o sentido “inicial” da FN *Bolsa Família* devido à demanda do presente à qual este acontecimento foi submetido. Com isso, outro domínio referencial é convocado para que o texto apresente pertinência enunciativa. Não se trata do apagamento de um referencial que associa *Bolsa Família* a uma política de governo, e sim ao deslocamento desse referencial que, embora presente, abre-se para a integração a outro. Isso é o mesmo que pode ser notado, por exemplo, em (46).

¹⁰⁷ Disponível em: <http://humoristanota11.blogspot.com/2015/11/bolsa-familia-ums-sintese.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.

(46)

Figura 50 - Hamburgueria *Fome Zero*

Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*¹⁰⁸

Como podemos perceber, em (46), uma hamburgueria é nomeada pela FN *Fome Zero*. Desse modo, tal FN passa a significar uma propaganda de alimentos, que dela faz o uso para atrair clientes. Assim, a orientação argumentativa se dá pelo agenciamento do alocutor-empresário (proprietário de uma hamburgueria), que se põe em relação de alocação como seu correlato, o alocutário-consumidor.

Como pudemos perceber, os exemplos (44), (45) e (46) (re)significam, de forma dispersa, as formações nominais enquanto nomeações dos Programas Sociais. Tal dispersão ocorre, em nossa perspectiva, porque o movimento, o deslocamento, a fuga são próprios do linguístico que se (re)ordena para adquirir pertinência em novas enunciações.

A fim de ilustrarmos melhor as análises realizadas acerca das orientações argumentativas - e, portanto, políticas - das FNs - *Amigos da Escola*; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*; *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*, elaboramos um contínuo, que pode ser visualizado a seguir:

¹⁰⁸ Disponível em: <https://www.chefmio.com.br/fomezrolanches>. Acesso em: 10 ago. 2019.

QUADRO 17 - Contínuo: direção argumentativa das FNs



Fonte: Elaborado pela autora.

Em nossa proposta, a categorização expressa pelos domínios referenciais que criamos não corresponde a uma definição fechada e definitiva sobre o fato linguístico que estamos abordando. A decisão de criar categorias corresponde a uma tentativa de sistematização de nosso olhar analítico, pelo qual entendemos que instalar, reafirmar, criticar e tornar disperso o sentido dessas FNs é uma característica própria do linguístico, que agencia os falantes a participarem de uma relação de alocação e, por meio dela, a orientarem argumentativamente o dizer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações teóricas, bem como as análises realizadas ao longo desta Dissertação autorizam-nos a tecer reflexões sobre o fato linguístico em destaque: o estudo das formações nominais que participam do processo de constituição da nominalidade dos Programas Sociais *Bolsa Família, Fome Zero, Amigos da Escola, Ciência sem Fronteiras e Minha Casa, Minha Vida*. Princípios esta pesquisa orientados pela hipótese de que essas formações nominais deixam de representar o sentido de um nome mais um adjetivo e assumem um efeito de sentido em “bloco”, em virtude da regularidade de uso na sociedade.

Com vistas a identificar essa hipótese, delimitamos como objetivo geral **estudar as relações internas e externas na constituição das formações nominais relativas aos Programas Sociais, a partir dos pressupostos teóricos da Semântica da Enunciação, observando como os traços histórico-sociais atuam na enunciação dessas formas**. Diante disso, julgamos pertinente iniciarmos o nosso estudo apresentando os pressupostos aos quais nos filiamos, a fim de sustentarmos teoricamente a nossa pesquisa.

Sendo assim, no capítulo I, discorreremos sobre as bases da Semântica da Enunciação. Começamos pelo conceito de enunciação e apoiamos-nos na tese segundo a qual a enunciação é um acontecimento histórico-social, no qual o sujeito se relaciona com a língua em funcionamento, produzindo enunciados que são significados por meio de uma temporalidade própria desse acontecimento. Em seguida, apresentamos os pressupostos da Semântica da Enunciação, especificamente, o seu objeto de estudo - a significação da linguagem -, e a sua unidade de análise - o enunciado.

Ainda no capítulo I, tratamos da noção de acontecimento enunciativo, conceito que, em nossa perspectiva, está diretamente relacionado ao funcionamento da língua. Nessa direção, explicitamos alguns princípios fundantes do acontecimento: o espaço de enunciação que é configurado pela relação entre falantes e línguas e, por sua vez, engloba o político, enquanto alicerce para as relações sociais; a cena enunciativa que contempla o agenciamento político da enunciação em ato e o memorável, ou seja, o passado presente no acontecimento enunciativo; e a argumentação em uma interface enunciativa.

Com o intuito de apresentarmos o nosso arcabouço teórico, no capítulo II, abordamos as novas contribuições teóricas para o campo da Enunciação. Inicialmente, discorremos sobre os conceitos de referencial histórico e pertinência enunciativa, que assim como os conceitos de espaço de enunciação; cena enunciativa e memorável, integram o acontecimento enunciativo. Em seguida, discursamos sobre a noção de forma linguística, bem como sobre o conceito de formação nominal em comparação ao conceito de sintagma nominal.

Conforme apresentamos, a formação nominal está centrada no estudo do processo das construções nominais, ao passo que o sintagma nominal refere-se ao produto dessas construções. Isso nos leva a constatar que o estudo da formação nominal organiza-se de forma a integrar o nível morfossintático e o nível enunciativo das construções nominais. Destacamos, ainda, que a arquitetura da FN constitui-se por meio de articulações linguísticas subnominais, intranominais e internominais. Além disso, neste mesmo capítulo, descrevemos sobre os modos de relação enunciativa: articulação e reescrituração.

Ainda tendo em vista a fundamentação teórica de nosso trabalho, no capítulo III, apresentamos algumas especificidades dos Programas Sociais *Amigos da Escola*; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*; *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*. Ademais, apresentamos a Lei de acesso à informação, Lei nº 12.527, que postula a regulamentação da linguagem cidadã, uma vez que os Programas, aqui analisados, são nomeados como uma exigência dessa Lei.

Após termos percorrido o caminho descrito anteriormente, nos debruçamos nas análises. No capítulo IV, apresentamos as análises das formações nominais que foram selecionadas para a nossa pesquisa: *Amigos da Escola*, *Bolsa Família*, *Ciência sem Fronteiras*, *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*. Tais análises foram norteadas pelos objetivos específicos delimitados para esta pesquisa. Portanto, este capítulo foi estruturado em três grandes tópicos.

No primeiro, **um olhar para a nomeação dos Programas Sociais - os nomes núcleos e seus determinantes**, destinado a contemplar o primeiro objetivo específico, **analisamos como se manifesta o processo articulatório entre os nomes-núcleos e os determinantes das formações nominais, enquanto elementos de perspectivação**. Como resultado dessa análise, constatamos que as FNs, em observação, articulam-se de forma sub e internominal. Um fato que merece ser considerado é que, no caso específico dessas FNs, a articulação subnominal é constituída não por um conjunto extenso e amplamente regularizado de enunciados descritivos,

mas por enunciados de caráter institucionalizado/oficializado expressos em documentos oficiais que definem e apresentam tais Programas. Ou seja, os nomes de todas as cinco FNs foram condensados, a partir de enunciados oficiais, como exigência da Lei da linguagem cidadã. Ademais, percebemos que a articulação internominal se realiza em função de uma demanda instituída pelos nomes-núcleos, consoante a necessidade de um recorte referencial que possibilite a nomeação desses Programas.

No segundo tópico do capítulo IV, **a pertinência enunciativa da nomeação dos Programas Sociais: um estudo sobre a Linguagem Cidadã**, com o intuito de desenvolvermos o segundo objetivo específico, **explicitamos de que maneira as ancoragens do passado, do memorável e as demandas do presente, da atualização influenciam na constituição da pertinência enunciativa das formações nominais**. Percebemos, em nossos procedimentos de análise, que diversas reformulações de sentido dessas construções nominais circulam e são aceitas socialmente, e essas (re)significações, mostradas por meio da construção temática das FNs, adquirem pertinência enunciativa sustentadas em diferentes domínios referenciais. Tais domínios, situam-se no plano formal e no plano do enunciável, e atuam de forma convergente nos acontecimentos enunciativos de que participam. Salientamos, ainda, que isso ocorre em função de essas novas formas linguísticas fazerem parte de uma rede de dizeres anteriores que autoriza a entrada dessas novas perspectivas.

E, por fim, no terceiro tópico, **a (re)configuração dos discursos: o político na constituição argumentativa**, contemplamos o terceiro objetivo específico traçado por esta pesquisa. Para tanto, **demonstramos como as FNs qualificam-se enunciativamente, por meio das direções argumentativas que, em acontecimento, mobilizam e (re)configuram**. Assim sendo, com o intuito de sistematizar a análise da constituição argumentativa das FNs, apresentamos uma proposta de categorização dos domínios referenciais que balizam o processo de nominalidade desses Programas e os classificamos em: domínio da instalação, domínio da reafirmação, domínio da crítica e domínio da dispersão. A partir da instauração desses domínios, tentamos ilustrar em que medida os falantes são agenciados a enunciar a partir de um lugar político de alocação, delimitado pela cena enunciativa, que orienta argumentativamente seus dizeres.

Ao final dos procedimentos de análise realizados em nossa pesquisa, podemos confirmar a nossa hipótese, uma vez que, conforme verificamos, a significação dos elementos das formações nominais ocorre em “bloco”, não isoladamente, tampouco somente por um processo

de composicionalidade. Dito de outro modo: a construção dos efeitos de sentido desses elementos é, antes de tudo, social, histórica e, portanto, enunciativa.

Ademais, concluímos que esta Dissertação apresenta uma compreensão efetiva da língua como prática social, uma vez que trabalhamos com o sentido como algo socialmente constituído. Logo, significar corresponde a um ato linguístico e social. Perceber a nomeação dos Programas Sociais por essa perspectiva que abordamos corresponde a entender como a sociedade se organiza linguisticamente de modo a significar e resignificar condutas, valores e ações pessoais e institucionais. Trata-se, portanto, do linguístico tomado na circulação social.

Ao findar deste trabalho, afirmamos que ele está ancorado em um campo novo, o que nos permite dizer que construímos um diferencial de análise que, ainda, não foi exposto em outras Dissertações, normalmente, desenvolvidas na área da Semântica. Ao trabalharmos com a noção de rede enunciativa, adquirimos ganhos significativos em nossa análise como, por exemplo, a demonstração da interface entre o referencial histórico e a pertinência enunciativa.

Vale ressaltar que, diante de um fato de contornos tão complexos e significativos para os estudos linguísticos, fica-nos a inquietação e o desejo de refletirmos mais a fundo, em pesquisas futuras, sobre o conceito de formação nominal, em especial, no que tange ao processo articulatório dessas formas.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, A. V. *Fome Zero: uma história brasileira*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, v. 1, 2010.
- ARISTÓTELES. Definição da Retórica, do verossímil, do sinal e de suas diferenças; do exemplo. In: *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1979.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BENVENISTE, E. (1989). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2. ed., 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 jul. 2019.
- BRASIL. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Planalto: 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em 02 jul. 2019.
- BRASIL. *Lei nº 9.608, de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Planalto: 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm. Acesso em 07 jun. 2019.
- BRASIL. *Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004*. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Planalto: 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em 04 mai. 2018.
- BRASIL. *Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004*. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Planalto: 2004b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm. Acesso em 04 mai. 2018.
- BRASIL. *Lei nº 11.977, de julho de 2009*. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Planalto: 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/lei/11977.htm. Acesso em 01 jun. 2018.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano Nacional de Habitação*. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, 2009b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Fome Zero: Uma História Brasileira*. Organizadora: Adriana Veiga Aranha. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero. v.1, 2010.

BRASIL. *Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011*. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Planalto: 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em 04 mai. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011*. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências. Planalto: 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7499.htm. Acesso em 01 jun. 2018.

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Planalto: 2011c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acessado em 17.04.2018.

CEGALLA, D. P. *Dicionário escolar da língua português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. revisada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: UNICAMP/ EDUEL, 2003.

DALMASCHIO, L. *Enunciação e sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar de objeto*. UFMG, Dissertação de mestrado, 2008, 103p.

DALMASCHIO, L. *Predicação dirigida x Predicação centrada: A (não) ocupação do lugar sintático de objeto na perspectiva da Semântica da Enunciação*. UFMG, Tese de doutorado, 2013, 170p.

DALMASCHIO, L.; LACERDA, P. B. G.; DIAS, L. F. Nomeações da Copa do Mundo no Brasil: Enunciação e Direções Argumentativas. *Revista da Anpoll*. nº 39, p. 49-61, Florianópolis, jul./ago. 2015.

DIAS, L. F. Gramática e política de língua: institucionalização do linguístico e constituição de evidências linguísticas. In: ORLANDI, E. P. *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p. 183-200.

DIAS, L. F. Os sentidos da liberdade no mundo wiki. In: SCHONS, C. R.; CAZARIN, E. A. (orgs.) *Língua, escola e mídia – en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias*. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, p. 272-287, 2011.

DIAS, L. F. O adjetivo na formação nominal: uma abordagem enunciativa. *Web Revista Discursividade*, Campo Grande, v. 9, p. 1-10, 2012.

DIAS, L. F. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22, jan./jun. 2013a.

DIAS, L. F. Pertinência enunciativa e sustentação referencial: nos limites do sintático e do semântico. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 9, n. 2, p. 389-398, 2013b.

DIAS, L. F. A "linguagem cidadã" em questão: uma abordagem enunciativa. In: BRESSANIN, J. A.; ZATTAR, N.; KARIM, T. M.; DI RENZO, A. M. (Org.). *Linguagem e interpretação: a institucionalização dos dizeres na história*. Campinas: Editora RG, p. 211-222. 2013c.

DIAS, L. F. Língua e nacionalidade no Brasil na primeira metade do século XX. *Polifonia* (UFMT), Cuiabá, v.22, 2015, p. 11-31.

DIAS, L. F. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas: Pontes, 2018.

DUCROT, O. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Casa da moeda, 1984.

DUCROT, O. (1984). Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes 1987. p. 161- 218.

DUCROT, O. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v.44, n.1, p. 20-25, jan./mar. 2009.

FERNANDES, M. D. E. Programa amigos da escola: todos pela educação. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. D. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010.

FILHO, W. S. *Assistência social legislação e programas sociais do governo federal*. Brasília: Consultoria legislativa, 2010.

FLORES, V. do N; TEIXEIRA, M. (2005). *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2. ed., 2017.

FOUCAULT, M. (1986). *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREGE, G. *Ecrits logiques et philosophiques*. Paris, Seui, 1971.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/ Ed. da USP, 1978. P. 59-86.

FUCHS, C. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. Trad. Leticia M. Rezende. *Alfa*, São Paulo, 29:111 -129, 1985.

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, E. Enunciação e História. In: *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

- GUIMARÃES, E. Enunciação, Língua, Memória. *Revista da Anpoll*, n.2, p. 27-33, 1996.
- GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes, 2007, p. 71-121.
- GUIMARÃES, E. Argumentatividade e argumentação. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 9, n. 2, p. 271-283, jul./dez. 2013.
- GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 4. ed., 2017.
- GUIMARÃES, E. *Semântica Enunciação e Sentido*. Campinas: Pontes, 2018.
- GUIMARÃES, I. C. T. O conceito de substantivo em uma perspectiva enunciativa. In: DIAS, L. F.; LACERDA, P. B. G.; DALMASCHIO, L. *Enunciação e Materialidade Linguística*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2015.
- INSTITUTO CIDADANIA. *Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. 2001.
- ORLANDI, E. P. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Cortez, 1990.
- ORLANDI, E. P. (1999). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. Sentido em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. In: *Sujeito, sociedade, sentidos*. Campinas: Editora RG, 2012.
- MAINGUENEAU, D. (1998). *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- PÊCHEUX, M. (1983). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 7. ed., 2015a.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD P. *et alii. Papel da memória*. Campinas: Pontes, 4. ed., 2015b. p.49-57.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- REDE GLOBO. *Amigos da escola: guia de ação*. Vitrine comunicação. s/d.
- SOUZA DIAS. *A lógica do acontecimento – Deleuze e a Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.